



Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

**Projeto de Desenvolvimento Social Comunitário
de Combate ao Despovoamento no Concelho de Penamacor**

Ana Rita Gonçalves Lopes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora:
Doutora Maria Inês Amaro, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017



Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

**Projeto de Desenvolvimento Social Comunitário
de Combate ao Despovoamento no Concelho de Penamacor**

Ana Rita Gonçalves Lopes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora:
Doutora Maria Inês Amaro, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017

AGRADECIMENTOS

Porque há projetos que nos fazem crescer, aprender e ser melhores pessoas e profissionais... Há também pessoas que estão sempre presentes e que fizeram dos momentos mais atribulados deste processo, oportunidades de superação.

À Professora Doutora Inês Amaro por toda a orientação, rigor, apoio e dedicação neste processo e por me inculcar o desejo de querer fazer sempre mais e melhor;

À Professora Doutora Sónia Cardoso Pintassilgo pela disponibilidade de orientação científica em pontos deste projeto que fugiam à minha área de formação;

À Técnica e Vereadora da CMP pela disponibilidade, partilha e colaboração num processo que teve de superar a distância geográfica;

Aos meus *pais* pelo apoio incondicional em todas as minhas decisões, pelas longas e inquietantes viagens e pelo seu amor maior que tudo;

À minha *mana* pela partilha constante e pela eterna parceira de vida;

À *Carlota* pela sua ternura e pelos “pequenos grandes” gestos que me renovam o dia;

Às “*Estrelinhas*” que morarão sempre no meu coração;

Aos meus amigos por estarem sempre presentes, independentemente da distância, nos momentos bons e menos bons e por torná-los melhores;

A todos aqueles que me acompanharam neste processo exigente e desgastante, mas de superação, crescimento e muito recompensador.

O meu Obrigada!

RESUMO

Pretende-se com esta proposta de projeto de desenvolvimento social comunitário de combate ao despovoamento despertar o interesse e novos focos de intervenção no âmbito do Serviço Social.

Através da elaboração de um diagnóstico social centrado no concelho de Penamacor apresenta-se um desenho de projeto que se deseja inovador e que permita a criação de uma nova dinâmica de intervenção e de oportunidades numa região que se mostra despovoada.

O facto é que as regiões do Interior de Portugal continental têm vindo a assistir nos últimos 50 anos a uma progressiva perda de população residente, o que se traduz na falta de aposta a nível social, económico e empresarial. Neste sentido, há que desenvolver projetos que colmatem as necessidades destas comunidades, valorizar, inovar, incitar ao desenvolvimento de processos coletivos participados, bem como fomentar relações efetivas de parceria e corresponsabilização, agentes de mudança social local, que se poderão estender a nível regional e nacional.

Torna-se assim imperativo desenvolver projetos baseados numa estratégia de desenvolvimento social local que não encara o território e a sua comunidade como um problema, mas como uma oportunidade de inovação e criação de novos recomeços.

Palavras-chave: Desenvolvimento Social; Serviço Social Comunitário; Comunidade; Despovoamento; Geografia Humana

ABSTRACT

With this project proposal for community social development against depopulation we intend to arouse awareness and new areas of intervention in the scope of Social Work.

Through the elaboration of a social diagnosis focused on Penamacor County we present a project draft that intends to be innovative and that allows the creation of a new dynamics of intervention and opportunities in a depopulated region.

In the last 50 years the regions of the interior of Continental Portugal have progressively been losing resident population which has its reflection in the lack of social, economic and business investment. Thus, the development of projects that give answers to the needs of these communities is imperative, as well as valuing, innovating, inciting the development of participated collective processes and promoting effective partnership and co-responsibility relationships, local social change agents which can be extended to a regional and national level.

Thus, it is essential to develop projects based on a strategy of local social development that don't view the territory and its community as a problem but as an opportunity for innovation and creation of new beginnings.

Keywords: Social Development; Community Social Work; Community; Depopulation; Human Geography

ÍNDICE

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract	iii
Índice.....	iv
Índice de Quadros.....	vi
Índice de Figuras	vii
Glossário de Siglas	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1.1. Desenvolvimento Social.....	3
1.1.1. Breve Enquadramento: Evolução de Programas de Desenvolvimento Social.	4
1.2. Processo de Desenvolvimento Social Comunitário em Serviço Social	9
1.2.1. Comunidade.....	11
1.2.2. Desenvolvimento Social Comunitário e Ação Comunitária	14
1.2.2.1. Envolvimento dos vários atores.....	19
1.3. Geografia Humana e Despovoamento.....	22
1.3.1. Geografia Humana.....	23
1.3.2. Despovoamento	24
1.3.3. Despovoamento, Migração e Transformações	25
1.3.4. Despovoamento, Governança Territorial Democrática e Serviço Social.....	29
CAPÍTULO 2 – DIAGNÓSTICO SOCIAL	33
2.1. Plano de Aprofundamento do Diagnóstico Social – estratégias utilizadas	35
2.2. Caracterização e Análise da realidade e sua situação-problema.	36
2.2.1. Caracterização do Concelho de Penamacor	36
2.2.2. Caracterização Demográfica do Concelho de Penamacor e Aldeia do Bispo ...	37

2.3. Recursos e Equipamentos de Intervenção Social existentes no Concelho de Penamacor	41
2.3.1. Equipamentos de Intervenção Social e Apoios Sociais do Concelho, segundo o público-alvo.....	44
2.4. Apresentação dos Principais Resultados obtidos através das Entrevistas.....	48
2.4.1. Resultados das Entrevistas – Amostra da População	49
2.4.2. Resultados das Entrevistas – Vereadora e Técnica (CMP)	52
2.5. Síntese das Necessidades/Problemas mais comuns	55
2.5.1. Análise <i>SWOT</i>	56
2.6. Identificação de boas práticas nacionais e internacionais de inspiração para a presente proposta de projeto - <i>Benchmarking</i>	57
CAPÍTULO 3 – DESENHO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	60
3.1. Fundamentação e Justificação do projeto - Projeto de Desenvolvimento Comunitário de combate ao despovoamento no Concelho de Penamacor.....	60
3.2. Natureza do Projeto.....	62
3.2.1. Objetivo Geral e Objetivos Específicos	63
3.2.2. Destinatários do Projeto	64
3.2.3. Metas, Ações e Atividades	65
3.2.4. Metodologia e Técnicas de Intervenção.....	73
3.2.5. Recursos Necessários para a Execução do Projeto.....	76
3.2.6. Estratégias de Divulgação do Projeto.....	76
3.2.7. Áreas de Despesa/Investimento do Projeto	79
3.3. Instrumentos e Tipos de Avaliação Aplicados ao Projeto.....	80
3.4. Potencial de Inovação do Projeto para o Serviço Social.....	83
BIBLIOGRAFIA.....	84
FONTES.....	87
ANEXOS.....	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1. Total da população estrangeira com estatuto legal de residente: região da Beira Baixa, concelhos do distrito de Castelo Branco (2008;2011 e 2016)	40
Quadro 2.2. Caraterização do perfil da amostra de população entrevistada	49
Quadro 2.3. Análise SWOT do concelho de Penamacor	56
Quadro 2.4. Natureza do Projeto da ASAS e Ação da Associação <i>La Raya</i>	59
Quadro 3.1. Síntese de Planeamento do Projeto	72
Quadro 3.2. Orçamento: Descrição e custos do Projeto.....	79

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1. Mapa do Território Nacional Português, Distrito de Castelo Branco; concelho e freguesias de Penamacor	36
Figura 2.2. População residente no concelho de Penamacor, por grandes grupos etários, (censos 2011)	38
Figura 2.3. Estrutura Etária da população residente no concelho de Penamacor, (censos 2011)	39
Figura 2.4. Estrutura Etária da população residente na freguesia de Aldeia do Bispo, Penamacor (censos 2011)	39
Figura 2.5. Habilitações Literárias da população residente no concelho de Penamacor, (censos 2011)	39
Figura 2.6. Habilitações Literárias da população residente na Aldeia do Bispo, Penamacor (censos 2011)	39

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul

AERSP – Agrupamento de Escola Ribeiro Sanches de Penamacor

CLASP – Conselho Local de Ação Social de Penamacor

CMP – Câmara Municipal de Penamacor

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

FIAS – Federação Internacional dos Assistentes Sociais

GASE – Gabinete de Ação Social e Educação

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ONU – Organização das Nações Unidas

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

UNDP – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

INTRODUÇÃO

O tema proposto desenvolver no âmbito de trabalho de projeto de mestrado prende-se com o fenómeno do despovoamento e progressivo isolamento que as zonas rurais do interior de Portugal têm sofrido ao longo dos últimos 50 anos.

O interesse pelas zonas rurais e suas particularidades sociais e geográficas; a pertinência desta problemática no contexto social atual - despovoamento das zonas rurais versus sobrecarga das zonas litorais e grandes áreas metropolitanas; aliaram-se à necessidade de perceber o fenómeno do despovoamento e progressivo isolamento, tendo o intuito de criar soluções que os atenuem e melhorem as condições de vida da população destas zonas. Além disto o facto da autora do presente trabalho ter ligação familiar a um local que pode ser tido como ponto de referência e possível local de execução de um projeto de desenvolvimento comunitário no campo de ação do Serviço Social, despoletou ainda mais o interesse por esta problemática.

Neste âmbito o presente trabalho de projeto foca-se numa destas zonas rurais do Interior do país que têm vindo progressivamente a assistir a um forte despovoamento, nomeadamente o concelho de Penamacor e na Aldeia do Bispo (uma das sedes de união de freguesias) pertencente ao distrito de Castelo Branco (Beira Baixa).

Através de pesquisa, verificou-se que em 2011 e 2013 ocorreram Seminários organizados pelos Programas Ibéricos de combate ao abandono rural e despovoamento de zonas raianas que aliavam esforços transfronteiriços entre portugueses e espanhóis da zona da Beira Baixa e Extremadura correspondentemente. Consequentemente, por exemplo, foram desenvolvidos projetos neste âmbito na zona da Idanha-a-Nova (concelho vizinho de Penamacor) também pertencente ao distrito Castelo Branco, bem como outros projetos de desenvolvimento local e de desenvolvimento rural com os quais a discente partilha visões e objetivos tanto a nível pessoal como enquanto Assistente Social.

Relativamente ao Município de Penamacor no ano de 2015, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Penamacor 2025 foi elaborado um Quadro de Referência Estratégico. No âmbito do desenvolvimento rural, este Quadro apresenta pelo menos dois objetivos em comum com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, sendo eles: 1. Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia das zonas rurais; e 2. Reforço da coesão territorial e social (também como consequência do despovoamento), demonstrando

assim, a necessidade de execução de Programas de Desenvolvimento Rural (PDR), bem como a necessidade de um projeto de desenvolvimento comunitário. Neste sentido, elaborar um diagnóstico social, relativo ao concelho de Penamacor, neste caso começando pela localidade da Aldeia do Bispo, é imperativo para que as necessidades concretas da população e atores locais sejam identificadas, embora já alguns estudos prévios realizados na zona, tal como foi referido anteriormente, apontem à partida para uma série de problemas relacionados com o despovoamento, quer seja de forma direta ou indireta. Veja-se que segundo Robertis (2011), o problema social pode ser identificado através de um pedido feito de forma direta (pelo utente), de um pedido formulado por outro serviço, de um mandato legal ou ainda de um problema verificado pelo próprio assistente social ou por uma equipa de trabalhadores sociais.

Atualmente o despovoamento e as dinâmicas sociais e económicas que dele derivam apresenta inúmeros desafios à prática do Serviço Social, sobretudo em áreas rurais, visto que são estas as que mais impacto sofrem com este fenómeno. Além disto as zonas rurais do Interior do país, as suas dinâmicas e particularidades socioeconómicas, culturais, demográficas e geográficas apresentam-se como um campo importante de intervenção no âmbito da atuação do Serviço Social, nomeadamente relacionado com a intervenção comunitária de revitalização local e de cooperação entre diversos atores locais e interterritoriais com vista à melhoria da qualidade de vida da população residente.

Desta forma, “como se poderá combater o despovoamento através de uma intervenção com enfoque no desenvolvimento social comunitário?” é a questão à qual o projeto pretenderá responder, tendo por base um diagnóstico social coeso que permita identificar as particularidades, necessidades e interesses da população residente. Em suma, o futuro projeto de desenvolvimento social comunitário terá como fim combater o despovoamento, promover a revitalização social comunitária e tornar a população residente mais próxima e com melhores acessos a diversos serviços de forma a usufruírem dos seus direitos e colmatar necessidades.

O presente trabalho de projeto de Mestrado está organizado em três capítulos, os quais se subdividem em vários pontos. O Capítulo 1 é alusivo ao enquadramento teórico no qual são apresentados conceitos como o desenvolvimento social comunitário, geografia humana e despovoamento. O Capítulo 2 diz respeito ao diagnóstico social do concelho de Penamacor; e por fim o Capítulo 3 apresenta a proposta de um projeto de desenvolvimento social comunitário para este concelho e para a sua situação-problema.

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

No âmbito do tema proposto desenvolver no presente trabalho de projeto é necessário fazer um enquadramento do mesmo, assim como considerar e analisar os vários conceitos e perspetivas teóricas subjacentes.

1.1. Desenvolvimento Social

Nos últimos 50 anos, o desenvolvimento social tem vindo a emergir e a ganhar notoriedade na academia e na prática profissional (Midgley, 2013: xi). Contudo, este conceito de “desenvolvimento social” é usado de forma diferente entre os vários profissionais – assistentes sociais, sociólogos, psicólogos, entre outros.

Segundo Midgley (2013), para os Assistentes Sociais, o conceito de desenvolvimento social surge sobretudo relacionado com projetos de desenvolvimento comunitário. Por outro lado, para os sociólogos o conceito refere-se a um processo de mudança social guiado que melhora a sociedade; e para os psicólogos corresponde ao desenvolvimento infantil. Desta forma, têm surgido inúmeras discussões em torno da definição do conceito, uma vez que ao longo dos anos várias características têm-lhe sido atribuídas, não sendo assim um conceito linear para todas as disciplinas científicas (Midgley, 2013: 3-4).

Com vista a uma aproximação de uma possível definição do conceito “desenvolvimento social”, é necessário primeiramente desconstruir os termos que o compõem. Segundo Midgley, o termo “social” é usado pelos sociólogos e por outras ciências sociais para referir interações humanas, bem como os fenómenos que surgem destas interações – redes sociais, famílias; valores; culturas; associações de moradores; organizações formais; comunidades e sociedades (2013:4). Por seu turno, o termo “desenvolvimento” diz respeito ao “processo de mudança, crescimento, progresso e evolução”, podendo ainda estar relacionado com várias dimensões, tais como “desenvolvimento cultural, social, político, ambiental e económico” (Midgley, 2013:4). Contudo, na sua génese, o conceito de desenvolvimento social baseava-se num processo de evolução de uma “sociedade tradicional ou primitiva para uma sociedade moderna civilizada” (Midgley, 2013:5).

Inicialmente o desenvolvimento social foi implementado através de programas/projetos comunitários locais de forma a harmonizar as prioridades económicas e

sociais tendo em vista a integração e a promoção da participação das pessoas nesses mesmos projetos. Desta forma, importa salientar que foi graças à obra do sociólogo Hobhouse “Desenvolvimento Social” de 1924 que o conceito se popularizou. Segundo Midgley, a obra desenvolvida por este sociólogo influenciou e sustentou as primeiras práticas do desenvolvimento social comunitário, sobretudo através de projetos desenvolvidos nos continentes africano e asiático (2013:5). Veja-se que o desenvolvimento social comunitário foi também inspirado em projetos de reconstrução rural de combate à pobreza rural com enfoque local – projetos desenvolvidos na Índia por Gandhi e Tagore (Midgley, 2013:5).

Consequentemente, este conceito ganhou amplitude e consistência, permitindo também aos Assistentes Sociais desenvolver importantes projetos neste âmbito. Neste sentido também a prática profissional, outrora circunscrita a nível local, tem vindo a ser adotada por projetos e programas a nível regional, nacional e até a nível internacional (Midgley, 2013:xiii). Neste seguimento de ideias, os objetivos/metastas do desenvolvimento social têm vindo a aumentar e a adaptar-se às mutações da sociedade e às necessidades e prioridades de intervenção. Ou seja, as próprias estratégias de intervenção têm permitido alargar horizontes.

Atualmente, o foco de intervenção vai para além da erradicação da pobreza, da fome, da iliteracia, da luta pela redução da mortalidade infantil e materna, entre outros. A intervenção adota uma visão não só local, regional e nacional, mas abrange também diversas comunidades, ONG's e outras agências/entidades internacionais em que a participação comunitária, a democracia e a participação ativa efetiva, a valorização do capital humano e o estabelecimento de um plano de proteção social nacional e até internacional constitui um dos pilares para fazer face às novas questões sociais que têm vindo a emergir em todo o mundo (Midgley, 2013: xiii).

Porém, tal como foi referido anteriormente, existem outros sociólogos e assistentes sociais que têm vindo a apresentar novas e diversas perspetivas na definição do conceito de “desenvolvimento social”.

1.1.1. Breve Enquadramento: Evolução de Programas de Desenvolvimento Social

Nos anos de 1950, os primeiros programas de desenvolvimento social focavam-se na comunidade e combinavam recursos governamentais, com o envolvimento de outros

organismos comunitários locais, como escolas, centros de saúde e outros projetos existentes na América Latina. Contudo, neste campo surgem problemas relacionados com a burocracia de programas de foro comunitário, bem como problemas que derivam de interesses de certas elites que promovem determinados programas com vista ao benefício próprio (Midgley, 2013:8). Desta forma, segundo Robertis o “desenvolvimento social de grupo, do serviço social comunitário e da abordagem global foi influenciado pela conjuntura sociopolítica que se vivia em todo o mundo, principalmente entre os anos de 1950 e 1970” (2011: 32).

Midgley ressalta ainda que em 1968 as Nações Unidas impulsionaram a reflexão de vários ministros em torno do “desenvolvimento social”. Veja-se que organizações como a ONU, a UNICEF, a ILO (International Labour Organization) e a UNDP (United Nations Development Programme) foram responsáveis pela “definição estatal” de desenvolvimento social. Esta definição foi adotada por vários Estados membros da ONU, sendo que atualmente esta definição se traduz no conjunto de Desafios de Desenvolvimento do Milénio (Midgley, 2013: 9). Neste sentido, as Nações Unidas consideram que o desenvolvimento social abrange uma ampla gama de questões, incluindo, entre outras, a erradicação da pobreza, geração de emprego, cooperativas, envelhecimento, juventude, família, integração social, deficiência, povos indígenas e sociedade civil. Veja-se que a Divisão de Política e Desenvolvimento Social da ONU dedica-se a apoiar a comunidade internacional na sua busca para garantir proteção social e igualdade para todos, não deixando ninguém para trás quando se trata de desenvolvimento sustentável, sendo um dos seus principais focos de atuação (Portal da ONU, consultado a 03.04.2017).

Se outrora o desenvolvimento social tinha como principal público-alvo as pessoas pobres e a pobreza; atualmente o conceito apresenta uma série de definições que têm vindo a ser debatidas ao longo dos anos, tal como se poderá verificar mais adiante. Assim, o *desenvolvimento social comunitário* surge como sendo uma das principais prioridades, no sentido de uma intervenção social de enfoque local que dá primazia ao ativismo social baseado na consciencialização, *empowerment* e na transformação social de determinados grupos (mulheres, minorias étnicas, pessoas pobres, etc.), sendo que este desenvolvimento também é alcançado tendo por base o trabalho com organizações e cooperativas que envolvem as pessoas em movimentos populares e grupos ativistas (Midgley, 2013: 7). Todavia, outros autores defendem que o desenvolvimento social não se baseia apenas nestes

movimentos populares, considerando-o um processo mais amplo que diz respeito ao Estado – enquanto promotor do desenvolvimento social e cidadania.

Desta forma, estas organizações internacionais (ONU, UNICEF, UNDP) definem o desenvolvimento social como sendo um processo através do qual a “melhoria do bem-estar social é obtida através do planeamento social, de uma variedade de mandatos legislativos, de subsídios, de políticas fiscais de repartição e de atividades dos ministérios setoriais sociais responsáveis pela educação, saúde e serviços sociais. Baseia-se na ideia de que os governos democráticos comprometidos com a melhoria do bem-estar de seus cidadãos podem utilizar o conhecimento científico dos tecnocratas para alcançar esse objetivo” (Midgley, 2013:8).

Muitas das definições de desenvolvimento social fomentadas focam-se muito na intervenção e no papel que o Estado tem para a sua implementação. Também, segundo Pandey, o desenvolvimento social é um processo que resulta da “melhoria da qualidade de vida das pessoas, de uma distribuição mais equitativa dos recursos e de medidas especiais que permitam aos grupos marginais e comunidades se integrarem na sociedade” (1981:33 citado em Midgley, 2013:9), enfatizando assim o papel do Estado e a sua intervenção.

Neste sentido, o Estado deve adequar e redefinir o seu papel e funções enquanto “agente coordenador e dinamizador do desenvolvimento da sociedade” (Mozzicafreddo, 2000:1), mas ao mesmo tempo ter uma intervenção reguladora, tendo por base objetivos como reduzir a pobreza, melhorar a eficiência económica, bem como promover a igualdade, a estabilidade e a inclusão social de todos os indivíduos, independentemente da relação que estes estabelecem com o mercado. Note-se que os Estados com democracias mais aperfeiçoadas neste âmbito, são também aqueles que se encontram num nível superior de desenvolvimento e riqueza quando comparados com outros em países mais pobres e/ou com contextos políticos, sociais e económicos mais instáveis.

Contudo, segundo Midgley (2013:9) ao apresentar os pontos de vista de Myrdal e Seers, defende que este tipo de definições são distorcidas, visto que o nível de desenvolvimento não é igual em todas as nações, nem mesmo dentro de uma nação, variando por exemplo, de uma região rural para uma região mais urbana. Além disto, as próprias políticas de desenvolvimento social de um Estado poderão estar de facto a ocorrer, mas não com objetivo pretendido, visto que este mesmo processo de desenvolvimento acaba por ficar distorcido, beneficiando não os que realmente necessitam, mas sim as elites, bem como a

própria política e economia do país. Tal revela que os programas de desenvolvimento e bem-estar dos governos eram baseados em políticas económicas e de emprego (Midgley, 2013:9-10).

Consequentemente, a definição de desenvolvimento social adquiriu uma conotação muito ligada à política e à economia. Porém, posteriormente, Marshall (1950) e Titmuss (1971,1974) desenvolveram os direitos sociais, o que contribuiu para a separação da “política social” da “política económica” o que foi permitindo uma certa delimitação do papel do Estado. Veja-se, a título de exemplo que tal como defende Adão e Silva (1997), de acordo com Barbalet (1989), os direitos sociais não podem ser encarados como elementos da cidadania, mas sim como direitos secundários que possibilitam o seu exercício, uma vez que podem ser geradores de inúmeras tensões. Primeiramente, e conforme o ponto de vista de Barbalet, “os direitos sociais aparecem para compensar a tensão entre o status de participação igual na cidadania e a privação desigual na segurança económica” (1989: 108). Ou seja, se por um lado os direitos de cidadania se fundam na participação na comunidade; por outro os direitos sociais tornam possível essa mesma participação quando o exercício de cidadania dos indivíduos é dificultado.

Também em detrimento deste conceito vinculado à política e economia, a UNDP adota o termo “desenvolvimento humano”, o qual se torna um sinónimo de desenvolvimento social, embora enalteça e enfatize de forma mais clara a ideia de responsabilidade e de autodeterminação inerente ao conceito na sua prática (Midgley, 2013: 10). Além disto, enaltece ainda que o desenvolvimento humano se baseia num processo de promoção da liberdade e no desenvolvimento de capacidades individuais (UNDP, 1990: 3).

Nos últimos anos as diversas definições de desenvolvimento social têm também enfatizado a importância do investimento social na melhoria e desenvolvimento individual, das famílias e comunidades (Midgley, 2013:11). Embora não tenha o mesmo significado, visto que o investimento social é diferente de investimento económico; e que desenvolvimento social também não corresponde à noção de desenvolvimento económico, alguns autores defendem a ideia de que este “desenvolvimento” é alcançado e colmatado através da integração de pessoas carenciadas no mercado de trabalho.

Contudo, verifica-se que o investimento económico pode contribuir para o desenvolvimento social, na medida em que cria, por exemplo, postos de trabalho. Ressalta-se

ainda o facto de atualmente algumas escolas que estudam o desenvolvimento social, concordarem com a integração da economia e de outras dimensões do desenvolvimento na prática e estudo do desenvolvimento social (Midgley, 2013:13). Segundo Paiva, o desenvolvimento social diz respeito ao desenvolvimento da capacidade de uma pessoa trabalhar continuamente para o seu bem-estar e para o bem-estar da sociedade a que pertence (1977: 323 citado em Midgley, 2013: 6). Por outro lado, Omer defende que este conceito se baseia num processo de integração, equilíbrio e coesão social, bem como no desenvolvimento económico de uma sociedade, tendo por base a dignidade humana, a igualdade e a justiça social (1979:15 citado em Midgley, 2013: 6).

Mais recentemente autores como Aspalter e Singh's defendem que o desenvolvimento social se foca numa mudança planeada e dirigida a um determinado público-alvo com o objetivo de lhe proporcionar uma vida satisfatória, feliz e pacífica (2008:2). Neste sentido, veja-se ainda que segundo Roque Amaro, o desenvolvimento social é um "processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais" (2004: 29). Do seu ponto de vista, o respeito pelos direitos humanos e pela dignidade humana devem orientar a ação que visa a mudança numa dada comunidade impulsionada através da construção de relações de parceria entre toda a comunidade, recursos e atores locais. Neste âmbito também os assistentes sociais têm um papel muito importante na definição e no desenvolvimento de ideias e práticas de enfoque no desenvolvimento social comunitário através de projetos, programas e conferências (Midgley, 2013: 6). Neste sentido, Midgley (2013) identifica Hollister (1977) e Spergel (1978) como assistentes sociais que desde cedo equacionaram o desenvolvimento social no âmbito da organização comunitária.

Também Midgley e Conley (2010) chamam à atenção para a intervenção baseada no desenvolvimento social e para a adoção do chamado "planeamento estratégico" frequentemente usado em Serviço Social. Neste seguimento de ideias consideram que o desenvolvimento social surge primeiramente de intervenções de base comunitária, segundo as quais é dada primazia à participação do público-alvo/ comunidade concretizados sobretudo através de projetos de desenvolvimento local (Midgley, 2013:6-7). A par desta conceção Pawar e Cox (2010) acreditam, tal como outros autores referidos, que é necessário abranger várias conceções que são importantes para este campo de intervenção.

Veja-se ainda que, segundo a FIAS, o desenvolvimento social é “conceitualizado como um meio e uma estratégia para uma intervenção sustentada em quadros políticos e institucionais no sentido de estratégias para a intervenção cujos resultados finais irão para além do residual e dos enquadramentos institucionais. É baseado em avaliações holísticas biopsicossociais, espirituais e intervenções que transcendem a divisão micro-macro, incorporando a multidimensionalidade do sistema e integra a inter-relação setorial e profissional, visando um desenvolvimento sustentável. Prioriza o desenvolvimento sócio estrutural e económico, contrariando o saber convencional de que o crescimento económico é um pré-requisito para o desenvolvimento social” (FIAS, 2014).

Tal como foi sendo referido existe uma variedade de definições acerca do desenvolvimento social, assim como também diferentes focos e prioridades de intervenção que lhes são atribuídas, o que também contribui para enriquecimento da própria teoria e prática desenvolvida neste âmbito.

1.2. Processo de Desenvolvimento Social Comunitário em Serviço Social

Para falar de desenvolvimento social comunitário é essencial referir o importante papel preponderante e impulsionador que Jane Addams (1860-1935) teve na fomentação da ação coletiva e do envolvimento comunitário no âmbito da intervenção do Serviço Social.

Jane Addams foi responsável pela criação das *settlements Houses* (casas comunitárias) em Chicago, as *Hull Houses*, em 1889. Neste âmbito, desenvolveu a sua ação tendo como base os princípios da justiça social e equidade; e como foco a intervenção comunitária, onde era priorizado o “trabalho em grupo e o trabalho de terreno na comunidade”, através do qual os sujeitos implicados eram capacitados para serem sujeitos ativos na promoção da mudança desejada para a sua situação-problema. Em suma, “a visão de Addams sobre o Serviço Social está associada a uma ação coletiva, pois envolve uma mudança onde estão implicados todos os agentes do tecido social e onde os direitos cívicos, políticos e sociais e o desenvolvimento comunitário, bem como as capacidades dos sujeitos se destacam” (Carvalho, 2012:162).

Neste sentido em Serviço Social, o desenvolvimento social surge como um processo de planeamento e mudança social, que visa a promoção do bem-estar da população, tendo em conta o contexto, bem como a dinâmica e as multifacetadas do próprio processo de

desenvolvimento (Midgley, 2013:13). Assim o conceito de desenvolvimento social acarreta uma série de outras noções vinculadas ao Serviço Social que o caracterizam.

De acordo com Midgley, o desenvolvimento social é um processo progressivo de transformação e mudança, enaltecendo ainda que neste processo as políticas económicas e os programas devem ser sustentáveis e especialmente direcionados para o bem-estar social. Este processo deve envolver a participação do público-alvo do projeto de desenvolvimento social. Além disto, todo o processo deverá também apostar no investimento social de modo a promover também o desenvolvimento económico e crescimento da sociedade (2013:13-15).

A intervenção com vista ao desenvolvimento social deve ser um processo progressivo, uma vez que se deve adequar à própria trajetória e etapas da sociedade. Ou seja, é necessário ter consciência, primeiramente, da condição social de um determinado público-alvo com o qual se irá intervir; qual o processo que se adequa à etapa de desenvolvimento em que se encontra; e por fim analisar as mudanças que se pretendem impulsionar ou mesmo a verificação das mudanças efetivas que se alcançaram com o processo de desenvolvimento social. Além de *progressivo* este processo é também *multifacetado*, uma vez que engloba dimensões a nível social, económico, político, cultural, ambiental, entre outras, que devem ser integradas e harmonizadas sempre que possível. Para tal é necessário envolver os atores locais, bem como outros projetos, programas e políticas, o que também contribui para a partilha de conhecimento não só teórico, como também a partilha de diversas estratégias de intervenção no âmbito do desenvolvimento social (Midgley, 2013:14).

Todo este processo requer a existência de uma equipa de profissionais que seja responsável pela elaboração e aplicação de projetos, programas, políticas e planos, que definam os desafios, metas e objetivos da *intervenção*, seja ela desenvolvida a nível local, regional, nacional ou internacional. Assim, o processo de desenvolvimento social deve ainda incluir profissionais, parceiros e outras entidades, bem como garantir a *universalidade* do próprio processo, fomentando assim a participação do público-alvo, por exemplo: de associações, organizações não-governamentais, comunidades, grupos ou pessoas - a nível individual, de forma a combater as barreiras da inclusão social, da participação e da efetivação dos direitos sociais e humanos subjacentes a estes processos (Midgley, 2013:15).

Segundo a definição mundial de Serviço Social (FIAS, 2014), a “metodologia participativa defendida reflete-se no envolvimento de pessoas e de estruturas para lidar com

os desafios da vida”. Isto reflete-se no desenvolvimento social que não prioriza o trabalho social “para”, mas sim “com” a pessoa, grupo ou comunidade, ao longo do qual os direitos humanos, o respeito pela dignidade humana, pela diversidade, a justiça social, a responsabilidade coletiva, e os processos participativos não devem ser descurados e sim fomentados em qualquer foco de intervenção, seja ele local, regional, nacional, internacional ou até mesmo mundial. Neste sentido, os processos de desenvolvimento social são um desafio para a promoção do bem-estar das Pessoas, devendo ter na sua génese princípios sociais e humanos que permitam implementar projetos, programas e até medidas políticas em que a igualdade e a justiça social não sejam descuradas. É também necessário impulsionar e fomentar a participação e a democracia ativa através da qual o público-alvo adquirirá um papel mais proactivo na defesa dos seus direitos, interesses e opiniões. Neste âmbito, profissionais como os assistentes sociais adquirem maior importância sobretudo quando se trata de Pessoas/público-alvo que veem a sua participação pouco fomentada ou até mesmo oprimida por forças internas ou externas à própria comunidade.

Assim, tal como tem sido referido nos subcapítulos anteriores, a intervenção no âmbito do desenvolvimento social comunitário adquire grande relevância para o Serviço Social, uma vez que a comunidade constitui um setor de intervenção rico em potencialidades que podem ser fomentadas e dinamizadas.

1.2.1. **Comunidade**

Embora a noção de Comunidade possa ter múltiplos significados é necessário compreender a evolução deste mesmo conceito de forma a analisar qual a conceção que melhor se enquadra no tema do trabalho de projeto.

Neste âmbito, um dos autores de referência é Ezequiel Ander-Egg, o qual apresenta o conceito de “comunidade”, como um conceito de múltiplos significados, bem como o conceito de “desenvolvimento comunitário”. No seu texto *Acción municipal, desarrollo local y trabajo comunitario*, Ander-Egg defende que, inicialmente, a noção de comunidade encontrava-se estritamente relacionada com a relação entre um território/ espaço geográfico e um coletivo, no sentido em que vários indivíduos partilham e usufruem de um espaço comum. Contudo, a partir desta noção básica surgem inúmeros significados que aumentam os

equivocos neste âmbito, tanto por parte dos profissionais, e sua linguagem científica, como por parte da população em geral, no censo comum e na linguagem corrente.

Ao mesmo tempo que a palavra “comunidade” é utilizada para identificar um grupo de pessoas com características comuns que vivem num mesmo local, esta é também utilizada para designar um local mais amplo (regiões, países, continentes, etc.). Além desta concepção, Ander-Egg (2003) apresenta várias noções do conceito de “comunidade”.

Uma comunidade pode designar um conjunto de pessoas que partilham uma mesma história e identidade, ou seja, uma “herança social comum” - costumes, tradições, língua ou etnia. Além disto, o conceito de “comunidade” também pode ser utilizado para fazer referência a uma rede de pessoas que estabelecem laços e relações interpessoais, sendo uma comunidade caracterizada por ter uma forte dimensão psicológica – pessoas com “sentimento ou consciência de semelhança e pertença” (Ander-Egg, 2003:20). O conceito de comunidade pode ainda centrar-se nas relações sociais estabelecidas entre pessoas que têm valores, interesses e objetivos comuns; como também para fazer referência a entidades funcionais (instituições, serviços, recursos, etc.).

Embora existam diversas concepções para uma única palavra, as mesmas podem cruzar-se e, conseqüentemente contribuir para a construção de uma designação mais adequada à intervenção profissional no âmbito comunitário. Assim, de acordo com Ander-Egg, os elementos estruturantes do conceito de “comunidade” passam pela localização geográfica/ território; pela população que vive nesse mesmo espaço; pelas relações e formas de interação que caracterizam um determinado coletivo; bem como pelos serviços e recursos disponíveis no local em questão.

Veja-se que segundo Ander-Egg (2003) um grupo de pessoas, por si só, não constituem uma comunidade, visto que existem outros elementos que em complementaridade com este enriquecem e tornam mais coerente o sentido do conceito. Conseqüentemente este autor refere que um conjunto de pessoas pode ser considerado uma comunidade quando os indivíduos começam a estabelecer relações interpessoais e a partilhar um território. Porém, estas relações podem ocorrer tanto no interior como no exterior de um determinado “espaço físico delimitado”. Em sequência surgem as redes sociais, nas quais são valorizadas as relações que cada individuo estabelece no seu dia-a-dia, podendo estas ter um carácter mais “pragmático – tarefas ou atividades produtivas; ou um carácter mais emocional – grupos de

autoajuda, e ajuda mútua” (Andre-Egg, 2003: 23), sendo que no seio de uma comunidade existem indivíduos que mantêm relações (positivas ou negativas) com várias redes em simultâneo (internas ou externas ao espaço comunitário).

Por fim, um dos elementos fundamentais para caracterizar uma comunidade passa pelo sentimento e consciência de pertença ou de identificação de um indivíduo com um local, cultura, religião, entre outros). É uma comunidade na qual existe uma maior ligação e interação entre os seus membros, o que pode constituir uma forma de “riqueza social”, visto que a população une-se tanto na resolução de problemas, como na luta pelos seus interesses comuns (Ander-Egg, 2003). Ou seja, uma comunidade pode ter o propósito de “alcançar determinados objetivos, satisfazer necessidades, resolver problemas ou desempenhar funções relevantes a nível local” (Ander-Egg, 2003:24), podendo realizar-se em vários âmbitos como: atividades económicas, utilização e partilha de espaços e serviços, participação social em diferentes organizações e apoio mútuo através de instituições e de grupos primários, como família, amigos e vizinhos.

De acordo com o que foi referido anteriormente, Ezequiel Ander-Egg propõe a seguinte definição de comunidade: “agrupamento ou conjunto de pessoas que habitam um espaço geográfico delimitado e delimitável cujos membros têm consciência da pertença ou da identificação com algum símbolo local e que interagem entre mais intensamente do que noutro contexto, operando em redes de comunicação, interesse e apoio mútuo, com o propósito de alcançar determinados objetivos, satisfazer necessidades, resolver problemas ou desempenhar funções sociais relevantes a nível local” (Ander-Egg, 2003: 25).

Segundo o ponto de vista de Murray Ross (1967 citado em Ander-Egg, 2003), o conceito de comunidade, no âmbito da intervenção social, pode ter dois sentidos/ alcances diferentes, embora ambos se possam cruzar. Por um lado, a comunidade corresponde à partilha de um espaço geográfico por um grupo de pessoas, ou seja a área de atuação do profissional; por outro a comunidade pode designar um grupo de pessoas que partilham interesses ou funções, o que corresponde ao sector de intervenção e de desenvolvimento comunitário.

É também interessante analisar o ponto de vista de Josep Canals (1991), o qual propõe um novo conceito de comunidade relacionado com o conceito de rede social, no qual tem em conta as interações e laços sociais mais complexos. Neste âmbito, defende que o conceito de

rede social é uma alternativa aos equívocos que o conceito de comunidade provoca, visto que, segundo Canals (1991), as interações mais fortes e emocionais não ocorrem necessariamente nos limites da comunidade – muitas pessoas vivem num determinado território, mas não mantêm quaisquer relações com os indivíduos que habitam a mesma área, ou seja, as redes sociais raramente coincidem com as comunidades. Neste sentido, Karen Healy defende que no âmbito da prática do Serviço Social Comunitário, os profissionais podem focar-se num ou em mais tipos de comunidade, por exemplo: comunidades geográficas, comunidades de associação; comunidades que partilham uma determinada identidade. Veja-se que na prática estes tipos de comunidade coexistem e criam uma combinação entre elas (2012:170), o que também origina diversos modelos de trabalho comunitário, os quais serão apresentados e desenvolvidos no próximo ponto do presente trabalho.

Visto que a noção de comunidade é ampla e alberga comunidades com dimensões e características distintas, é imprescindível que o profissional delimite e explicita, de forma clara, o tipo de comunidade com a qual vai trabalhar, visto que só desta forma é possível identificar o sujeito e o objeto de um processo de desenvolvimento social comunitário.

1.2.2. Desenvolvimento Social Comunitário e Ação Comunitária

Enfatiza-se mais uma vez, que o desenvolvimento e a evolução do trabalho social encontram-se vinculados à ação comunitária, sendo que em 1947, o trabalho social comunitário foi reconhecido como um método do Serviço Social.

Contudo, segundo Cortès e Llobet (2006), verifica-se que ao longo dos tempos, as diversas disciplinas das Ciências Sociais e Humanas designam de forma diferente o desenvolvimento social, bem como a “ação comunitária” em si (e.g. desenvolvimento comunitário; intervenção comunitária; organização da comunidade, etc.). Veja-se que, tal como foi desenvolvido no ponto anterior, o próprio conceito de “comunidade” apresenta inúmeros significados e definições amplas, mas ao mesmo tempo uma complexidade conceptual, que torna difícil a tarefa de encontrar uma noção concreta para tal.

Desta forma, é importante que o profissional (Assistente Social) tenha um olhar crítico com bases teóricas e metodológicas, uma vez que deve sustentar e atualizar a sua intervenção nestas fontes. Esta atualização deverá ser crítica, visto que as pessoas, o contexto e as suas

dinâmicas estão em constante mudança, o que provoca fortes alterações nas condições de vida e nas relações estabelecidas na comunidade. Deste modo, e após terem sido desenvolvidas inúmeras experiências neste âmbito, Cortès e Llobet (2006) consideram que é necessário que a ação comunitária seja considerada como um objeto de estudo e de intervenção baseado no conhecimento profissional e académico.

Ao mesmo tempo que existem autores que empregam a palavra comunidade para designar pessoas que se encontram à margem da sociedade, outros defendem que a comunidade pode ser considerada como uma “estratégia que potencia e fortalece as relações sociais (...) e que reconstroem identidades” (Cortès e Llobet, 2006: 3).

Ao relacionar o vocábulo “ação” com o vocábulo “comunidade” alcança-se a ideia de uma realidade ativa. Consequentemente é possível construir a seguinte definição de ação comunitária: conjunto de “processos organizativos que implicam os sujeitos individuais e coletivos, concebidos estes como atores sociais, que mostram algum tipo de relação com o território e que ganham consciência e poder de decisão para poder transformar e, portanto, melhoraras suas condições de vida” (Cortès e Llobet, 2006: 4). Assim, a intervenção deve ser um instrumento de potencialização social e pessoal do público-alvo, de modo a que este se organize num grupo, que tome consciência das suas capacidades e que desenvolva em conjunto um projeto que permita melhorar a situação-problema.

Segundo Healy (2012), ao existir vários tipos de comunidade, existe também vários modelos de trabalho social comunitário que orientam a ação do profissional. Neste sentido, surgem modelos como o “*community service*”; o “*community development*”; o “*community planning*”; o “*community organizing*”; e o “*community education*” (Healy, 2012: 171-173).

Resumidamente, no “*community service*” o trabalho social comunitário desenvolvido foca a sua intervenção nas interações estabelecidas entre os serviços e os cidadãos-utentes desses mesmos serviços; e no “*community development*” o trabalho baseia-se na consciencialização, na organização e na participação da comunidade ao longo de todo o processo de desenvolvimento social, muitas vezes de enfoque local. Relativamente ao “*community planning*”, este sustenta-se num processo técnico, no qual são envolvidos peritos – profissionais que delimitam uma série de necessidades que possam colmatar com determinadas respostas. O “*community organizing*” pressupõe a existência de um grupo de pessoas que se encontre em posição desvantajosa face à restante população e que necessite,

com a ajuda de um profissional, criar um grupo associativo ativista que reivindique os seus direitos. Por fim, o “*community education*” visa a reflexão crítica, a aprendizagem, bem como a capacitação de membros de uma dada comunidade com vista à construção de soluções para os problemas detetados e para o bem comum (Healy, 2012: 171-173).

Neste seguimento de ideias, Healy (2012) defende o surgimento de abordagens como o “*consensus-based model*” e o “*conflict-based model*” que podem categorizar os modelos de trabalho social comunitário referidos anteriormente. Assim, enquanto o “*consensus-based model*” foca-se no envolvimento e capacitação da comunidade na identificação das suas necessidades sociais e económicas; o “*conflict-based model*” enfatiza as diferenças de poder existentes na sociedade e no seio de determinadas comunidades. Contudo ambas as abordagens podem coexistir, por exemplo nos modelos “*community development*” e “*community education*” (Healy, 2012:173-174).

É necessário salientar que se outrora o trabalho social comunitário surgia, frequentemente, como um efeito da crise económica e social num dado local, atualmente é necessário dar enfoque a um novo contexto social, nomeadamente à globalização. Segundo Ulrich Beck (2002) a crise, os riscos e os perigos sociais sempre existiram, porém numa era caracterizada pela globalização estes adquirem maiores dimensões, surgindo novos desafios para os trabalhadores sociais. Ou seja, os trabalhadores sociais devem repensar a realidade e o contexto social, económico e político no qual a população se encontra, de modo a adaptar-se à atualidade e aos desafios que surgem. Para tal é necessário não só adquirir uma nova forma de pensar como também de atuar - é necessário “pensar global, agir local”, assim como “olhar o local para repensar o global”.

Neste seguimento de ideias surgem vários paradigmas que dão grande importância à relação teoria/prática no trabalho social comunitário. Perspetivas como a ecológica, a intervenção com redes sociais e o apoio social guiam a intervenção dos profissionais. Estas consideram que o sujeito encontra-se em constante interação com o meio/contexto, criando uma rede de relações interpessoais e de apoio, as quais são essenciais para o trabalhador social mobilizar e organizar um coletivo capaz de construir em conjunto respostas às necessidades e interesses do mesmo.

Assim, a ação comunitária pode e deve ter por base a democracia participativa, segundo a qual o coletivo “ganha voz” e aumenta a sua participação na construção de

soluções e contribui para o aumento do envolvimento dos sujeitos, implicados, nas decisões e na criação/fortalecimento de vínculos e redes sociais. Progressivamente, o profissional que até então foi facilitar do processo, vai ausentando-se, estimulando a autonomia da comunidade, algo que será aprofundado mais adiante.

Neste âmbito, Cortès e Llobet (2006) apresentam um conjunto de orientações metodológicas de ação comunitária que culminam no contributo de várias disciplinas científicas e que podem resultar num guião com quatro atos importantes no processo de intervenção comunitária. Primeiramente, as várias disciplinas científicas designam, de forma semelhante, que o trabalho social se baseia num procedimento de “estudo/diagnóstico/desenho do plano/execução/avaliação”. Contudo, este processo não é linear, visto que o profissional tem o ajustar à realidade social, tal como também defende Ander-Egg (1992) Além disto, ao ser um processo participativo é possível que seja necessário improvisar e reformular estratégias de intervenção ao longo do processo (Morin, 2001).

Neste sentido, Barbero e Cortès apresentam no seu texto “*Trabajo comunitário, organización y desarrollo local*” um “esquema-síntese” que apresenta em termos gerais três etapas que os trabalhadores sociais devem seguir na sua intervenção com comunidades e que lhes permita desenvolver e promover um processo organizativo (2005: 21).

Assim, a primeira etapa consiste na entrada do profissional no terreno - conhecimento das necessidades e potencialidades do espaço social de intervenção futura; e definição do projeto profissional ou de influência; a segunda etapa foca-se na promoção e acompanhamento da ação - constituição do grupo ou da organização e repartir tarefas; manutenção do grupo ou da organização, bem como a sua participação ativa; elaboração do projeto comunitário (definir objetivos e prioridades); e aplicação do projeto comunitário, e por fim a terceira etapa abrange o afastamento do profissional e conclusão/ avaliação da ação comunitária.

De forma mais pormenorizada Cortès e Llobet (2006) esmiuçam estas etapas em atos que esclarecem os passos a seguir pelos profissionais. Assim, segundo Cortès e Llobet (2006) o *primeiro ato* os autores foca-se na entrada do profissional no espaço social de intervenção. Neste primeiro momento, o profissional deve priorizar a recolha de informação e o desenvolvimento do seu conhecimento fase à comunidade com a qual vai trabalhar, de forma a fazer um levantamento das suas necessidades, assim como das suas potencialidades. Desta

forma, o diagnóstico começa a ser elaborado, sendo que a participação de profissionais e outros atores sociais enriquece este processo que deve ser sustentado nas relações estabelecidas com a comunidade, bem como no conhecimento de todas as partes envolvidas e do território em questão. Ou seja, é importante que o profissional se dê a conhecer, que conheça e contacte com outros profissionais que atuam no local e com a comunidade com a qual vai intervir. Desta forma, o profissional poderá começar a dar sentido ao seu projeto de ação futura, fundamentado num diagnóstico social, ao mesmo tempo que se aproxima do território e dos cidadãos.

O *segundo ato* “criar e manter uma organização” diz respeito a um dos objetivos do trabalho comunitário: “gerar novos sujeitos sociais, novos agentes coletivos e/ou novas estruturas de relação entre eles, que permitam encarar a transformação de situações coletivas” (Cortès e Llobet, 2006: 11). Neste âmbito os trabalhadores sociais devem envolver e promover a participação dos indivíduos que estejam enquadrados numa determinada situação-problema. Consequentemente é necessário desenvolver estratégias de intervenção direcionadas para o coletivo, de forma a favorecer o desenvolvimento da comunidade e as suas potencialidades.

Segundo Cortès e Llobet, em alguns casos, a iniciativa e a necessidade de promover uma ação coletiva não passa pelos trabalhadores sociais, mas pelas próprias comunidades que lhes solicitam orientações ou mesmo supervisões de apoio para uma ação adequada. Contudo nem sempre é fácil mobilizar os cidadãos a participarem num coletivo. Nestes casos é essencial criar um clima apropriado e, para tal, o trabalhador social pode recorrer a vários instrumentos e/ou atividades, como vídeos ou exposições sobre a história da comunidade, bairro; uma série de debates formativas, entre outras. Após criar um “clima apropriado, o trabalhador social tomará a iniciativa de convocar uma reunião para constituir um grupo promotor (...) de representantes de grupos locais e/ou cidadãos” (Cortès e Llobet, 2006: 13) os quais em conjunto com o profissional definirão os objetivos, a natureza do grupo e o papel de cada um dos membros.

No *terceiro ato* referente ao diagnóstico, ao projeto e à ação coletivos, os autores defendem que a elaboração de um projeto comum deve iniciar-se a partir de um debate e reflexão entre os membros do grupo, de forma a partilhar conhecimentos e definir as prioridades de intervenção. Para tal é imprescindível que haja respeito pelas opiniões uns dos outros, de forma a chegar a um consenso e elaborar um projeto em comum, no qual todas as

partes são importantes. Neste seguimento de ideias Cortès e Llobet (2006) enfatizam a importância que a elaboração coletiva de um diagnóstico e o fortalecimento de relações entre os intervenientes têm ao longo de todo o processo, inclusivamente na construção do projeto, também este coletivo. Note-se que esta estratégia pode ser determinante para um desenvolvimento mais eficaz do projeto ou até mesmo para o seu sucesso, uma vez que este se torna numa “produção” da qual todos fazem parte. Por fim, o *quarto ato* foca-se no processo de retirada do profissional para a autonomia do grupo, sendo um dos princípios do trabalho social comunitário.

É importante que o trabalhador social estimule, desenvolva e trabalhe a autonomia do grupo em questão, para que este em determinada altura possa distanciar progressivamente do coletivo. Este distanciamento do grupo deve ser ponderado de modo a que não seja “feito demasiado cedo (interpretado como um abandono, podendo pôr em causa o caminho percorrido com o grupo até então); nem demasiado tarde, uma vez que aumenta a dependência e enfraquece o processo de autonomia e a auto-organização do grupo” (Cortès e Llobet, 2006: 16).

1.2.2.1. Envolvimento dos vários atores

“O desenvolvimento comunitário traduz-se por uma união de esforços entre as populações e os poderes públicos, com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural de um país ou região” (Silva, 1964: 498).

Para que um projeto de desenvolvimento comunitário veja cumpridos os seus objetivos é necessário implicar no processo de planeamento, construção e execução do projeto vários autores, como representantes políticos, profissionais, responsáveis organizativos, representantes da sociedade civil e cidadãos afetados pela situação-problema.

A implicação dos *representantes políticos* num determinado processo de desenvolvimento comunitário tem sentido, uma vez que com a sua intervenção podem contribuir para uma maior articulação entre a “ cidadania, profissionais e políticos podendo contribuir também para a qualidade, eficiência e legitimação das políticas públicas” (Cortès e Llobet, 2006: 18). Para tal é também necessário que estes representantes apoiem e/ou financiem as ações dos profissionais que apostam no desenvolvimento comunitário e

promovem a participação cidadã. Neste âmbito surge também Marchioni (1999) o qual defende que a organização e a dinamização de um processo comunitário deve estar a cargo de um conjunto de *profissionais* (das disciplinas das ciências sociais e humanas) que intervêm e conhecem as problemáticas consideradas no processo.

Surgem ainda os *responsáveis organizativos* que têm o papel de transmitir, de forma assertiva, bem como explicar e justificar decisões da equipa responsável, pelo desenvolvimento do processo de desenvolvimento comunitário, aos técnicos e políticos de cargos superiores (Cortés e Llobet, 2006); e os *representantes da sociedade civil* como as redes comunitárias de autoajuda, as entidades de gestão de serviços, entre outros são entidades ou grupos de pessoas são importantes, pois já se encontram organizados. Deste modo, os seus membros podem ser implicados ao longo do processo, uma vez que as respetivas entidades ou grupos têm também um papel de prevenção do bem-estar social.

Por fim, Cortés e Llobet (2006) designam os *cidadãos afetados pela situação - problema* enquanto sujeitos responsáveis e participantes ativos na definição de problemas existentes (perceber os problemas em si e suas causas) e no desenvolvimento de propostas de melhoria dos mesmos, bem como na própria ação e intervenção social. Este processo deve resultar no fortalecimento pessoal e social e no acesso a bens sociais – pleno exercício da cidadania.

Neste sentido, a aproximação ao terreno e o envolvimento dos vários atores implicados num processo de ação comunitária deve basear-se em três dimensões que segundo Cortés e Llobet são imprescindíveis para o trabalho comunitário.

Assim a primeira dimensão da intervenção social comunitária deve focar-se na *consciencialização*, sendo necessário trabalhar processos de tomada de consciência individual e coletiva, assim como “desenvolver a capacidade das pessoas para criarem um projeto” coletivo (Cortés e Llobet, 2006: 4). Tal como Menezes (2011:133) refere, há necessidade de “consciencializar os utentes das capacidades pessoais, bem como, da forma como as mesmas podem ser interligadas com uma ação que vise a efetivação dos seus direitos; participando em ações comunitárias que conduzam à assunção dos problemas como dizendo respeito a todos”. A segunda dimensão referente à *organização* permite que os atores sociais participem na definição dos objetivos e dos interesses comuns, havendo uma partilha de responsabilidades. Esta dimensão pode derivar tanto da primeira – consciencialização, como da terceira –

mobilização, uma vez que esta consiste na participação social, na negociação, na construção de uma relação de grupos, bem como num sentimento e consciência de pertença ao grupo em questão. Importa reforçar que as dimensões referidas anteriormente articulam-se e complementam-se ao longo do processo.

Além disto, Cortés e Llobet (2006) consideram que no desenvolvimento do trabalho social comunitário é imprescindível que haja um envolvimento de ação coletivo baseado na democracia participativa – aumento da participação e da voz dos indivíduos/grupos sustentada no trabalho com os diversos atores implicados, presentes no território e/ou com a comunidade com a qual se vai intervir, sendo também um dos aspetos que Menezes (2011) e Amaro e Branco (2011) defendem. Neste âmbito também Robert (1991 citado em Menezes, 2011) apresenta a “pedagogia do acesso à palavra”, segundo a qual os indivíduos/populações excluídas vão “ganhando voz” e poder na sociedade.

Neste âmbito, segundo Menezes, há necessidade de “repolitizar” o agir humano e que os próprios Assistentes Sociais devem trabalhar no sentido de reinventar a “democracia de base: da comunidade, de bairro, de vizinhança” (2011:127), na qual a justiça social não deve ser descurada.

Tal como propõe Vieira, o Assistente Social deve passar “a integrar a diversidade cultural, numa visão holística do sujeito em relação com os outros e com o ambiente, colocando a justiça social nas práticas quotidianas”. Desta forma, estaremos perante uma “pluralidade das formas de organização e de representação democrática dos cidadãos, fundada na inovação e na criatividade dos atores, transformando o espaço institucional nos novos lugares da cidadania” com vista à concretização individual e coletiva (2015:41). Vieira (2015) enaltece ainda que a relação entre o profissional e o sujeito/cidadão deve ter na sua génese a interligação de três níveis de intervenção social: macro (políticas sociais), meso (culturas organizacionais) e micro (relação profissional/sujeito), sendo também um dos principais focos de ação a defesa dos direitos dos sujeitos (direitos de primeira, segunda, terceira e até quarta geração).

Em suma, o Assistente Social pode ter um papel crucial na mobilização, na promoção e no aumento da participação ativa dos indivíduos/ comunidade. Contudo, a efetivação desta mobilização não é simples. Assim, é necessário mobilizar não apenas os sujeitos, mas também os profissionais (tanto Assistentes Sociais como outros técnicos) que intervêm com a comunidade e que possam ter influência no desenvolvimento da cidadania/democracia

participativa. Ou seja, é imprescindível que haja uma mobilização ampla, visto que “hoje em dia, a exclusão da participação não se deve somente a fatores económicos, mas também à falta de um sentido de interesse público, de um sentido de ação pública – por parte de uma grande percentagem dos cidadãos- para que a situação se modifique” (Menezes, 2011:131).

Assim, no desenvolvimento do trabalho social comunitário é imprescindível que haja um envolvimento de ação coletivo baseado na democracia participativa – aumento da participação e da voz dos indivíduos/grupos sustentada no trabalho com os diversos atores implicados, presentes no território e/ou com a comunidade com a qual se vai intervir.

1.3. Conceito de Geografia Humana e Despovoamento

De acordo com o que foi referido ao longo deste capítulo, a intervenção do Serviço Social é primordial para o desenvolvimento social, nomeadamente no desenvolvimento social comunitário que pode ser implementado a nível local, regional, nacional e a nível internacional.

Importa assim salientar que o assistente social adquire um papel fundamental nos processos de desenvolvimento social, com base na efetiva participação dos vários atores de uma comunidade, de forma a possibilitar a execução de um projeto que potencie as capacidades e colmate necessidades, sem descurar as particularidades e os interesses dos envolvidos.

Neste sentido, um projeto de desenvolvimento social comunitário pode focar-se numa zona rural, caracterizada, genericamente, pelo despovoamento e pela presença de uma comunidade com determinadas qualidades, particularidades e necessidades que merecem ser consideradas e analisadas. Desta forma, conceitos como geografia humana e despovoamento devem ser considerados no presente trabalho com o objetivo de perceber, mesmo que de forma breve, do que se trata, para assim se delinear um projeto de desenvolvimento social comunitário de enfoque numa aldeia de uma região rural do interior de Portugal (Aldeia do Bispo, Penamacor) que tem assistido a um progressivo despovoamento ao longo dos anos.

1.3.1. Geografia Humana

Importa salientar que no âmbito de um projeto de desenvolvimento social comunitário também a Geografia Humana adquire relevo, uma vez que é a partir desta que é possível fazer “uma descrição científica das paisagens humanas e da sua distribuição no globo” (Sorre, 2003:137), contribuindo assim para a elaboração de um diagnóstico social mais consistente e coerente também relativo ao fenómeno do despovoamento a nível espacial e social.

Veja-se, segundo Sorre, que o conhecimento desenvolvido no âmbito da geografia humana tem na sua génese fortes relações com todos os ramos da Geografia, mas também estabelece consonâncias com o grupo das ciências do Homem, como a Antropologia, a Etnologia, a Psicologia Coletiva e a Sociologia (2003:138). Neste âmbito, o principal objetivo da Geografia Humana baseia-se em “elucidar as relações entre o Homem e o meio, a partir de um ângulo espacial”. Ou seja, a Geografia Humana vem somar ao estudo do meio natural o estudo do meio social e suas influências (Sorre, 2003:140).

No campo da Geografia Humana, surgem ainda noções como a de “situação” dos fenómenos; “área de extensão” dos fenómenos e ainda “género de vida”. Quanto à “situação”, esta pode corresponder à análise da situação absoluta dos fenómenos referentes às coordenadas geográficas (latitude, longitude); e à análise da situação relativa dos fenómenos (continentalidade, etc.), ou seja, a outras características do desenho geográfico. Por sua vez, a noção de “área de extensão” dos fenómenos diz respeito ao limite dessas mesmas áreas geográficas.

Contudo, é na noção de “género de vida” que se encontra a verdadeira essência da Geografia Humana, visto que se refere à análise de “um conjunto coletivo de atividades transmitidas e consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura a sua existência em um determinado meio” (2003:140). É uma noção cujos elementos sociais sustentam a génese da Geografia Humana, constituindo-se assim como elementos que poderão ser importantes e considerados num diagnóstico social no âmbito do Serviço Social.

Em suma, a Geografia Humana incide no estudo das dinâmicas estabelecidas entre as características essenciais da espécie humana e a sua atuação numa diversidade de meios, os quais, por sua vez, se transformam com a diversidade dos modos de vida existentes. É a partir deste estudo que é possível agrupar e analisar a formação de determinadas paisagens humanas, a mobilidade/circulação do Homem no espaço; a “plasticidade”/capacidade de

adaptação e do poder de expansão do Homem na superfície terrestre; bem como analisar as dinâmicas estabelecidas entre o Homem e o meio; a evolução das relações sociais e os desequilíbrios que daí advêm. Veja-se ainda que a missão da Geografia Humana não consiste em resolver os problemas/desequilíbrios verificados, mas sim em fazer compreender suas origens e época em que ocorrem (Sorre, 2003:141).

Esta compreensão científica, aprofundada em torno das paisagens humanas e suas dinâmicas, pode assim contribuir para uma perceção mais clara do fenómeno do despovoamento, podendo ainda cruzar estes mesmos conhecimentos com o Serviço Social. Ou seja, esta partilha de conhecimentos entre as várias áreas científicas poderá enriquecer tanto a teoria como a prática em Serviço Social, uma vez que a união de conhecimentos no âmbito da Geografia Humana e do fenómeno do Despovoamento na região da Beira Baixa, nomeadamente, no concelho de Penamacor (Castelo Branco – Portugal), poderá contribuir para uma fundamentação mais clara do Projeto de Desenvolvimento Social Comunitário que se propõe desenvolver.

Desta forma, é também necessário clarificar, de forma breve, alguns aspetos da demografia portuguesa, tais como: o fenómeno do despovoamento, as migrações que se encontram relacionadas com este despovoamento, assim como relacionar este fenómeno com as transformações verificadas no ordenamento e governança territorial.

1.3.2. Despovoamento

As tendências demográficas que se têm vindo a agravar ao longo dos anos demonstram o aumento dos desequilíbrios demográficos a nível nacional, sendo que as zonas rurais são as mais afetadas por estas dinâmicas.

Veja-se que após a Revolução Industrial assistiu-se a um crescente êxodo rural. O abandono do sector agrícola e a procura de melhores condições de vida no sector secundário – indústrias e a concentração da população nas grandes zonas urbanas, sobretudo situadas no litoral do país, contribuíram para o progressivo despovoamento das áreas rurais, bem como para o isolamento da população nela residente.

De facto, o despovoamento não é um fenómeno de hoje, contudo, os motivos que lhe subjazem e as consequências que acarreta vão-se alterando ao longo dos anos.

Antes de mais, é necessário definir que o despovoamento é, segundo o dicionário de Língua Portuguesa, o “ato ou efeito de despovoar”; “desabitado; ir perdendo habitantes”. Segundo alguns autores (Ferrão *et.al*, 2015; Sousa, 2010; Ferrão, 1996; Rocha-Trindade, 1990), o despovoamento é uma migração ou consequência desta, podendo ser tanto interna como externa. Segundo Rocha-Trindade “o conceito de migrante tem estado associado aos movimentos coletivos de pessoas que, por razões diversas, deslocam geograficamente o foco da sua vida quotidiana, designadamente no que respeita a local de trabalho e de habitação fixa.” (1990: 466). Deste ponto de vista, também o despovoamento poderá partilhar características da migração, podendo ser definitivo, temporário, sazonal ou pendular (aspetos que serão desenvolvidos no próximo ponto).

Sendo o despovoamento um fenómeno que tem vindo a provocar a deslocação de milhões de portugueses ao longo dos anos, verifica-se que sobretudo a partir da década de 60, este fenómeno fez-se sentir maioritariamente nas zonas rurais sendo apresentados várias causas e/ou consequências para este movimento da população, tais como: desemprego efetivo ou eminente, procura de melhor estabilidade social - qualidade de vida e novas oportunidades, transformações verificadas na economia portuguesa e competitividade das grandes zonas urbanas face às áreas rurais.

Desta forma, o despovoamento é um conceito que é necessário explorar com maior profundidade e apresentar várias transformações espaciais e sociais, com o intuito de especificar mais concretamente o caso da região de Penamacor de forma a perceber as particularidades demográficas e territoriais de uma dada comunidade de enfoque da futura intervenção.

1.3.3. Despovoamento, Migração e Transformações

O conceito de despovoamento encontra-se relacionado com o processo de migração tanto interna como externa. Segundo Carmo, estas migrações podem ser definitivas, como o êxodo rural; ou migrações sazonais – deslocação de um grupo de pessoas do seu local habitual de residência para trabalhar noutros locais em períodos específicos do ano, como a vindima, outras atividades agrícolas e indústria hoteleira (2001:151).

Além disto, Paulo Baronet Sousa ressalta ainda outras formas de migração: migração temporária, em que as pessoas, a curto, médio ou longo prazo, saem do seu local de residência

e entretanto regressam; e a migração pendular que diz respeito às pessoas que, embora saiam do seu local de origem, mantém uma relação regular e próxima com o mesmo – seja a nível diário, semanal ou mensal (2010:42).

Segundo João Ferrão (1996) as “migrações internas atingiram a sua intensidade máxima durante o período de 1960-1973”, as quais se aliaram às migrações externas - deslocações de emigrantes para países como os E.U.A., Brasil e França, por exemplo. Além disto estes movimentos demográficos encontram-se também associados à Guerra Colonial em África e ao regime político (Estado Novo) vigente em Portugal nessa época; ao processo de desenvolvimento e modernização da Europa pós-II Guerra Mundial; à procura de melhores condições de vida; à mobilidade socioprofissional e à mudança de valores e atitudes que lhes estão associadas (1996:45). Ferrão enaltece ainda que entre 1960 e 1973 a “geografia dessa mobilidade mostra, por sua vez, como as alterações verificadas são territorialmente discriminantes, parecendo dar razão aos que confundem desenvolvimento económico e desenvolvimento: parcelas significativas do mundo rural não crescem economicamente e, por isso não se desenvolvem, embora, simultânea e ironicamente, contribuam para o crescimento, e, portanto para o desenvolvimento de áreas urbanas, no país, e urbano-industriais, na Europa” (1996:45). Desta forma, foram e são ainda sobretudo as regiões do interior rural de Portugal as que apresentam maior saída da população, ou seja, são a “origem dos fluxos de migrações internas” (Ferrão, 1996:45). Atualmente, estas disparidades regionais e migrações internas ainda se verificam, embora tenham vindo a reconfigurar-se e a diminuir sobretudo a partir da década de 80.

Assim, ao longo dos anos tem-se vindo a assistir a um panorama de êxodo rural/despovoamento destas zonas, embora estes fluxos têm vindo a diminuir devido: à diminuição da população em idade fértil e ativa e conseqüentemente, à diminuição da natalidade, ao aumento do envelhecimento e à incapacidade de renovação de gerações, cujos fatores se traduzem numa progressiva rarefação demográfica destas áreas (Ferrão, 1996:45). Veja-se ainda que quando se fala de despovoamento são as formas de migração definitivas e sazonais que têm maior influência sobre este fenómeno.

Neste sentido surgem inúmeras causas associadas ao despovoamento, como por exemplo de ordem económica (declínio da agricultura e reestruturação da indústria transformadora e expansão generalizada das atividades de comércio e serviços – setor terciário; desemprego efetivo ou eminente; baixos salários); de ordem ecológica (devido à

infertilidade das terras, escassez de água); ou de ordem social (conflitos e inexistência de estruturas como Centros de Saúde, escolas, universidades; existência de redes de apoio e interconhecimento que facilitam a mobilidade para outros locais com vista à melhoria das condições de vida, entre outras). Veja-se que esta é a realidade de muitas regiões do interior do nosso país, nas quais a inexistência ou a pouca existência de oportunidades favoráveis diminuem a fixação da população nestes locais (Carmo, 2001:152).

Consequentemente assiste-se a um progressivo despovoamento destas zonas do interior rural de Portugal em detrimento do aumento da urbanização e da densidade populacional nos grandes centros urbanos, como Lisboa, Porto e Coimbra. Assim, estes processos de migração/despovoamento contribuem para a diminuição da população jovem nas zonas rurais e progressivamente para a diminuição da natalidade e o aumento do envelhecimento, visto que não se verifica renovação de gerações.

Porém, e embora o interior rural seja o protagonista das migrações internas e o foco do presente trabalho de projeto, é necessário referir que também as zonas urbanas sofrem com a migração. Contudo, continuam a ser os maiores recetores de migrantes internos, tal como refere Paulo Baronet Sousa (2010).

Neste sentido, segundo vários autores, as mudanças verificadas nas áreas rurais e urbanas, tal como o fenómeno do despovoamento, encontram-se associadas à globalização, a qual influencia os processos de reorganização territorial (Sousa, 2007:101). Veja-se a título de exemplo que o desenvolvimento e a introdução de novas tecnologias na produção agrícola faz diminuir a necessidade efetiva de trabalhadores. Consequentemente assiste-se a uma desvalorização social e económica relativamente à atividade e à produção agrícola, muito também devido à incapacidade que os pequenos e médios produtores têm para competir com outras potências neste setor a nível global (Sousa, 2007:102).

Desta forma, sendo os espaços rurais os detentores de mais atividades ligadas ao campo são também estes que numa Era caracterizada pela globalização procuram os grandes espaços urbanos com vista a melhorar a sua qualidade de vida e a aceder a mais oportunidades a nível social e económico – e.g. o emprego. Tais transformações económicas e sociais têm contribuído para o crescimento acelerado das grandes cidades e subúrbios, provocando problemas de gestão e de ordenamento do território citadino – sobrelotação populacional, mas também o surgimento de cidades médias.

Neste sentido, José Portela enfatiza que o “dito mundo rural português já não é rural nem mundo. É de todos conhecida a multiplicidade real e simbólica das cidades médias, bem como a sua dilatação e influência sobre os povoados próximos. Trata-se amiúde de espaços numa marcha rotunda para a urbanidade faz-de-conta. Não menos importante, verifica-se a assimilação pelos rurais dos estilos de vida citadinos” (2003:9).

Os próprios processos de migração interna e externa provocaram a fragmentação do território nacional e, desta forma verifica-se a necessidade de estreitar laços entre os vários territórios. Assim, no interior do país a população, de forma a combater um certo isolamento, começa por se concentrar em torno das aglomerações urbanas e, deste modo, começa a consolidar “pontos estratégicos de densidade relacional mínima entre indivíduos, grupos, instituições e empresas” (Ferrão, 1996:51).

Embora algumas zonas rurais tenham visto benefícios na sua proximidade com aglomerações urbanas de média dimensão (que têm vindo a assistir à construção de subúrbios em redor); outras zonas encontram-se mais afastadas destes mesmos centros, vendo assim as suas possibilidades diminuídas. Contudo, tanto num caso como noutro, estas regiões apresentam poucas oportunidades de ascensão socioprofissional e o que também coincide com o perfil da população que, estando ou não em meio rural, procura não só em Portugal como também em países estrangeiros essas mesmas oportunidades e qualidade de vida (Ferrão, 1996:58). “De qualquer modo, o sentido da história da «modernização» demográfica dos últimos anos parece evidente: recuo das ruralidades tradicionais a favor da consolidação de realidades urbano-terciárias e de industrialização rural difusa, no país, e urbano-industriais, nas áreas de destino dos fluxos emigratórios” (Ferrão, 1996:59). Assim, tal como foi referido anteriormente, após a Revolução Industrial a urbanização despoletou, assim como a consequente aquisição de novos modos de vida tanto pela população urbana como rural.

Se outrora as zonas rurais eram associadas ao sentido de comunidade, de coesão e de conservadorismo; e as zonas urbanas à impessoalidade, racionalidade e individualismo, atualmente tais aspetos são cada vez mais diluídos, uma vez que as transformações sociais, identitárias e económicas têm vindo a quebrar várias barreiras/ fronteiras de diferenciação. Contudo, se as semelhanças sociológicas entre estes espaços – urbano e rural, tendem a ser mais uniformizadas, mas em termos espaciais verifica-se um crescimento exacerbado das grandes cidades e a um progressivo isolamento das regiões rurais do interior do país, o que coloca frequentemente a sua população à margem – exclusão social e territorial (Sousa,

2007:103). Neste sentido, o despovoamento está frequentemente relacionado com esta progressiva marginalização e exclusão social das áreas rurais face aos grandes centros urbanos.

Deste ponto de vista, Costa enaltece que “a relevância do domínio territorial no estudo da exclusão social é recente e tem a ver com o facto de existirem certas situações em que a exclusão diz respeito não apenas às pessoas e famílias, mas a todo um território. É este o caso dos bairros de lata e outros tipos de bairros degradados, e de certas freguesias ou de concelhos rurais, em que as condições de vida das famílias dificilmente podem melhorar se não se tomarem medidas que promovam o progresso de todo o espaço nos domínios da habitação, dos equipamentos sociais, das acessibilidades, e até de atividades económicas” (2001:16). Para tal é necessário desenvolver estudos e medidas sociais, económicas e políticas também muito focadas na reestruturação do ordenamento e governança territorial de base democrática que considerem vários eixos de análise e áreas de atuação neste sentido.

1.3.4. Despovoamento, Governança Territorial Democrática e Serviço Social

Para combater o despovoamento é necessário potencializar processos de ordenamento e governança territorial democrática. Ou seja, é imperativo desenvolver intervenções que pressuponham uma “forte articulação entre diferentes políticas setoriais, uma significativa coordenação entre os atores mais relevantes e, ainda, processos de participação pública inclusivos” (Ferrão *et.al*, 2015:151), de forma a ser construída uma visão estratégica e desenvolvidos programas com maior envolvimento e aceitação social alcançada através do debate e da participação na tomada de decisão.

Contudo, o desenvolvimento de uma determinada região, cidade, bairro ou de territórios de baixa densidade não depende apenas de políticas que incidam nestas mesmas áreas. Neste sentido, segundo Ferrão *et.al* (2015), o desenvolvimento de programas de governança territorial não se limita a mobilizar apenas as comunidades e atores locais, sendo que deverão envolver outras entidades públicas externas à área de foco de intervenção, as quais poderão/deverão contribuir para a definição e alcance dos objetivos definidos.

Assim, os mecanismos de governança territorial incluem uma “componente horizontal, referente à mobilização de atores locais e regionais; uma dimensão de governança multinível – envolvimento dos vários níveis políticos de decisão nacionais e da União Europeia; bem

como uma governança multiescala – integração de espaços de atuação dos diversos atores não públicos” (Ferrão *et.al*, 2015: 151-152). Neste âmbito, também o Serviço Social poderá ter um papel importante no desenvolvimento de projetos e programas, com base numa visão estratégica de atuação em que os diferentes atores sejam envolvidos. Veja-se que o Assistente Social tem competências para “consciencializar, mobilizar, e organizar” (Cortés e Llobet, 2006) a comunidade e os atores envolvidos, a vários níveis, e assim contribuir para o desenvolvimento efetivo de uma governança territorial democrática também através de projetos de desenvolvimento social comunitário onde haja um envolvimento coletivo e efetivo baseado na democracia participativa.

Desta forma, torna-se cada vez mais imperativo desenvolver processos de investigação e investigação-ação no âmbito da governança territorial. Nomeadamente, no âmbito do Serviço Social, é possível enaltecer a importância da sua articulação com as políticas públicas, uma vez que o papel destas é “garantir a articulação de políticas setoriais, a coordenação entre atores e a participação pública nas políticas de ordenamento do território e, de forma mais geral, em intervenções integradas de base territorial” (Ferrão *et.al*, 2015; e Ferrão, 2010 e 2011). Consequentemente, a investigação-ação e a avaliação de metodologias de governação em rede e gestão de conflitos em torno de temas e iniciativas particulares – por exemplo de incidência em projetos e iniciativas públicas em bairros degradados (Ferrão *et.al*, 2015:154), poderão trazer importantes focos de interesse e progressivamente poderão despoletar novas e importantes investigações. Possivelmente, estas investigações poderão permitir o desenvolvimento de projetos e “construção de futuros possíveis e desejados para as políticas comunitárias” (Ferrão *et.al*, 2015:154), em que os princípios de política e cidadania não sejam descurados. Neste sentido, ganha também importância a participação de Assistentes Sociais nestes processos de governança e de superação de desafios relacionados com a mesma, bem como no desenvolvimento de investigações neste campo.

Assim, nascem programas baseados em parcerias locais que pretendem ver desenvolvidos projetos de desenvolvimento comunitário com base na discriminação socio territorial das zonas prioritárias de atuação e seu público-alvo. Ao longo destes processos é possível perceber o tipo de sinergias que existe entre estes programas e “outros mecanismos de governança ou formas de mobilização no terreno” (Falanga, 2015:201) que podem ser potencializados ou reestruturados, de forma a fomentá-los tendo por base a cidadania ativa e a participação democrática dos envolvidos nos projetos.

Para além disto, segundo Ferrão (2011), o impacto efetivo no funcionamento da política pública de ordenamento do território e na governança territorial exige “melhor informação, conhecimento, organização e tecnologias de suporte”, assim como uma “nova cultura de território e de ordenamento de território – isto é, crenças e valores com tradução em atitudes, competências e práticas quotidianas por parte da população em geral, e dos membros das comunidades: científica, técnica e política com intervenção direta no ordenamento do território, bem como dos seus *stakeholders* em particular” (Ferrão, 2011:115). Acresce ainda a necessidade de adquirir um maior e melhor conhecimento das condições sociais de funcionamento da política pública de ordenamento do território e suas dimensões.

Ainda de acordo com Ferrão existem questões relacionadas com as crenças e valores distintos dos segmentos da população portuguesa e da comunidade em geral ou dos profissionais que atuam neste âmbito; bem como com o conflito de interesses que têm de ser colmatadas tendo em vista um planeamento estratégico mais participado, democrático e eficiente de uma determinada política, nomeadamente de ordenamento do território (2011:116). Veja-se, que segundo Soares, para um bom ordenamento do território é “indispensável que exista subjacente uma cultura coletiva que integre valores do território (entendido como num espaço geográfico com identidade, com história, vivido por pessoas e conformado pela sociedade) e uma cultura de planeamento que não se limite a conceitos, padrões e tecnologias importadas, mas que assente no entendimento das realidades históricas, sociais, económicas, políticas e também das memórias que tecem a «circunstância» da arquitetura dos espaços em que vivemos, isto é, do nosso país, da nossa cidade ou do nosso bairro” (2009:174).

Neste seguimento de ideias, o PNPOT¹ apresenta atualmente alguns objetivos estratégicos que, segundo Ferrão (2011) são primordiais para a evolução do planeamento do território e para a intervenção desenvolvida no mesmo, sendo muitas vezes possível os Assistentes Sociais contribuírem para a efetivação destes mesmos objetivos.

“Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições” (OE6)²; e “promover a

¹ **PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território:** é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional; e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia (Direção Geral do Território, <http://www.dgterritorio.pt/>, 2017).

² **OE6-**Objetivo Estratégico número 6 do PNPOT.

participação cívica e institucional nos processos de planeamento e desenvolvimento territorial” (OE6.3.) são alguns dos objetivos que poderão estar na génese da efetivação de um planeamento territorial mais participado, coerente e que detenha várias dimensões do território, inclusivamente a nível social (Ferrão, 2011:118). Neste sentido há a necessidade de desenvolver estudos sobre ordenamento do território nos quais não se dê apenas importância a questões relacionadas com o património natural, arquitetónico e paisagístico; e com questões financeiras e de medição, mas também fomentar estudos em que os valores sociais sejam considerados, visto que estes também têm um forte impacto no território (Ferrão, 2011:120).

Neste seguimento de ideias Alves (2007) defende que o ordenamento do território deve basear-se num planeamento estratégico, o qual corresponde “a uma nova atitude metodológica ao colocar maior ênfase no processo e ao conferir maior importância aos aspetos institucionais e políticos que o envolvem, face à crescente complexidade e multiplicidade de agentes que nele intervêm, à maior importância atribuída á decisão, à envolvente contextual e aos cenários de evolução futura” (Alves, 2007:62-63). Em suma, este tipo de planeamento deverá reger-se por critérios de justiça social e pelos direitos dos cidadãos, assim como incentivar a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão e a efetivação da cidadania (Cardoso e Breda-Vázquez 2007).

Tal como foi referido anteriormente, a intervenção dos Assistentes Sociais neste tipo de planeamento poderá ganhar e dar novo fôlego, tanto aos processos de planeamento como também no desenvolvimento de projetos neste sentido. Os Assistentes Sociais detêm em si competências académicas, sociais que facilitam estes processos de aproximação, consciencialização, mobilização e organização dos cidadãos, grupos, comunidades, instituições, entidades e outros atores locais implicados nestes mesmos programas. A visão e as competências desenvolvidas no âmbito do Serviço Social nestes processos de planeamento estratégico, de reestruturação e de intervenção em projetos ordenamento territorial e de desenvolvimento social comunitário, em que elementos sociais, espaciais, políticos e económicos, entre outros, são considerados, poderão contribuir para uma atuação mais ampla, sendo ainda interessante unir os conhecimentos e a atuação multidisciplinar de enfoque territorial, extraindo o melhor de cada área científica, como Serviço Social, Geografia, Arquitetura, Sociologia, entre outros.

CAPÍTULO 2 – DIAGNÓSTICO SOCIAL

Primeiramente para se elaborar o planeamento de um projeto é necessário realizar um diagnóstico. O diagnóstico social consiste numa das “fases iniciais e fundamentais do processo de intervenção social” (Ander-Egg, 2007: 16). Deste modo, o diagnóstico social é indispensável para uma boa prática profissional na área do Serviço Social, uma vez que através deste processo é possível sistematizar informação, de forma clara, completa e precisa, e ter conhecimento real e concreto relativamente a uma determinada situação-problema, bem como identificar as suas causas e evoluções.

Segundo Capucha (2008), um diagnóstico social deve identificar através da caracterização do contexto e população-alvo, o tipo de problema, a sua dimensão e intensidade, o nível a que estes se manifestam (local, regional, geral, institucional); quais são os problemas identificados pelos diversos atores cuja participação é considerada no desenvolvimento do projeto (atores institucionais, associações, famílias, comunidades e outros profissionais), analisar a perceção que estes têm sobre os problemas, bem como as suas necessidades e interesses, numa lógica de democracia participativa (Guerra, 2002). Capucha (2008) e Guerra (2002) defendem ainda que o sucesso de um dado projeto pode depender muito do envolvimento dos vários atores ao longo, não só, da elaboração do diagnóstico social, como também ao longo de todo o processo e etapas de planeamento, execução e avaliação do projeto em questão. Frequentemente, para organizar e sistematizar de forma mais concreta e concisa os dados e resultados recolhidos e obtidos através do diagnóstico recorre-se a várias técnicas como a “construção de árvores de problemas e ameaças”; “espinha de problemas e ameaças”; “espinha de oportunidades e recursos”, sendo que uma das mais utilizadas é a tabela de análise *SWOT*, a qual “permite sintetizar informação extraída numa matriz simples que a localize em função das limitações e potencialidades que vislumbre relativamente ao grupo, à situação social estudada” (Ander-Egg, 2007: 65), bem como delimitar uns aspetos e potencializar outros (sistematização das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças).

Consequentemente, numa lógica de forte relação entre a teoria e a prática, estabelece-se prioridades de intervenção face às necessidades apresentadas pelos sujeitos de atenção e verifica-se os recursos e as forças existentes, sendo assim, logo à partida, um instrumento preponderante para a criação de um projeto adequado e coerente, bem como para a elaboração de um “sistema de avaliação, ao estabelecer as bases segundo as quais as realizações e impactes podem ser avaliados” (Capucha, 2008: 17).

Sendo o diagnóstico um dos passos iniciais, se não o primeiro que deve ser realizado para que conseqüentemente se possa proceder à elaboração de um plano de ação, é também necessário avaliar a forma como foi elaborado (“com quem e para quem”), sendo inevitável analisar as razões que justificam o projeto (Capucha, 2008:21), ou seja, a pertinência do projeto. Para tal é necessário ter em conta as evidências dos problemas apresentados no diagnóstico e o seu rigor científico e de aproximação do terreno e dos atores envolvidos no processo de elaboração do diagnóstico, sendo este último aspeto preponderante para a consistência e clareza do projeto a apresentar.

Assim “a avaliação diagnóstica é um procedimento operacional: resulta num projeto de intervenção; não é um objetivo em si, é um instrumento para melhor trabalhar” (Robertis, 2011: 109), e é sempre provisória, visto que a que a população está em constante mudança, sendo que um bom diagnóstico social é imperativo para o sucesso de uma futura intervenção/projeto.

É necessário ter em conta que “no início da ação a tónica é inevitavelmente colocada na recolha de dados, na compreensão do pedido e da situação na avaliação diagnóstica. No meio da intervenção, a tónica é sobretudo colocada na elaboração do projeto de intervenção, no estabelecimento do contrato e na implementação das estratégias de intervenção, podendo este período ser mais ou menos longo. Lá para o fim da intervenção, a tónica será colocada na preparação para o fecho e na avaliação dos resultados” (Robertis, 2011: 82). Ou seja, é imprescindível que o diagnóstico social seja feito com o maior rigor, bem como atualizado e participado ao longo de todo o processo, para que o futuro projeto proposto seja coerente, pertinente e eficaz, e que conseqüentemente responda e corresponda às necessidades identificadas tendo em conta o contexto social/ comunitário e político em que será implementado.

2.1. Plano de aprofundamento do Diagnóstico Social – estratégias utilizadas

O diagnóstico social, sendo essencial para a elaboração de um projeto de desenvolvimento comunitário terá de se basear não só em dados estatísticos como também em entrevistas a diversos atores locais de forma a identificar de forma mais clara e coerente as características, as necessidades e interesses/ potencialidades da população residente e dos serviços existentes no território.

Assim, numa fase inicial, o diagnóstico social tem por base alguns recursos/ferramentas tais como: dados do INE, PORDATA que pretendem caracterizar a população-alvo do diagnóstico e futuro projeto, o seu território e suas dinâmicas geográficas e demográficas. Consequentemente foi feita uma articulação entre os dados obtidos através da análise dos dados estatísticos, documentos disponibilizados pelo GASE e os dados recolhidos localmente através de entrevistas e de deslocações pontuais à Aldeia do Bispo (sede de União de Freguesias) e Penamacor (concelho), de forma a perceber os problemas existentes e a sua dimensão, assim como as necessidades e o “perfil” predominante da população residente e determinadas situações-problema, nomeadamente o fenómeno do despovoamento e suas possíveis implicações. Desta forma, as fases do plano de construção do diagnóstico social poderão consistir nas seguintes:

1º- Elaboração das estratégias a implementar para a recolha de dados;

2º- Recolha e análise dos dados obtidos (dados estatísticos – análise estatística do problema; visitas pontuais ao local: observação e realização de entrevistas; e análise documental);

3º - Elaboração de uma base dos dados recolhidos, em Excel, bem como de gráficos e tabelas síntese destes dados;

4º - Análise e interpretação dos dados recolhidos e sua articulação;

5º- Identificação e caracterização da população-alvo, bem como das principais situações problema e necessidades existentes;

6º- Análise SWOT;

7º - Estabelecer prioridades e o tipo de intervenção/estratégias a pôr em prática de forma a responder às principais situações problema/necessidades dos sujeitos de atenção.

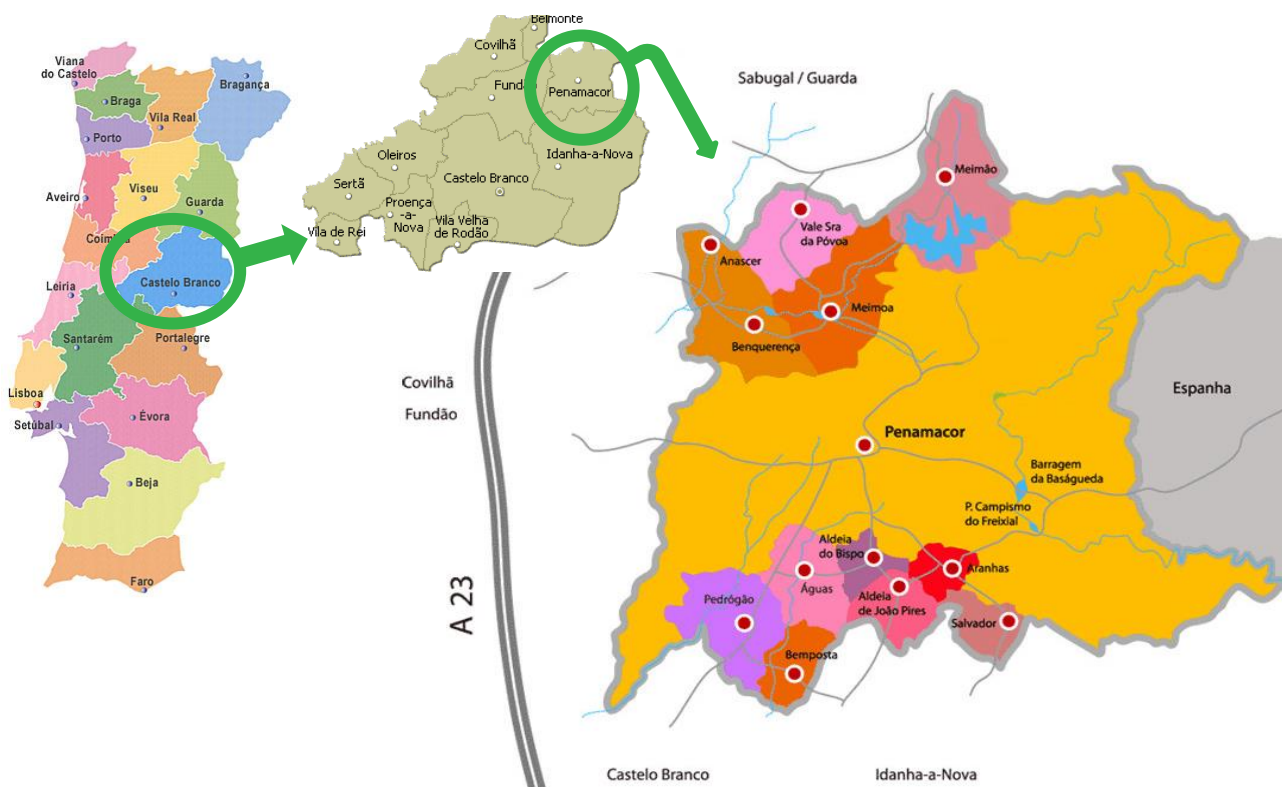
2.2. Caracterização e Análise da População e do Contexto em que a Situação-Problema Ocorre

2.2.1. Caracterização do Concelho de Penamacor

Penamacor é um concelho da Beira Baixa, um dos 11 municípios que compõem o distrito de Castelo Branco (Portugal) e ocupa uma área de 563.72 km², o que corresponde a 8.51% do território distrital. É limitado a Norte pelo concelho do Sabugal, a Sul pelo concelho de Idanha-a-Nova, a Oeste pelo do Fundão e a Leste pela Estremadura espanhola.

É importante verificar que as distâncias entre a sede do Concelho – Penamacor e outros centros urbanos de maior dimensão são de 48 km para a Covilhã, 50km para Castelo Branco e de 66km para a Guarda, o que à partida se traduz no afastamento significativo dos principais serviços de apoio à população, como é o caso, por exemplo, dos Centros Hospitalares.

Figura 2.1. – Mapa do Território Nacional Português; Distrito de Castelo Branco; Concelho e Freguesias de Penamacor (2017)



Fonte: DGPRM/DSRM/DREM e CMP.

Outrora o concelho dividia-se em 12 freguesias, com as recentes uniões de freguesias estas diminuíram para 9, sendo elas: Águas, Aldeia do Bispo e Aldeia de João Pires (em União de Freguesias); Bemposta e Pedrógão (em União de Freguesias); Aranhas, Benquerença, Meimoa, Meimão, Penamacor, Salvador e Vale da Senhora da Póvoa.

Em termos gerais, embora o enfoque do futuro projeto de desenvolvimento social comunitário seja o concelho de Penamacor, em geral, importa salientar que o presente diagnóstico tem como foco dados gerais deste município, assim como da Aldeia do Bispo, uma vez que é a sede de União de Freguesias escolhida para iniciar o aprofundamento diagnóstico participado. Assim, visto que a amostra da população constituída por conveniência escolhida para as entrevistas reside nesta localidade é importante salientar que a Aldeia do Bispo encontra-se a 7km de Penamacor (a aldeia mais próxima da sede de concelho), num vale, nas margens de ribeira da Raivosa, afluente da ribeira das Taliscas e no cruzamento dos caminhos para as freguesias de águas, Bemposta, Aranhas, Aldeia de João Pires e Penamacor, tendo uma dimensão de 6,51 km².

2.2.2. Caracterização Demográfica do Concelho de Penamacor e Aldeia do Bispo

À data dos censos de 2011, o concelho de Penamacor tinha 5 682 habitantes, sendo o segundo município do distrito de Castelo Branco com menor número de população residente. Contudo, ao comparar estes dados de 2011 com os dados do censo de 2001 verifica-se que a população tem vindo a diminuir em todos os municípios do distrito³ (tendência que se tem verificado, em geral, por todo o território português). Veja-se que em 2001 a população residente no concelho de Penamacor era de 6.629hab. reduzindo em 10 anos cerca de 14,6% (5659hab. em 2011)⁴; e 20,6% entre 2001 e 2014.

Quanto às freguesias⁵ do concelho de Penamacor, à data dos censos de 2011, as que têm maior densidade populacional são Aldeia do Bispo com 676 hab. e Benquerença com 575hab.. Em contrapartida as aldeias com menos população são Bemposta (120hab.) e a

³ Anexo A – Evolução da População Residente por municípios pertencentes ao distrito de Castelo Branco, Fonte: INE, 2011

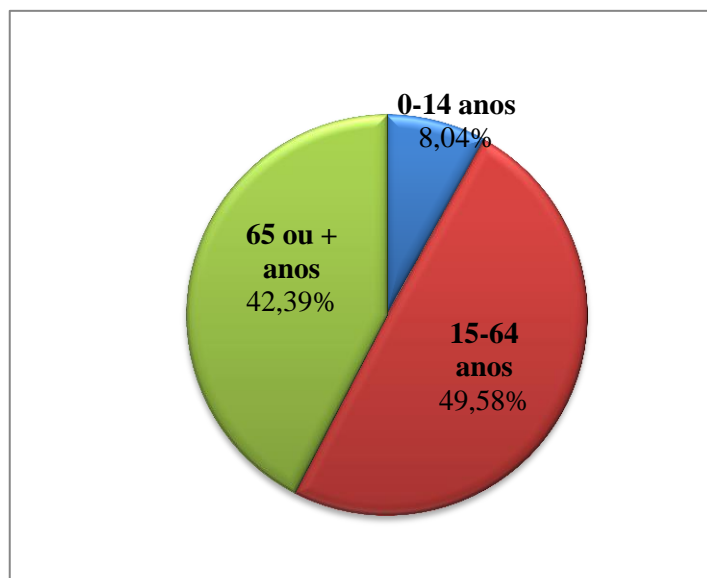
⁴ Anexo B - População Residente em Portugal e concelho de Penamacor por local de residência – 2001, 2011 e 2014, Fonte: INE

⁵ Veja-se que à data dos Censos de 2011 ainda não se encontrava em vigor a Lei de união de freguesias.

Aldeia de João Pires (195hab.)⁶. Quanto ao sexo, embora haja mais mulheres do que homens, existe um grande equilíbrio entre ambos no concelho de Penamacor (51,4% mulheres e 48,6% homens) e na Aldeia do Bispo (50,7% mulheres e 49,3% homens)⁷.

De acordo com figura 2.2. verifica-se que no concelho de Penamacor, da população total residente, 49,58% têm entre os 15 e os 64 anos (2806 hab.), 42,39% têm 65 ou mais anos (2399 hab.) e que apenas 8,04% têm 14 ou menos anos de idade, o que demonstra que a população encontra-se envelhecida.

Figura 2.2. – População Residente no concelho de Penamacor por grandes grupos etários, censos 2011



Fonte: INE/PORDATA

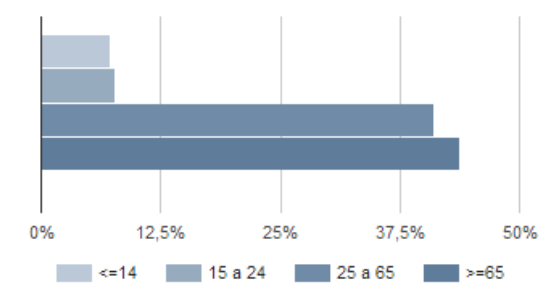
Veja-se ainda que ao dividir o grupo etário dos 15 aos 64 anos em dois, verifica-se, mais claramente que o número de crianças e jovens é bastante inferior quando comparados com os valores apresentados pelos grupos etários dos 25 aos 65 anos e 65 ou mais anos, tal como se pode verificar na figura 2.3. É importante frisar que segundo o Relatório do INE “Onde e como se vive em Portugal - 2011”, Penamacor, a par de Alcoutim (Algarve) e Vila Velha de Rodão (Castelo Branco), é um dos municípios do país que tem mais residentes com idade igual ou superior a 65 anos.

⁶ Anexo C – População Residente no concelho de Penamacor por local de residência à data dos Censos de 2011 Fonte: INE

⁷ Anexos D e E – População residente por sexo. Fonte: INE, 2011

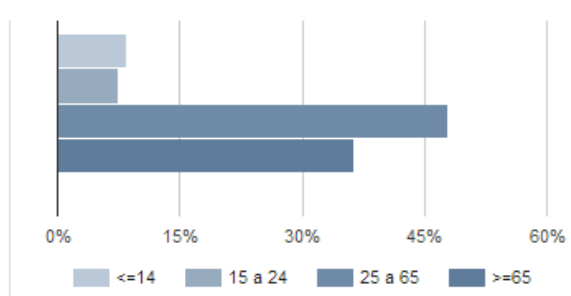
Quanto à população residente na Aldeia do Bispo, verifica-se curiosamente que embora seja envelhecida existem mais pessoas entre os 25 e os 65 anos, bem como mais crianças até aos 14 anos do que jovens dos 14 aos 25 anos, quando comparados os dados da média do concelho de Penamacor (figura 2.4.).

Figura 2.3. – Estrutura etária da população residente no concelho de Penamacor



Fonte: INE, 2011

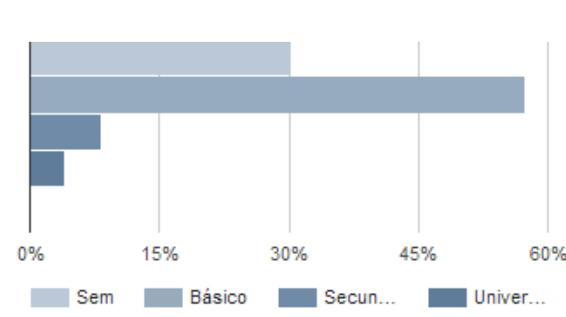
Figura 2.4. – Estrutura etária da população residente na freguesia de Aldeia do Bispo



Fonte: INE, 2011

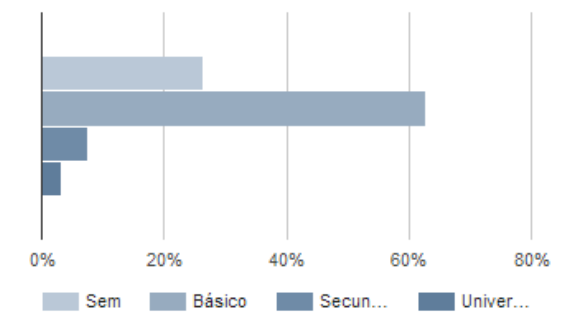
Quanto às habilitações literárias encontram-se semelhanças entre os dados referentes à Aldeia do Bispo (figura 2.6.) e aos da população residente no concelho de Penamacor, verifica-se de acordo com a figura 2.5. que apenas cerca de 5% tem formação de nível universitário, predominando as pessoas com nível básico de escolaridade (cerca de 58% do total de população residente no concelho de Penamacor; e cerca de 63% da população de Aldeia do Bispo) e as pessoas sem qualquer qualificação, sendo estas últimas uma forte parcela da população residente -30%.

Figura 2.5. – Habilitações Literárias da população residente no concelho de Penamacor



Fonte: INE, 2011

Figura 2.6. – Habilitações Literárias da população residente na freguesia de Aldeia do Bispo



Fonte: INE, 2011

Segundo dados do INE a diminuição da população residente tem vindo a verificar-se sobretudo desde as décadas de 60/70, datas que em termos históricos correspondem, numa

primeira fase, a uma forte emigração de portugueses um pouco por todo o país para outros países sobretudo Europeus, e posteriormente a um êxodo rural em que o destino da população foi sobretudo Lisboa e o litoral nacional.

Estas dinâmicas migratórias provocaram uma série de alterações profundas e desequilíbrios estruturais nos indicadores demográficos – diminuição da taxa de natalidade, e aumento da esperança média de vida, assim como o aumento do envelhecimento (inversão da pirâmide etária); no enfraquecimento do tecido social produtivo, condicionando assim a vida dos habitantes que permaneceram no interior do país. Contudo, nos últimos anos tem se verificado um aumento da população estrangeira que opta por residir em regiões, como Penamacor, que oferecem um estilo de vida mais ligado à natureza. Segundo o INE, tal como se pode verificar no Quadro 2.1., embora não haja dados de população estrangeira residente no concelho de Penamacor à data dos censos de 2001, pode-se verificar que em 2008 havia 58 pessoas estrangeiras com estatuto legal de residente em Penamacor, sendo que em 2011 aumentaram para 62 pessoas estrangeiras. Dados mais recentes referentes a 2016 identificam um aumento para 122 pessoas estrangeiras, ou seja, um aumento de 60 pessoas em cinco anos, constituindo-se assim como o concelho do distrito de Castelo Branco que tem aumentado mais a população estrangeira residente nos últimos anos. Este aumento populacional torna-se ainda mais significativo quando se fala de um concelho que tem vindo a verificar, ano após ano, perda de população residente.

Quadro 2.1. – Total de população estrangeira com estatuto legal de residente: região da Beira Baixa, concelhos do distrito de Castelo Branco

Territórios/Anos	Total		
	2008	2011	2016
Portugal	436.020	434.708	392.969
Beira Baixa	1.677	1.709	1.779
Castelo Branco	1.196	1.191	1.140
Idanha-a-Nova	232	250	291
Oleiros	45	43	70
Penamacor	58	62	122
Proença-a-Nova	96	120	96
Vila Velha de Rodão	50	43	60

Fonte: INE/PORDATA, 2017

Dentro deste quadro socioeconómico, e de acordo com dados que a Câmara Municipal de Penamacor disponibiliza no seu *website*, a população residente tem vindo a ressentir-se, visto que a atividade económica tem vindo a perder poder, sendo condicionantes a falta de empreendedorismo, a falta de mão-de-obra qualificada e a fraca expressão do mercado local; o próprio comércio é incapaz de competir com os centros urbanos mais próximos, dando assim destaque para a silvicultura e para as pequenas indústrias agroalimentares. Começa agora a ganhar importância os recursos naturais e a ser valorizado o potencial turístico, bem como os produtos tradicionais da região, sendo também necessário modernizar a agricultura que até então foi muito abandonada (predomina a agricultura de subsistência).

Desta forma, também de acordo com o Plano Estratégico para Penamacor é necessário dinamizar e criar mecanismos de atração e fixação da população no concelho, apostando na dinamização comunitária e na promoção da coesão social e territorial e na criação de projetos que respondam às necessidades existentes em várias áreas (a nível social, económico, cultural, turístico, agrícola, entre outros) do concelho e suas freguesias (Portal Municipal de Penamacor, consultado em 07.06.2017).

2.3. Recursos e equipamentos de intervenção social existentes no Concelho de Penamacor

No município de Penamacor existem vários recursos em prol dos cidadãos, de forma a colmatar necessidades de foro social, psicológico, económico, cultural, da educação, entre outros. De acordo com as informações facultadas pelo Gabinete de Ação Social e Educação (GASE) da Câmara Municipal de Penamacor (CMP), bem como com base nos dados recolhidos no *site* da CMP, foi possível fazer um levantamento dos recursos e das respostas que existem no âmbito da intervenção social concelhia. Além destes foram ainda disponibilizados alguns documentos como relatórios anuais ou planos de ação e atividades de entidades concelhias. Contudo, muitos encontram-se desatualizados e/ou não foram facultados pelas entidades e assim sendo não foram considerados no presente diagnóstico.

Na sua maioria, os recursos existentes são geridos pelo GASE da CMP, o qual cria, simultaneamente, relações de parceria e colaboração com outras entidades concelhias, tais como o Centro de Saúde de Penamacor, o Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches de

Penamacor (AERSP), a Segurança Social, a GNR. É de ressaltar que as atividades desenvolvidas destinam-se a toda a população do município, não havendo assim projetos específicos para cada freguesia e/ou união de freguesias.

Desta forma, os três técnicos (com formação em sociologia, psicologia clínica e ciências da educação) do GASE da CMP intervêm na comunidade com vista a desenvolver um serviço de apoio comunitário e de acompanhamento social aos cidadãos do município. Além disto, este gabinete faculta, desde 2008 e de forma gratuita ao munícipe, o acompanhamento psicológico com o objetivo de prevenir e promover a saúde mental no concelho. As técnicas do GASE realizam ainda o acompanhamento dos munícipes na procura de emprego e na inserção na vida ativa.

Segundo o plano de atividades de 2017, o GASE é responsável pela revisão da carta educativa e desempenha também funções em matéria de educação e ação social na gestão das refeições e transportes escolares, na distribuição de manuais escolares e atribuição de bolsas de ensino superior. Quanto a projetos, estes desenvolvem-se a nível da educação parental (Projeto “Famílias Felizes”); da educação para a cidadania e empreendedorismo (“Projeto *Junior Achievement*”); e no desenvolvimento da Academia de Férias Letivas. Estes projetos serão retomados mais à frente.

Além destes serviços, existe ainda a Rede Social de Penamacor (RSP). Este programa foi iniciado em 2005, funcionando na sua modalidade mais restrita com o núcleo executivo e numa modalidade mais alargada com o Conselho Local de Ação Social de Penamacor (CLASP) com objetivo de rentabilizar a intervenção social dos agentes locais na execução de medidas e programas de âmbito local. Inicialmente foram cumpridos os objetivos orientadores do programa, foram elaborados um diagnóstico social, um plano de desenvolvimento social e planos de atividades anuais.

Segundo o Plano de Ação Social de 2014, as entidades parceiras que fazem parte do Núcleo Executivo da Rede Social e que têm um papel mais ativo na rede são a CMP, a Segurança Social, o AERSP, o Lar Residencial D. Bárbara Tavares da Silva (IPSS), a União de Freguesias de Pedrogão de São Pedro e Bemposta, a Unidade de Cuidados de Saúde Primários (UCSP) de Penamacor, os escoteiros de Penamacor e o Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco – Serviço Local de Penamacor. Os restantes elementos do CLASP são as Juntas de Freguesia de Penamacor, Aranhas e Meimoa (dados anteriores à

reorganização das freguesias), Unidade de Prevenção de Castelo Branco, o Núcleo Local de Inserção, Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Baixa, a Associação Solidarietà Sem Fronteiras (ASSF), a Rede Europeia Anti pobreza/Portugal e a Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Benquerença. Todavia, com o passar dos anos foi-se sentindo alguma dificuldade de participação dos elementos membros do CLASP, havendo assim uma progressiva diminuição das ações e atividades desenvolvidas no âmbito da Rede Social.

À data de 2014, o Plano de Desenvolvimento Social do CLASP orientava a ação para três eixos que, ainda hoje, segundo a Técnica do GASE, orientam a intervenção dos técnicos, sendo eles: eixo I – intervenção social que visa o alargamento da rede de equipamentos e serviços de apoio a pessoas idosas e crianças/jovens com vista à melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar; eixo II – valorização do concelho, que consiste na promoção e divulgação das potencialidades ambientais, patrimoniais e turísticas do concelho e consequente dinamização económica; e o eixo III – educação, formação e cidadania que culmina no aumento da qualificação e formação da população, promoção da cidadania ativa e criação de mecanismos de fixação populacional no concelho de Penamacor.

Neste sentido algumas atividades têm sido criadas, embora com menos participação das entidades que inicialmente compunham o CLASP. Por exemplo, no âmbito deste programa foi criado o Banco de Equipamentos que resulta da parceria da CMP e o Lar D. Bárbara Tavares da Silva (IPSS) localizado em sede de concelho. Este Banco de Equipamentos funciona nas instalações do Lar e disponibiliza andarilhos, cadeiras de rodas, camas articuladas, entre outros equipamentos destinados à população que apresente alguma limitação na sua mobilidade.

No âmbito da Rede Social são ainda desenvolvidas atividades no Dia da Pessoa Idosa-encontro de idosos de todo o concelho em espaços de lazer definidos à priori; no Dia Mundial da Criança existe uma colaboração na realização de atividades lúdicas, desportivas e recreativas para as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo; participação no concurso de Artes Contra a Violência no namoro no âmbito do projeto “Muda-te” (projeto que visa sensibilizar a comunidade escolar e a população em geral para a prevenção da violência doméstica e de género); a colaboração na atividade “Ao Encontro dos Afetos” (encontro entre crianças, jovens e pais do concelho). Mais atividades poderão ser desenvolvidas mas com carácter mais pontual, não havendo assim ações ou projetos de forma regular desenvolvidos no âmbito da

Rede Social. Além disto, de acordo com as informações recolhidas verifica-se que o diagnóstico social concelhio encontra-se desatualizado desde 2006, assim como o plano de ação social da Rede Social desde 2014, tal deve-se à progressiva desmobilização da Rede referida pela Técnica e pela Vereadora em entrevista presencial, cujos resultados serão apresentados mais à frente.

2.3.1. Equipamentos de intervenção social e apoios sociais do concelho, segundo o público-alvo.

No município existem ainda outros equipamentos que se destinam à *população idosa*, tais como: a Academia Sénior da Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul (ADRACES) com 115 alunos e 23 professores em regime de voluntariado; e IPSS's, como a Santa Casa da Misericórdia de Penamacor, o Lar D. Bárbara Tavares da Silva; a Residencial Sénior – Póvoasol; bem como os vários Centros de Dia sitos nas localidades das freguesias do município (Centro de Dia de Aldeia do Bispo; Aldeia de João Pires; Águas; Bemposta, Benquerença, Meimão, Pedrogão; Salvador; São Domingos da Meimoa; Vale da Sra. Da Póvoa; e o Centro de Dia da Liga de Amigos das Aranhas).

Relativamente à *infância e juventude*, o município tem ao dispor da comunidade a CPCJ, cujos técnicos, de várias áreas profissionais, trabalham com as crianças e jovens do concelho; bem como o Instituto Social Cristão Pina Ferraz (IPSS) que dá assistência a crianças e jovens carenciados. De acordo com o plano de atividades de 2017, a CPCJ propôs e encontra-se ainda a desenvolver várias ações, tais como a sinalização de filhos de estrangeiros em idade escolar e sensibilização sobre a importância da educação e aprendizagem da língua portuguesa; a continuação do projeto de formação de competências parentais “Famílias Felizes”; ações de sensibilização sobre a prevenção de maus tratos infantis e sobre a importância da frequência da escolaridade obrigatória; e a realização do IV Encontro dos Afetos”. Muitas destas atividades foram desenvolvidas com a colaboração do GASE, da GNR, do SEF e com o AERSP.

Quanto à rede escolar o município oferece à sua população o ensino público com o Centro Escolar de Penamacor (pré-escolar e 1º ciclo); e o AERSP, cuja carta de missão 2013/2017 apresenta a oferta educativa e formativas que passam pelo 2º e 3º ciclo do ensino

básico, ensino secundário (cursos científico-humanísticos e profissional), educação especial, atividades de enriquecimento curricular e atividades na componente de apoio à família para o 1º ciclo e atividades de animação de apoio à família na educação pré-escolar. Ainda no âmbito escolar, o AERSP apresenta no plano de atividades 2016/2017 várias colaborações com outras entidades concelhias, nomeadamente com a CMP e com a ADRACES. Estas atividades fundem-se em quatro prioridades de intervenção, sendo elas: melhorar o sucesso escolar e promover a formação integral dos alunos; valorizar o esforço e o sucesso profissional do pessoal docente e não docente; melhorar os mecanismos de comunicação com toda a comunidade educativa; e melhorar os mecanismos de autoavaliação.

Além do ensino público o concelho oferece ainda oferta educativa privada como a Santa Casa da Misericórdia (creche, jardim de infância e ATL); e a Academia de Música e Dança do Fundão (Polo de Penamacor). Além disto, encontra-se em desenvolvimento a criação de uma Escola Internacional em Penamacor, como forma de responder às necessidades demonstradas pela população estrangeira residente.

Na vila de Penamacor, sede de concelho, existe ainda uma Loja Social sediada na praça municipal, a qual é gerida pela Associação de Solidariedade Sem Fronteiras (IPSS), que tem como objetivo distribuir géneros alimentares, vestuário e outros produtos a toda a população que apresente carência dos mesmos.

Quanto a outros apoios sociais concelhios destinados aos agregados familiares mais carenciados, existe o apoio à habitação que se destina à melhoria das condições habitacionais; o apoio à saúde que se baseia na comparticipação de despesas de saúde; e descontos no âmbito da tarifa social da água. Em âmbito escolar existem ainda programas municipais de apoio socioeducativos no ensino pré-escolar; 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico; no ensino secundário e ensino profissional de forma a combater a exclusão social e a promover a igualdade de oportunidades das crianças e jovens do concelho de Penamacor. Alguns desses apoios prendem-se em torno das atividades de animação e apoio à família- prolongamento de horário gratuito; programa de atividades e enriquecimento curricular; transportes escolares; refeições escolares; e manuais escolares gratuitos. Com estes apoios socioeducativos são ainda abrangidos os alunos do ensino superior, através da atribuição de bolsas de estudo com vista ao aumento do nível de formação da população concelhia e, progressivamente, para contribuir a médio e longo prazo para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural da região.

Todos estes apoios requerem o preenchimento de um boletim de candidatura a ser entregue nos serviços municipais destinados para o efeito.

Com base nos dados recolhidos no *site* da CMP (junho, 2017) e das informações disponibilizadas pelo GASE, no município são ainda realizadas várias iniciativas sobretudo no âmbito da Educação e em parceria com as escolas públicas e privadas. Algumas dessas iniciativas baseiam-se na “Educação para a Saúde e Inclusão – Estilos de Vida Saudáveis”, as quais têm como objetivo fomentar a adoção de estilos de vida saudáveis através da interação da comunidade educativa (alunos, professores, funcionários e pais/ encarregados de educação). Outras iniciativas são: o “Programa Olho de Lince” que existe desde o ano de 2010/2011 e que visa o combate ao insucesso escolar; o “Projeto *Junior Achievement* em Penamacor” que começou no ano letivo de 2015/2016 e que se baseia numa parceria com a organização *Junior Achievement Portugal* e que tem como objetivo educar os alunos para a Cidadania e Empreendedorismo, de forma a desenvolver competências e a despoletar a capacidade empreendedora dos jovens tanto na escola como também na transferência de conhecimentos e práticas em iniciativas de interligação entre a escola e a estrutura económica local.

No âmbito da parceria entre o município e o AERSP é ainda disponibilizado o serviço de psicologia e orientação escolar e o serviço de acompanhamento familiar para toda a comunidade escolar. Além disto, são ainda desenvolvidas iniciativas no âmbito da Educação Parental, segundo a qual são proporcionados momentos de discussão e partilha de forma a promover a reflexão positiva e responsável acerca dos desafios familiares. Neste sentido, em colaboração entre a CMP e a CPCJ, são ainda dinamizados os encontros do “Programa Construir Famílias” que surgem integrados no “Projeto Famílias Felizes”, dinamizado por uma educadora Parental e *Coach* Familiar da Associação Quero-te Muito – Cristina Nogueira da Fonseca.

Em parceria com o AERSP, o Centro de Saúde de Penamacor desenvolve várias iniciativas com os alunos do concelho no âmbito do Programa Comunitário de Educação para a Saúde e no Projeto de Educação para a Saúde.

Em período de interrupção letiva, as crianças e jovens do concelho podem ainda usufruir, embora pagando, de uma Academia de Férias, a qual surgiu, pela primeira vez no

presente ano de 2017, como forma de dar resposta a solicitações das famílias que até então não tinham onde ocupá-los de forma ativa e saudável neste período de férias.

Em suma, verifica-se que o GASE da CMP retém em si vários apoios e iniciativas, sobretudo destinadas à população mais jovem, intervindo com grande ênfase em parceria com o agrupamento de escolas e desenvolvendo atividades assentes na educação das crianças, jovens e famílias. No entanto verifica-se que a população mais idosa, embora também esteja inserida em programas dinamizados pelo município, tem, maioritariamente, respostas focadas em centros de dia nas várias localidades do concelho e em três IPSS's (lares) do município.

É de ressaltar que a Rede Social de Penamacor não funciona plenamente (pouca adesão e cooperação entre entidades do concelho) o que, possivelmente, põe entraves ao desenvolvimento de projetos com outros focos de interesse e resposta comunitária.

Quanto às Juntas de Uniões de Freguesia do município, estas têm atendimento ao cidadão nas localidades de cada união de freguesias. A título de exemplo a União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Aldeia de João Pires e Águas têm a sua sede de união situada na localidade de Aldeia do Bispo, na qual o atendimento aos cidadãos é feito às terças-feiras, sendo que às quartas é na Aldeia de João Pires e às quintas-feiras nas Águas, a partir das 19:30h (horário pós-laboral). Este atendimento não se baseia em apoio social, tratando-se sim de apoios relativos a licenças e outros assuntos sobretudo de foro político relacionados com as freguesias, ficando assim o apoio e acompanhamento social centralizado no GASE da CMP.

É ainda necessário referir um dos serviços que desempenha um papel imprescindível no concelho, isto é, o Centro de Saúde de Penamacor. Este serviço viu nos últimos anos a redução do seu horário de funcionamento, estando assim a população sem serviços de saúde permanentes o que se torna muitas vezes um constrangimento, visto que o hospital mais próximo encontra-se a 45 km na Covilhã e o de Castelo Branco a cerca de 56 km de Penamacor. De acordo com o Portal da Unidade Local de Saúde, Castelo Branco EPE, o Centro de Saúde de Penamacor está aberto de segunda a sexta-feira das 08h00 às 20h00 e aos sábados, domingos e feriados das 09:00 às 19h00. Além disto existe extensões de saúde nas doze localidades do concelho.

No âmbito da saúde geral/familiar as áreas de atividade passam pela assistência de enfermagem (no centro de saúde e ao domicílio), consultas de psiquiatria, psicologia,

nutrição, saúde escolar, saúde pública, saúde familiar, consulta no âmbito dos programas de saúde (diabetes, Planeamento Familiar, Saúde materna e infantil, prevenção do colo do útero) e vacinação. Além disto técnicos do centro de saúde participam no conselho educativo da CMP, na comissão alargada da CPCJ, nas Equipas Locais de Intervenção no Fundão no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância; bem como no Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco. Desta forma a missão do Centro de Saúde de Penamacor consiste na promoção de cuidados de saúde primários centrados na população de Penamacor, na sua dupla vertente de Saúde Geral/Familiar e Comunitária (Portal da Unidade Local de Saúde, Castelo Branco EPE, consultado a 23.08.2017).

Importa salientar que embora haja alguma falta de serviços e recursos, os existentes são imprescindíveis para o bem-estar da população residente em Penamacor.

2.4. Apresentação dos principais resultados obtidos através de entrevistas

Primeiramente é necessário referir que o diagnóstico social que é apresentado na presente tese sustenta-se em dados estatísticos referentes ao concelho de Penamacor em geral e também da localidade da Aldeia do Bispo, visto que foi a localidade escolhida para iniciar o foco do trabalho proposto. Neste sentido foram realizadas entrevistas, para as quais foram elaborados dois guiões⁸, conforme os seus destinatários: um destinado à Vereadora e à Técnica do GASE da CMP e outro às dez pessoas residentes na Aldeia do Bispo, Penamacor.

A entrevista enquanto instrumento de recolha de dados “ajuda a construir uma imagem compreensiva sobre as capacidades e os desafios da comunidade” (Healy, 2012:187). Veja-se que a “informação recolhida através de questões em entrevista podem ser úteis para detetar e definir as forças e fraquezas da comunidade, o nível de envolvimento dos membros de uma dada comunidade e como veem a sua própria participação na comunidade” (Healy, 2012:187).

Desta forma, foram entrevistadas dez pessoas do género feminino e masculino com idades compreendidas entre os 16 e os 91 anos com o objetivo de ter uma maior diversidade de faixas etárias num número reduzido de entrevistas. As doze entrevistas compõem uma amostra constituída por conveniência e foram conduzidas numa lógica semi-diretiva, tendo

⁸ Anexos F e G – Guiões de Entrevista: da Técnica, GASE; e Vereadora, CMP; e da amostra da população residente na Aldeia do Bispo, Penamacor

sido colocadas várias questões dentro de cinco temas, sendo eles: Tema I – identificação de atores; Tema II: percepção acerca do fenómeno do despovoamento na região; Tema III: percepção acerca das atividades, projetos e iniciativas desenvolvidas pela CMP e outras entidades públicas ou privadas; Tema IV: participação – cidadania ativa, envolvimento dos diversos atores na tomada de decisão; e Tema V: identificação das necessidades, interesses e potencialidades da comunidade local, do território e de outras entidades.

2.4.1. Resultados das entrevistas realizadas à população

De acordo com Healy, “é primordial que a recolha de dados seja realizada de forma clara; que permita detetar as necessidades e as potencialidades de uma determinada comunidade; que dê a oportunidade da comunidade – alvo participar no processo de recolha de dados” (2012:188). Desta forma, foram realizadas dez entrevistas a residentes na Aldeia do Bispo de Penamacor no sentido de apurar as suas percepções e opiniões, tendo estas sido sintetizadas numa grelha de análise de respostas⁹. No seguinte quadro 2.2. apresenta-se a caracterização do perfil dos entrevistados, segundo a idade, género, habilitações literárias e profissão.

Quadro 2.2. Caracterização do perfil da amostra de população entrevistada

Código	Idade	Género	Habilitações Literárias	Profissão/ Ocupação
TL	16	M	Frequenta o 10ºano	Estudante
SM	17	F	Frequenta o 12ºano	Estudante
FP	21	F	Frequenta licenciatura	Estudante
JA	25	M	Frequenta mestrado	Estudante
MS	45	F	6º ano	Pasteleira
FR	53	M	4º ano	Eletricista
EJ	60	F	9ºano	Reformada (Rececionista)
CE	64	M	9ºano	Reformado (Operário de fábrica)
ER	81	F	Não tem	Reformada (Agricultora)
JF	90	M	4ºano	Comerciante ativo e Reformado

Fonte: própria, 2017

⁹ Anexo J - Grelhas de Análise das entrevistas – amostra da população residente na Aldeia do Bispo, Penamacor (agosto, 2017).

Relativamente ao tema II: percepção acerca do fenómeno do despovoamento na região, todos os entrevistados partilham a mesma opinião de que a diminuição da população se deve à redução do número de nascimentos e ao progressivo envelhecimento da população, sendo que a principal causa, mencionada por todos, é a falta de oportunidades e emprego na região. Além disto três das dez pessoas entrevistadas (mulheres de 60 e 80 anos e homem de 64 anos) mencionaram o encerramento da escola da aldeia e a transferência das crianças para a escola na sede do concelho como uma das causas para a diminuição da fixação de população; duas pessoas (homens de 64 e 90 anos) mencionaram que há um abandono da exploração agrícola e uma procura pelo ensino superior por parte dos mais jovens; duas pessoas (mulheres de 21 e 81 anos) identificaram a falta de exploração de comércio local; e por fim uma pessoa (homem de 25 anos) referiu que a falta de aposta do Poder Central na dinamização da economia e no potencial da raia contribui para o afastamento da população de regiões do interior do país como é o caso do concelho de Penamacor.

Quanto ao tema III: percepção acerca das atividades, projetos e iniciativas desenvolvidas pela CMP e outras entidades públicas ou privadas; cinco pessoas (homens de 16, 53 e 91 anos; e mulheres de 45 e 81 anos) mostraram não ter conhecimento das ações desenvolvidas pela CMP ou por outras entidades, sendo que dos cinco apenas a mulher de 81 anos já participou num projeto de alfabetização desenvolvido há alguns anos pela CMP. Três entrevistados (homens de 25 e 64 anos; e mulher de 60 anos) têm conhecimento de eventos culturais, feiras e festas comemorativas do concelho; destes dois nunca participaram em outra atividade e um participou em atividades da escola com colaboração com a CMP. Duas outras entrevistadas (mulheres de 17 e 21 anos) demonstraram ter conhecimento de algumas atividades e apoio escolar/ social, nomeadamente o apoio de livros escolares, e já participaram em atividades da escola em colaboração com a CMP. Ou seja, em geral existe desconhecimento das atividades, projetos e iniciativas de foro social desenvolvidas no concelho.

O tema IV relativo à participação – cidadania ativa, envolvimento dos diversos atores na tomada de decisão; sete (homens de 16, 25 e 91 anos; e mulheres de 17, 21, 45 e 81 anos) entrevistados consideram que existe pouca ou nenhuma participação cidadã; e três (homens de 53 e 64 anos e mulher de 60 anos) consideram que existe alguma participação cidadã. Todos os entrevistados mostraram-se disponíveis para participar num projeto se contactados, exceto uma entrevistada (mulher de 45 anos). Duas pessoas (mulheres de 17 e 21 anos) referiram ainda que é necessário um projeto que combata o despovoamento. Verifica-se assim que

embora considerem que atualmente haja pouca ou nenhuma participação cidadã, encontram-se disponíveis para participar futuramente num projeto, reconhecendo a importância do seu envolvimento.

Por fim, o tema V permitiu identificar as necessidades, interesses e potencialidades da comunidade local, do território e de outras entidades. Todos os entrevistados consideram essencial a criação de novos postos de trabalho, oportunidades e incentivos para fixação de população de forma a valorizar a região e o interior do país; cinco pessoas (mulheres de 21, 60 e 81 anos; e homens de 64 e 90 anos) consideram que é necessário melhorar a rede de cuidados de saúde e apoio domiciliário no concelho, sendo que dois (mulheres de 21 e 60 anos) destes cinco entrevistados fazem ainda referência à falta de acesso aos lares devido ao seu custo elevado. Além disto, três pessoas (mulheres de 60 e 81 anos e homem de 64 anos) identificam a reabertura da escola e da farmácia da Aldeia do Bispo como primordial e outras três pessoas (homens de 25, 53 e 64 anos) consideram necessário criar incentivos para a fixação de empresas, serviços e comércio no concelho. Um dos entrevistados (homem de 16 anos) refere ainda a necessidade de criar mecanismos de aproximação do concelho às grandes cidades.

Quanto às potencialidades da região sete entrevistados (homens de 16,25,53 e 64 anos; e mulheres de 17,21,60 e 81 anos) identificaram o turismo e a proximidade geográfica da região com Espanha como importantes. Além disto quatro entrevistados (mulheres de 21 e 60 anos; homens de 53 e 64 anos) enaltecem a riqueza em termos de património natural e histórico do concelho; e três pessoas reconheceram as tradições como essenciais (homem de 16 anos; e mulheres de 21 e 45 anos). A gastronomia típica da região, a boa capacidade agrícola dos campos; a prática da caça; e os espaços balneares e de lazer, e a boa qualidade de vida foram outros dos aspetos mencionados pelo menos duas vezes ao longo das entrevistas.

Os interesses demonstrados pelos entrevistados surgem muito no seguimento das necessidades que identificaram, as quais foram apresentadas anteriormente. Contudo, importa salientar o interesse pelo desenvolvimento da área dos transportes, comércio, indústria, emprego e ação social, pela melhoria dos serviços de saúde e lares, pela redução do custo de acesso ao interior do país, nomeadamente o custo das portagens da autoestrada A23, bem como pela progressiva valorização da região, tendo estes sido os mais mencionados ao longo das entrevistas.

2.4.2. Resultados das entrevistas realizadas à Vereadora da CMP e da Técnica do GASE da CMP

Tal como a população-alvo deve ter uma participação ativa na elaboração de um diagnóstico social, também outros atores locais devem ser chamados a participar no mesmo. Desta forma, foram realizadas duas entrevistas, Vereadora da CMP e Técnica do GASE da CMP, visto que é a entidade concelhia mais abrangente e com atuação em todo o território de Penamacor. Veja-se que a análise destas entrevistas¹⁰ foi elaborada nos mesmos parâmetros de categorização por temas de resposta que foram tidos em consideração na análise das entrevistas realizadas à amostra da população.

A par das repostas da população, também a Técnica e Vereadora da CMP descrevem o fenómeno do despovoamento (tema II) como sendo um efeito da redução da natalidade e aumento da esperança média de vida, assim como devido à saída dos jovens do concelho para ingressarem no ensino superior em cidades de maior dimensão e com oferta educativa diversa, os quais acabam por não voltar ao concelho, visto que há falta de oportunidades de emprego e o tecido empresarial existente é incapaz de absorver mão-de-obra qualificada.

Relativamente às atividades desenvolvidas no concelho (tema III), estas são sobretudo dinamizadas pela CMP, sendo que ambas identificam a grande aposta que a Câmara tem feito a nível da educação (apoios de incentivo escolar do jardim de infância ao 12ºano; e.g. apoio de livros escolares e passes de transporte), turismo, lazer e cultura (e.g. “Vila Madeiro”; e “Feira Terras do Lince”); na requalificação do património urbano, natural e urbanístico. Além disto, ambas (Vereadora e Técnica) identificaram o “projeto *Junior Achievement*” como um projeto em que a comunidade empresarial é chamada a fazer parceria com o Agrupamento de Escolas e o GASE, de forma a passar competências de empreendedorismo e cidadania às crianças e jovens na escola, com o objetivo de que no futuro estes jovens tenham ferramentas para criar o seu próprio projeto e emprego. A Técnica refere ainda algumas atividades e projetos do GASE, tais como *workshops* com famílias; a “Academia de Férias Letivas” (projeto que começou neste ano, 2017); bem como outras iniciativas feitas em colaboração com a CPCJ – “Encontro dos Afetos”; e com “Academia Sénior” que em parceria com a CMP desempenha um papel importante junto da população mais idosa com o desenvolvimento de atividades.

¹⁰ Anexos H e I - Grelhas de Análise das entrevistas: Técnica, GASE; e Vereadora, CMP (agosto, 2017).

Relativamente à participação cidadã ambas referem que a população concelhia é chamada a participar nas atividades que são desenvolvidas pela Câmara e por outras entidades públicas e privadas. Porém, não participam muito não só a nível social como a outros níveis, de forma geral, tal como se pode verificar nos seguintes excertos das entrevistas:

A população do concelho não é uma população que adira muita às coisas. Quando eu digo que não adere, não tem só a ver com os projetos do GASE, pois de um modo geral não são muito participativas, há alguma renitência... mas são sempre chamadas a participar através da divulgação junto das Juntas de Freguesia, com cartazes e outras informações (Técnica, agosto 2017).

Em relação à população, temos que ter consciência que temos uma população envelhecida onde falta massa crítica. Há sempre alguma dificuldade em fazer com que as pessoas participem nos projetos quer da autarquia quer na apresentação de novos projetos e propostas (Vereadora, agosto 2017).

O mesmo acontece quando se fala na participação dos diversos atores locais afetos a entidades de foro social. Embora haja colaboração entre os diversos atores locais em determinadas atividades, estas acabam por não resultar de uma efetiva parceria, mas sim do apoio no desenvolvimento de determinadas ações ou eventos. Veja-se o caso do próprio insucesso da Rede Social mencionado tanto pela Técnica como pela Vereadora, as quais consideram que existe falta de parceria das várias entidades-membro da rede, bem como falta de envolvimento destas na produção conjunta de objetivos e projetos:

A colaboração com os atores locais é sempre facilitada e há uma relação estreita, porque somos muito poucos. Aliás, quanto a mim, um dos problemas da Rede Social ter murchado foi essencialmente esse, porque as pessoas que vinham são as pessoas que vêm a tudo. As pessoas sentem que colaboram e sentem sempre que a responsabilidade é da Câmara (Técnica, agosto 2017).

As pessoas neste momento já estão muito mais conscientes de que é preciso trabalhar em conjunto, até porque os projetos comunitários põem, cada vez mais, os municípios a trabalhar em rede, mas efetivamente as pessoas ainda estão muito habituadas a trabalhar isoladas, na sua instituição, nas sua associação e não a trabalhar em conjunto e como é óbvio isso é mau. É o caso da Rede Social. Ainda fizemos projetos e atividades, mas os elementos da Rede Social começaram a distanciar-se do objetivo que era trabalhar em grupo

para projetos comuns... deveria ter outra dinâmica. Há sempre muita dificuldade em as pessoas participarem, integrarem e trabalharem em conjunto (Vereadora, agosto 2017).

De forma a sintetizar ideias e ideais, a entrevista foi concluída, de modo a perceber quais as necessidades e potencialidades do território e dos seus vários atores locais e até de outras entidades externas que podem ser fomentadas de forma a valorizar o concelho de Penamacor. Neste sentido, as principais necessidades identificadas por ambas foram a necessidade de criação de novos postos de trabalho e oportunidades para a fixação de população e zelar pelos empregos existentes; a falta de recursos humanos nas entidades sociais e em outras, e a necessidade de atualizar o diagnóstico social, visto que o último foi elaborado em 2006 e está desatualizado e assim revitalizar a Rede Social. Além disto, a Vereadora enalteceu ainda a necessidade de atrair empresas para o concelho; reduzir as portagens de autoestrada A23, que se torna um constrangimento para todo o Interior, bem como a criação de medidas e incentivos para o Interior por parte do Poder Central.

Quanto às potencialidades concelhias, ambas identificaram ainda a criação (que está em curso) de uma Escola Internacional como um ponto forte que virá responder às necessidades identificadas no concelho, visto que a população estrangeira residente tem vindo a ganhar algum relevo, sendo ainda esta escola vista como uma oportunidade de atração de mais famílias para o concelho, visto que na região Centro do país só existe uma escola internacional na Marinha Grande, Leiria. Valorizam ainda a riqueza do património histórico, cultural e natural do concelho, a boa qualidade de vida e a grande aposta que a Câmara tem vindo a fazer no turismo e na educação (parceria entre o GASE e AERSP). Além disto, a Técnica enaltece a existência de empresas de sucesso como “Penazeites”, “Euromel” e “Ibersaco” que emprega muitas famílias e exporta muitos produtos concelhios.

Quanto ao interesse demonstrado pela implementação de iniciativas ou projetos futuros no concelho de Penamacor este passa sobretudo por ações que promovam o emprego, o turismo, a educação e a inovação social, alertando simultaneamente para a necessidade de incentivos e medidas por parte do Poder não só local, mas sobretudo Central para revitalizar e repovoar o interior do país, neste caso o concelho de Penamacor:

Continuar a apostar no turismo, na educação, no tecido empresarial e no social. Na educação continuar a trabalhar no sentido em que se está a trabalhar que é apoiar quem cá está, e com os incentivos que a CMP dá também já vieram crianças e jovens de outros concelhos vizinhos, que têm escola nos seus concelhos, mas já preferiram Penamacor (...),

continuar a apostar no social, ainda mais, continuar com o projetos que temos, mas inovar com outros diferentes, e temos ainda a questão do tecido empresarial que influencia o emprego, o social e tudo o resto (Técnica, agosto 2017).

Todos os projetos que ajudem a fixar pessoas no concelho e todos os projetos que venham a criar emprego em Penamacor vão dar, de facto, aqui um impulso que nos faz falta (...) temos de bater forte na questão de criação de emprego. É um problema de todo o Interior do país (...) há muita coisa que não depende apenas das autarquias, embora o possam fazer e têm o dever de o fazer, mas têm de ser feitos projetos nacionais e estamos aqui tão perto de Espanha. É tudo isso que tem de ser olhado pelo nosso Poder Central (Vereadora, agosto, 2017).

2.5. Síntese das necessidades/problemas mais comuns

Em suma, através das entrevistas realizadas à amostra da população residente e à Técnica e à Vereadora da CMP que conhecem bem o território e a população com a qual trabalham é possível encontrar muitos pontos em comum, assim como identificar determinados problemas do território e dos seus atores.

O despovoamento é um fenómeno real neste território, bem como todas as consequências que derivam do mesmo. A falta de emprego e a incapacidade do tecido empresarial absorver toda a mão-de-obra, sobretudo jovem, que na sua maioria sai para ingressar no ensino superior e que volta ao seu concelho com maior qualificação, promove o progressivo afastamento da população deste território que se desloca para outras cidades de média e grande dimensão ou até mesmo para países no estrangeiro que lhes proporcionem melhores qualidades de vida e oportunidade de crescimento profissional. Todos referem que o despovoamento não é um fenómeno de hoje, mas referem também que é necessário combatê-lo e criar oportunidades para a população e empresas se fixarem no concelho e beneficiar das potencialidades deste território. De facto, também a participação cidadã não é ativa e os laços de parceria são escassos e necessitam de ser revitalizados e fomentados. É de ressaltar que “por vezes, a não participação da comunidade em determinadas ações pode também dever-se à falta de recursos para que essa mesma participação ocorra. Ou seja, podem existir fragilidades relativas aos recursos e suportes que permitem, por exemplo, a deslocação da população a determinado local; o horário em que é solicitado, etc.” (Healy, 2012:194), assim como também poderá acontecer com a falta de recursos humanos nas entidades que atuam localmente.

2.5.1. Análise SWOT

Segundo Healy, a análise *SWOT* permite sintetizar a informação recolhida e analisada no processo de elaboração do diagnóstico social. Esta análise de forças, fraquezas, oportunidades permite a sintetização, de forma simples e clara, das necessidades e interesses de uma comunidade, bem como da situação problema ao qual o projeto pretende responder (2012:192). Desta forma, a análise SWOT permite organizar de forma mais sistemática e concreta os resultados obtidos através do diagnóstico social, bem como delimitar uns aspetos e potencializar outros, tal como se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro 2.3. – Análise SWOT do concelho de Penamacor

Strengths/ Forças	<ul style="list-style-type: none">- Proximidade geográfica e relacional com a comunidade por parte do GASE;- Aumento da população estrangeira residente no concelho;- Forte aposta da CMP na educação, turismo, caça, cultura e espaços de lazer;- Riqueza e requalificação do património histórico, cultural e natural da região;- Boa qualidade de vida.
Weaknesses/ Fraquezas	<ul style="list-style-type: none">- Analfabetismo/ baixas qualificações;- Falta de postos de trabalho para emprego qualificado; Falta de fixação de empresas e tecido empresarial;- Falta de participação dos cidadãos em decisões a nível concelhio;- Desconhecimento, por parte dos cidadãos, dos recursos, atividades e projetos existentes no concelho;- Rede Social desmobilizada; desatualização do diagnóstico social, relatórios, outros;- Inexistência de um Assistente Social no GASE/ Falta de Recursos Humanos
Opportunities/ Oportunidades	<ul style="list-style-type: none">- Escola Internacional: atração e fixação de novos residentes;- Integração/participação dos cidadãos em decisões da sociedade civil;- Criação de relações de parceria com as Universidades e Politécnicos;- Campos com capacidade para exploração agrícola e florestal; energias renováveis;- Proximidade com Espanha.
Threats/ Ameaças	<ul style="list-style-type: none">- Saída da população jovem e envelhecimento da população concelhia;- Falta de participação em torno de objetivos comuns/ parceria entre atores locais;- Distância geográfica das grandes cidades, hospitais e centros de decisão;- Sentimento de abandono Interior versus Litoral do país; Custo elevado de portagens (A23) que dificulta a acessibilidade com a região.

Fonte: própria, 2017

2.6. Identificação de boas práticas nacionais e internacionais de inspiração para a presente proposta de projeto - *Benchmarking*

No âmbito da intervenção e desenvolvimento comunitário têm surgido inúmeros estudos e projetos produzidos e implementados por Assistentes Sociais e outros trabalhadores sociais. Estes projetos têm na sua génese um problema vigente e necessidades, mas também potencialidades e interesses da população-alvo e de outros atores em geral, os quais são identificados através da elaboração de um diagnóstico social e consequente formulação e implementação de um projeto que em termos gerais pretende dinamizar e revitalizar uma determinada comunidade, de um território e com características próprias.

Desta forma, de acordo com o foco do projeto de desenvolvimento comunitário proposto desenvolver, de combate ao despovoamento de uma zona rural como é o caso do concelho de Penamacor, surgem várias outras políticas, projetos, programas, seminários e entidades nacionais e internacionais que partilham determinados aspetos e elementos que podem ser importantes fontes de conhecimento de práticas profissionais e ser considerados ao longo do processo do trabalho de projeto proposto. Exemplo disto mesmo são os seguintes planos, programas e projetos que podem sustentar, servir de inspiração, referência e aprofundar conhecimentos em torno do Desenvolvimento Social Comunitário, sejam eles a nível internacional, nacional e até mesmo de enfoque mais local, apresentando inclusivamente um Plano Estratégico do Município no qual se pretende intervir:

- *Projetos LEADER*¹¹ – projetos apoiados pelos Grupos de Ação local (GAL), através de uma abordagem LEADER dos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente, Madeira e Açores. Exemplo: PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente que segundo o seu terceiro eixo de atuação visa a dinamização das zonas rurais e a melhoria da qualidade de vida da população residente; a implementação de estratégias locais de desenvolvimento, bem como a cooperação interterritorial e/ou transnacional de valorização de territórios rurais e consolidação do seu tecido social e económico que privilegia o modo de atuação LEADER cofinanciado pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural;

- Projetos apoiados pelo Programa para a Rede Rural Nacional – PRRN;

¹¹ LEADER – Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural. A abordagem LEADER apoia diversos programas de desenvolvimento rural e tem como princípios: a participação dos atores locais; o trabalho em rede e cooperação e parceria local, consolidação de territórios, e construção de estratégias de desenvolvimento local. Fonte: PRRN – Programa para a Rede Rural Nacional.

- *EUROACE - Convenio de Cooperación Transfronteriza para la Constitución de La Comunidad de Trabajo de la Euroregión Alentejano – Centroextremadura;*

- Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Maceira – uma Aldeia Cultural (desenvolvido no âmbito de um mestrado em Animação Artística);

- Programa de Emergência de Desenvolvimento Comunitário no Togo (África), financiado pelo PNUD¹² e que prevê a melhoria da oferta de serviços básicos e envolver as populações no desenvolvimento socioeconómico da sua localidade.

- PDR2020 - Programa de Desenvolvimento Rural 2014 – 2020;

- Programa de Cooperação Transfronteira (POCTEP);

- Plano Estratégico de Desenvolvimento de Penamacor 2025 e o Plano Diretor Municipal de Penamacor (2015) que no seu Quadro de Referência Estratégico apresenta pelo menos dois objetivos em comum com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural para Penamacor: 1. Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia das zonas rurais; e 2. Reforço da coesão territorial e social, demonstrando assim, a necessidade de execução de Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) neste âmbito.

- CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa na qual a autarquia de Penamacor se alia aos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Rodão, desenvolvendo projetos de interesse intermunicipal, a nível económico, social, cultural e ambiental, sendo que os seus principais projetos se focam, atualmente, no empreendedorismo/ emprego; na educação (combate ao insucesso escolar e rede de cursos profissionais); e na proteção ambiental.

- Balcão Único Móvel: é um equipamento que se encontra a percorrer as localidades do concelho do Sabugal. O objetivo principal é melhorar o acesso aos serviços, minimizando os efeitos produzidos pelas distâncias entre a sede de concelho e os restantes aglomerados.

- Projeto: Unidade Móvel de Saúde da Mutualista Covilhanense – esta unidade móvel além de prestar apoio médico, presta apoio psicológico e social. Trata-se de um serviço de proximidade às populações com uma equipa multidisciplinar. É um projeto com parceria com várias instituições e entidades do município da Covilhã.

Além destas, ressalta-se, no quadro 2.4. duas boas práticas que tiveram um maior influência e que partilham algumas semelhanças com o projeto que se propõe no presente

¹² PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

trabalho. São elas: o projeto “Aldeias Sustentáveis e Ativas” que tem como entidade promotora a ANIMAR (Associação para o Desenvolvimento Local); e a “Associação *La Raya* – A Raia que desenvolve ações no âmbito da parceria entre comunidades transfronteiriças (Espanha/Portugal).

Quadro 2.4. Natureza do Projeto da ASAS e Ação da Associação La Raya – A Raia

	ASAS – “Aldeias Sustentáveis e Ativas”	Associação - La Raya – A Raia
Finalidade	Valorização da intervenção em aldeias isoladas ou em risco de despovoamento através da revitalização social e económica dos territórios, valorização dos recursos endógenos, da participação comunitária e da cooperação interterritorial.	Mobilização dos agentes locais e dos poderes públicos em torno de projetos de desenvolvimento e cooperação transfronteiriça que contribuam para uma melhor qualidade de vida da população residente.
Objetivos	Promover o desenvolvimento local dos territórios; Promover a revitalização das aldeias isoladas em risco de desertificação; Fomentar a valorização dos recursos endógenos; Promover o <i>know-how</i> e a qualificação dos agentes locais.	Desenvolver projetos de desenvolvimento transfronteiriços que contribuam para alcançar uma melhor qualidade de vida; Promover uma identidade territorial comum.
Metodologia	Contactos presenciais com os agentes de desenvolvimento rural e local para recolha de experiências, permitindo, a partir do terreno propostas concertadas num programa de Revitalização da Aldeia	Parceria transfronteiriça em projetos e intercâmbio - Espanha/Portugal
Resultados Esperados	Comunidade de Prática “Aldeias Sustentáveis e Ativas” - organização de grupos de reflexão temáticos; Intercâmbios entre Aldeias, encontros/visitas de qualificação entre aldeias; “Aldeias em rede no combate à desertificação”; Grupos de trabalho e sessões temáticas, envolvendo facilitadores/as de aldeia e com vista à redação de um relatório de fatores críticos de sucesso/insucesso e boas práticas;	Esta associação tem desenvolvido vários projetos transfronteiriços em parceria, por exemplo com o Centro Municipal Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova (município vizinho de Penamacor do distrito de Castelo Branco).
	Público-alvo: Comunidade e outros atores locais; Metas intrínsecas comuns: Desenvolvimento local e social; Revitalização local/regional; Criação de relações de parceria; Valorização local/regional; Melhoria da qualidade de vida e criação de oportunidades.	

Fonte: ASAS/ Asociación La Raya

No seguimento da análise destas políticas, programas, projetos foi possível definir alguns pontos de interesse de atuação também para a realidade do concelho de Penamacor, embora o projeto que será apresentado de seguida seja resultado do diagnóstico social desta comunidade e, por isso, adquire contornos que se diferenciam desta lista de exemplos de boas práticas, podendo contudo ter aspetos semelhantes.

CAPÍTULO III – DESENHO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.1. Fundamentação e Justificação do projeto - Projeto de Desenvolvimento Comunitário de combate ao despovoamento – Penamacor

A proposta de um Projeto de Desenvolvimento Social Comunitário surge assim da necessidade identificada através de um diagnóstico social elaborado previamente, tal como foi apresentado no capítulo anterior. Sobretudo nos últimos cinquenta anos, as grandes áreas metropolitanas do país, como Lisboa e Porto, têm vindo a apresentar um crescimento populacional causado pela procura de mais oportunidades, emprego e melhores condições de vida na região do Litoral, na qual se centra a maior dinâmica económica do país, sendo também aqui onde se encontram os principais centros de decisão. Muito deste crescimento das grandes cidades refletiu-se no progressivo e, cada vez mais, acentuado despovoamento das regiões do Interior de Portugal Continental. Consequentemente, o Interior viu-se abandonado, com falta de dinâmica económica e com uma considerável perda de população, cujos efeitos se têm vindo a sentir, ano após ano, não só a nível económico, como também a nível social.

Como forma de analisar melhor este fenómeno do despovoamento no concelho de Penamacor, distrito de Castelo Branco (região da Beira Baixa), foi elaborado um diagnóstico social desta comunidade e seu território com o objetivo de desenhar um projeto de desenvolvimento social comunitário que possa combater de forma direta ou indireta este fenómeno, bem como colmatar algumas necessidades que surgem na sequência do avanço do mesmo. Neste sentido, no âmbito do Serviço Social, “realizar uma boa recolha de dados e informações é, além disso, uma necessidade porque a intervenção do assistente social orienta-se em função do conhecimento das características e das realidades sobre as quais deseja atuar com vista à melhoria e mudança desejável para a situação- problema em questão” (Barbero e Cortès, 2005: 85).

Desta forma, *como se poderá combater o despovoamento através de uma intervenção com enfoque no desenvolvimento social comunitário?* é a questão à qual o projeto pretenderá responder, tendo por base um diagnóstico social coeso que permita identificar as particularidades, necessidades e interesses da população residente. Ou seja, o projeto de desenvolvimento social comunitário que será apresentado de seguida terá como fim combater o despovoamento, promover a revitalização social comunitária, a participação dos vários

atores e fomentar acesso da população residente a mais serviços de forma a usufruírem dos seus direitos e colmatar necessidades.

Deste modo, de acordo com os dados analisados na elaboração do diagnóstico verifica-se que existe uma clara necessidade de aprofundar, numa primeira fase, o diagnóstico social, visto que o apresentado no presente trabalho fornece informações importantes sobre o concelho de Penamacor em geral e mais especificamente a nível local – da Aldeia do Bispo, uma vez que foi a localidade escolhida para a recolha de perceções de uma amostra, constituída por conveniência, da população residente no concelho, sendo que também é a localidade com mais população desde município.

Contudo, as informações recolhidas através dos vários suportes, como dados estatísticos, documentos disponibilizados pelo GASE da Câmara Municipal de Penamacor; e através das entrevistas realizadas tanto à Técnica e Vereadora desta entidade como também a uma amostra da população residente, dá conta da escassez e da falta de atualização de relatórios anuais e outros documentos que são imprescindíveis para a elaboração de um diagnóstico aprofundado. É importante ainda ressaltar, tal como já foi mencionado no capítulo anterior, que o diagnóstico social concelhio encontra-se desatualizado desde 2006, sendo também uma preocupação para o GASE e Rede Social de Penamacor.

Neste sentido, as principais preocupações, necessidades e interesses detetados consistem, sucintamente, na necessidade de desenvolver ações, medidas ou projetos que permitam colmatar efeitos do despovoamento e falta de dinamismo do concelho de Penamacor; melhorar o acesso da população a recursos e serviços públicos e privados; fomentar a participação conjunta dos vários atores locais (população residente e elementos da Rede Social que se encontra desmobilizada); bem como valorizar as potencialidades do concelho do seu território e do seu capital humano e social.

Consequentemente, este cruzamento de dados recolhidos e analisados resulta na formulação de uma série de hipóteses de intervenção que permitam equacionar respostas para as necessidades e prioridades detetadas através do diagnóstico social elaborado e participado por alguns atores locais.

3.2.Natureza do Projeto

No seguimento da questão de partida à qual o presente projeto pretende responder: *como se poderá combater o despovoamento através de uma intervenção com enfoque no desenvolvimento social comunitário?*, são elaboradas algumas hipóteses de intervenção que permitem a delimitação de intensões, objetivos e metas a atingir. É de ressaltar que, segundo Guerra, um projeto deve “aparecer como uma primeira estruturação de intenções, tentativa de clarificação de um percurso possível por parte de um conjunto de indivíduos, focalizados num espaço de ação, cimentados num mesmo objetivo e através de um processo permanente de construção de um processo de ‘ação coletiva’” (2006:25). Ou seja, todo este processo de desenho e planeamento do projeto que será apresentado de seguida deveria ser realizado, na sua plenitude, com a participação dos vários atores locais, não sendo estes apenas chamados a participar no diagnóstico social.

Contudo, o projeto apresentado, fundamentado pelo diagnóstico social, demonstrará também o planeamento de um possível processo participativo sustentado em objetivos gerais e específicos que culminarão em metas, que se deseja que se cumpram em determinadas ações a ser desenvolvidas posteriormente.

Assim, as hipóteses que surgem da análise diagnóstica e que se colocam para o presente projeto são as seguintes:

Hipótese A: A criação de oportunidades de vida vai atrair novos residentes;

Hipótese B: Uma rede social mobilizada vai dinamizar o território e fazer emergir novas oportunidades;

Hipótese C: Se se valorizar o território, novos residentes e empresas vão ser atraídos.

Considerando estas hipóteses e a análise *SWOT*, presente no capítulo anterior, e que foi feita de forma a sintetizar os resultados do diagnóstico social delimitam-se para este projeto determinados objetivos e metas que permitirão colmatar as necessidades identificadas e priorizar determinados pontos de interesse, os quais poderão tornar-se fundamentais a médio e longo prazo no combate ao despovoamento do concelho de Penamacor.

3.2.1. Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Formuladas as hipóteses de intervenção, é necessário definir os objetivos gerais e específicos do presente projeto de desenvolvimento social comunitário. Veja-se que, segundo Serrano os “objetivos de um projeto social são os propósitos que pretendemos alcançar com a execução de uma ação planificada. Os objetivos de um projeto constituem o ponto central de referência, são eles que definem a sua natureza mais específica e dão coerência ao plano de ação” (Serrano, 2008: 44). Desta forma, os objetivos delineados para o presente projeto proposto são os seguintes:

Objetivo Geral: Promover novas relações construtivas e transformadoras que contribuam para a dinamização e (re)povoamento do concelho, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população residente e dos diversos atores locais.

Objetivos Específicos:

Objetivo A - Promover a participação ativa através de espaços de diálogo, cooperação e partilha entre os vários protagonistas para concretizar a transformação estrutural da comunidade;

Objetivo B - Fomentar relações de parceria entre atores locais (entidades públicas e privadas);

Objetivo C - Informar e apoiar os cidadãos residentes e possíveis residentes sobre os recursos existentes no concelho e sobre o acesso a esses mesmos recursos públicos e privados existentes no concelho e sobre o acesso a esses mesmos recursos;

Objetivo D -Apoiar/apostar nas potencialidades e particularidades do concelho de Penamacor.

Neste seguimento de ideias é necessário que os objetivos delineados para o projeto “adquirem um carácter operativo é necessário transformá-los em metas. As metas operacionalizam os objetivos, estabelecendo quanto, quando e onde se realizam estes, de modo a que as atividades e ações correspondentes possam ser claramente estabelecidas, permitindo determinar o nível e composição das atividades que são precisas empreender e a modalidade das operações para realizar estas mesmas atividades” (Ander-Egg e Idñez, 2005: 40). Ou seja, é necessário operacionalizar os objetivos em metas, as quais são alcançadas através de ações e atividades que cumpram o propósito do projeto de desenvolvimento social comunitário destinado à população do concelho de Penamacor e seus diversos atores locais.

3.2.2. Destinatários do Projeto

O presente projeto de desenvolvimento social comunitário destina-se à comunidade do concelho de Penamacor, a qual é constituída pela população residente e por técnicos de entidades públicas e privadas que atuam neste concelho em prol do bem-estar social e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos deste município. É ainda necessário ressaltar de que se trata de um projeto em que todos os atores locais podem ser chamados a participar, visto que a reunião de mais elementos ao longo da implementação do projeto poderá potencializar os recursos existentes e construir em parceria novas respostas para toda a comunidade do concelho de Penamacor.

Tal como foi apresentado no capítulo anterior, é possível verificar através do diagnóstico social a acentuada redução populacional no concelho nos últimos anos, assim como a falta de conhecimento e participação dos cidadãos em projetos e iniciativas desenvolvidas no concelho. Além disto verifica-se que, atualmente, o concelho de Penamacor divide-se em 9 uniões de freguesia: Águas, Aldeia do Bispo e Aldeia de João Pires (em União de Freguesias); Bemposta e Pedrógão (em União de Freguesias); Aranhas, Benquerença, Meimoa, Meimão, Penamacor, Salvador e Vale da Senhora da Póvoa. Sendo que o diagnóstico desenvolvido no presente trabalho de projeto se focou, sobretudo, na análise geral do território de Penamacor, bem como na localidade de Aldeia do Bispo, constituindo-se desta forma, como o ponto de partida do projeto que se pretenderá desenvolver, tal como se poderá confirmar mais adiante.

Assim, o projeto destina-se de forma direta, não só à população residente, mas também a todos os restantes membros da comunidade do concelho de Penamacor, tal como Técnicos afetos a entidades públicas e privadas que fazem parte ou poderão passar a fazer parte de uma efetiva parceria e participação de todos mesmo no que diz respeito à revitalização da Rede Social de Penamacor. Segundo Guerra, “a identificação dos atores e a sua chamada para a ação decorrem essencialmente da relação que têm com o sistema de ação” (2006:25). Além destes, o projeto pode ainda identificar destinatários indiretos que são todos aqueles que, não sendo residentes no concelho, poderão vir a ser atraídos para aí estabelecer residência ou atividade económica. Neste sentido, os destinatários de enfoque do projeto que será desenvolvido posteriormente são, de forma mais direta ou indireta, dependendo do seu nível de participação, assim como dos efeitos que o projeto provocará na comunidade do concelho, no território e, possivelmente, em entidades não só concelhias, mas também de municípios vizinhos que poderão vir a desenvolver algum tipo de relação de parceria com Penamacor.

3.2.3. Metas, Ações e Atividades

As metas que se pretende alcançar com esta proposta de projeto visam, primeiramente de forma geral, a melhoria da situação-problema que se coloca no concelho de Penamacor e aos seus atores locais, causado pelo progressivo fenómeno do despovoamento e pela diminuta participação dos vários protagonistas locais. Neste sentido, aos objetivos definidos no ponto anterior, são associados a determinadas ações e atividades que permitirão alcançar, a médio e longo prazo, as metas desejadas. Para tal foram definidas etapas de execução do projeto de desenvolvimento social comunitário de combate ao despovoamento que tem sido fundamentado ao longo deste trabalho.

A intervenção junto da comunidade e dos seus diversos atores locais no concelho de Penamacor poderá decorrer ao longo de várias etapas, algumas das quais poderão ser desenvolvidas em simultâneo embora com dois focos de intervenção principais: a) a comunidade concelhia constituída pela população residente, profissionais de várias entidades públicas e privadas e decisores políticos; e b) atores estratégicos locais/regionais.

Cada etapa do projeto corresponderá a um ou mais objetivos específicos, de modo a alcançar o objetivo geral pretendido e referido anteriormente – desenvolver uma intervenção assente nos princípios do Serviço Social, de modo a promover novas relações construtivas e transformadoras que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população residente e dos diversos atores locais, assim como para o desenvolvimento local, a coesão social e a valorização do concelho de Penamacor. Deste modo, o projeto divide-se em 4 etapas:

1ª Etapa: Atualização do diagnóstico social do concelho de Penamacor. Esta etapa diz respeito aos objetivos específicos A) Promover a participação ativa através de espaços de diálogo, cooperação e partilha entre os vários protagonistas para concretizar a transformação estrutural da comunidade; e B) Fomentar relações de parceria entre atores locais (entidades públicas e privadas), cujas metas se fundem na participação comunitária ativa e na reativação da Rede Social de Penamacor.

Neste sentido, de acordo com o diagnóstico apresentado no capítulo anterior, há necessidade de atualizar, de forma aprofundada, um diagnóstico social do concelho de Penamacor, visto que se encontra desatualizado desde 2006. Para tal, é necessário proceder à observação, à recolha de dados e à análise de outros documentos que se mostrem úteis para a descrição e deteção não só das necessidades e interesses, como também das potencialidades e

oportunidades da comunidade e do território do concelho. Com vista a desenvolver um diagnóstico social aprofundado propõem-se que este seja participado e, desta forma, proceder-se-á à realização de pelo menos um *Focus Group* em cada uma das nove sedes de União de Freguesias do concelho de Penamacor. Veja-se que no diagnóstico social apresentado neste trabalho surgem dados gerais do concelho e dados mais específicos, inclusivamente, adquiridos através de entrevistas a uma amostra da população constituída por conveniência residentes na sede de União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires, os quais deverão ser aprofundados nesta primeira fase do projeto, alargando este processo de *Focus Group* e entrevistas às restantes localidades do município, apostando assim na participação e *empowerment*¹³ da comunidade. Veja-se que a participação cidadã “é importante como instrumento de reconhecimento, de prestígio e de legitimação dos processos de renovação urbanística, entre outros” (Monterde, Ruiz e Imirizaldu, 2016:63).

A par desta elaboração do diagnóstico social com a comunidade residente, é necessário desenvolver um processo semelhante com as várias entidades concelhias, tanto de foro social, como económico, cultural, entre outros, com o intuito de estreitar relações de proximidade para possíveis futuras parcerias. Neste sentido, os *Focus Group* com os Técnicos de entidades de foro social e profissionais de outras áreas de atuação terão os mesmos objetivos que os desenvolvidos com a população residente, sendo que além destes o diagnóstico social poderá constituir um ponto fulcral de mobilização de entidades parceiras da Rede Social e de associação de outras entidades, cuja participação poderá ser estimulada ao longo deste processo. Deste modo, poderá ser formado um grupo de atores estratégicos que a partir do processo de aprofundamento diagnóstico e determinação de prioridades poderão estabelecer relações locais e regionais com outros parceiros.

Veja-se que estes *Focus Group* poderão ser feitos por um lado com a população e por outro com profissionais de várias áreas. Contudo, após a análise dos dados recolhidos através destes encontros de grupo nas sedes de União de Freguesia e com as várias entidades públicas e privadas concelhias, é importante realizar ainda um último *Focus Group* comum. Ou seja, é importante nesta fase, apresentar os resultados, num mesmo momento, a todos os atores que participaram no processo, permitindo ainda o debate e aproximação entre entidades e

¹³ “Grau de participação, responsabilização e autonomia dos cidadãos imigrantes. Contributos para a participação e desenvolvimento/aprendizagem de todos os intervenientes, incluindo o grupo-alvo. Isto significa que estes devem ser ouvidos nas questões da integração e da interculturalidade e devem, também, poder influenciar a conceção dos projetos e a sua implementação, através da sua participação nos processos de decisão e gestão.” (Malheiros, 2010: 46)

população e a delimitação mais clara de necessidades, interesses, potencialidades e particularidades de toda a comunidade e território e que facilitem a resolução positiva de conflitos e que promovam a partilha de ideias e valores (Monterde, Ruiz e Imirizaldu, 2016:61). Além disto estes momentos de participação coletiva permitirão “identificar os sistemas de relações complexas que se desenvolvem entre atores individuais, instituições e/ou esferas de atividade diferente, bem como os seus interesses, imagens mútuas e níveis de adesão aos objetos propostos” (Guerra, 2006:19).

2ª Etapa: Reativação da Rede Social. Esta etapa surge no seguimento do objetivo B) que consiste em fomentar relações de parceria entre atores locais (entidades públicas e privadas), o qual também faz parte da primeira etapa. Este objetivo surge, novamente, na segunda etapa, visto que os *Focus Group* referidos na primeira etapa têm como foco o aprofundamento do diagnóstico. Contudo nesta etapa, que poderá ocorrer simultaneamente com a primeira, os *Focus Group* surgem como meio de revitalização de relações de parceria que se transformaram em apenas reuniões de concertação (aspeto que será desenvolvido mais adiante) entre entidades parceiras da Rede Social. Deste modo, pretende-se nesta etapa encontrar e formular um novo ponto de partida baseado no envolvimento e parceria efetiva de todos na definição de objetivos e construção de projetos sociais comuns. Segundo Guerra, “uma parte significativa da ação coletiva nos projetos de desenvolvimento tem efeitos na estruturação das redes dos atores implicados na condução da ação pública” (2006:109). A partir deste momento será ainda possível identificar novos atores e chamá-los para a ação, dependendo essencialmente da relação que têm com o sistema de ação” (Guerra. 2006:25).

Neste sentido, também as entidades parceiras deverão transformar e desenvolver o seu trabalho conjunto com base numa “visão ampla que permita aos profissionais dispor de recursos existentes além das limitações da sua própria organização, realizando uma intervenção contínua com outros serviços ou recursos que estão disponíveis em outros sistemas de proteção social” (Pacheco-Mangas e Echeagaray, 2016:83).

3ª Etapa: Criação de “Grupo de Missão” surge também no seguimento do objetivo B) fomentar relações de parceria entre atores locais (entidades públicas e privadas), assim como do objetivo D) apoiar/apostar nas potencialidades e particularidades do concelho de Penamacor. Nesta etapa pretende-se usufruir do estabelecimento de laços privilegiados e próximos entre atores concelhios de forma a ser criado um “Grupo de Missão” constituído por

atores estratégicos que orientem a sua ação com vista à valorização do concelho e com o fim último de combater o despovoamento desta região.

Neste sentido é necessário numa primeira fase da etapa definir os atores estratégicos que farão parte deste grupo. Para tal proceder-se-á a uma análise de estratégia de atores na medida em que permite aprofundar “as visões que os atores têm sobre o mundo, os interesses e os conflitos, permite equacionar estratégias alternativas para promover o desenvolvimento e a equidade social e facilita a construção de consensos” (Guerra, 2006:109).

De seguida, após definidos os atores estratégicos deste grupo é necessário estabelecer uma linha de trabalho em parceria que potencialize recursos não só do concelho de Penamacor como também de concelhos vizinhos do distrito de Castelo Branco. Veja-se que a criação deste grupo será em si mesmo um projeto que se pretende inovador e que a partir de uma intervenção maioritariamente de foro social, visará a médio e longo prazo o desenvolvimento local e a criação de novas oportunidades. Isto é, um Assistente Social poderá surgir como dinamizador de um grupo de vários parceiros que na sua origem poderá ser constituído pela CMP, o AERSP, e a Associação de Jovens de Penamacor, visto que são atores estratégicos que têm como fim último atrair e fixar população no concelho de Penamacor através de estabelecimento de relações estreitas, e criação de novas oportunidades para residentes e não residentes através de um projeto de desenvolvimento social, com, por exemplo, os reitores da Universidade da Beira Interior e o Instituto Politécnico de Castelo Branco, visto que são entidades do ensino superior com as quais se poderá estabelecer parcerias interessantes através de intercâmbios, estágios e outros programas de mobilidade de estudantes para o concelho de Penamacor.

Esta mobilidade deverá ser analisada e estruturada com vista na criação de protocolos de parcerias em que os alunos do ensino superior destas entidades possam, no âmbito de vertente prática de licenciatura, mestrado, doutoramento ou investigação adquirir competências, experienciar novas realidades e territórios e até mesmo criar laços pessoais, sociais e profissionais com o concelho de Penamacor. Através destas ações poder-se-á valorizar, ainda mais, um concelho que tem vindo a assistir a um crescente despovoamento, torná-lo mais acessível e despoletando o interesse dos jovens universitários que ao contactarem com a realidade e com as potencialidades que o concelho tem em determinadas áreas de formação. Além disto o concelho poderá beneficiar com este “Grupo de Missão”, visto que este também poderá fomentar novas dinâmicas de ensino e oportunidades para os jovens no concelho de Penamacor, constituindo-se também assim como um ponto fulcral de valorização e dinamização concelhia, da região e do Interior, alertando que o futuro não passa

exclusivamente pelo Litoral de Portugal Continental. Desta forma, faz ainda mais sentido ter como principal entidade parceira a Câmara Municipal de Penamacor, visto que é a principal responsável pela dinamização e valorização do concelho. Além disto, poderia desempenhar um papel essencial no suporte da estadia dos estudantes universitários ao longo de uma ou mais semanas no concelho, através, por exemplo de cedência de alimentação no refeitório da Câmara, estabelecendo também algum tipo de parceria com alojamento local para a pernoita dos alunos em Penamacor. Estes aspetos deverão partir da negociação feita entre o “Grupo de Missão” constituído tanto pela CMP como as entidades referidas anteriormente.

Esta etapa surge como sendo um dos principais pontos inovadores do presente projeto, uma vez que alia a necessidade de estreitar relações de parceria entre vários atores com a necessidade de criar pontos de inovação a nível da intervenção social local. Também inspirando esta etapa em Mangas e Echegaray (2016), veja-se que estes autores propõem “uma série de ideias que visam tornar as organizações mais resilientes, proactivas e que usem como estratégia as suas próprias potencialidades e criatividade” (2016: 91). Neste sentido, estes autores apresentam algumas ideias, das quais é importante enaltecer três que demonstram alguma concordância com esta etapa do projeto, sendo elas: “a criação de dinâmicas de reflexão entre a equipa e grupos de trabalho de intervenção social; incorporar a perspectiva participativa da cidadania no desenho de programas, planos e políticas sociais; e desenhar programas formativos nas organizações dirigidos a fomentar e dinamizar a criatividade e a inovação no âmbito dos serviços sociais” (Mangas e Echegaray (2016: 91-92).

4ª Etapa: Valorização Local. Por fim a quarta etapa consistirá na meta máxima do presente projeto, uma vez que com este se atinja um nível de desenvolvimento social e valorização local do concelho de Penamacor. Esta etapa encontra-se associada a todos os objetivos específicos, visto que o seu alcance depende do sucesso de todas as fases, assim como de outros fatores externos, embora se espera que a médio e longo prazo sejam superados. Contudo, mencionar o objetivo C) informar e apoiar os cidadãos residentes e possíveis residentes sobre os recursos existentes no concelho e sobre o acesso a esses mesmos recursos públicos e privados existentes no concelho e sobre o acesso a esses mesmos recursos; e o objetivo D) apoiar/apostar nas potencialidades e particularidades do concelho de Penamacor torna esta fase mais clara. Nesta fase, pretende-se que a comunidade em geral adquira conhecimento sobre os recursos e iniciativas de foro social desenvolvidas no concelho e que se desenvolva vários espaços de diálogo, partilha e convívio entre intervenientes. Nesta etapa espera-se que o envolvimento dos cidadãos seja mais notório e que se comece a ter uma

participação mais ativa em vários momentos e níveis de envolvimento em outros projetos concelhios.

Para que estes objetivos sejam alcançados espera-se que haja, também, uma divulgação de projetos sociais concelhios, e outro tipo de projetos, junto da comunidade, bem como a criação de uma rede de contactos e divulgação do concelho para captação de novos residentes e parceiros. Esta divulgação poderá ser feita através de seminários dinâmicos e participados, bem como através da divulgação multimédia dos resultados alcançados com o diagnóstico social e a longo prazo a divulgação de novos projetos, resultados e efeitos dos mesmos para o concelho. Estas divulgações, partilha e “apropriação concelhia” poderá ocorrer em todas as sedes de União de Freguesias do concelho de Penamacor, bem como em sede de concelho. Veja-se que, segundo Guerra (2006), a identidade coletiva incorpora diferentes dimensões, tais como: o reconhecimento de si; o reconhecimento do outro; a legitimação de um sistema de ação; e uma nova forma de regulação societária (Guerra, 2006:24), sendo que a relação que é estabelecida entre elas permite desenvolver projetos de desenvolvimento local com base numa ação coletiva real.

Por fim, importa salientar que todas estas etapas do projeto visam a médio e longo prazo a atração de novos parceiros e fixação de população residente, bem como a criação de oportunidades e melhoria das condições de vida no concelho de Penamacor. Neste sentido Muñoz e Hernández enaltecem o facto do Serviço Social ter várias facetas, podendo também “contribuir para a criação de vínculos sólidos e solidários, podem cooperar na sustentação do espaço urbano e na melhoria das condições de vida em geral” (2016: 185).

No fundo ao longo de todas estas etapas pretende-se que a comunidade e os vários atores locais intervenientes aumentem efetivamente a sua participação social, através de um processo de “consciencialização, mobilização e organização” (Cortés e Llobet, 2006). Tal como já foi referido no presente trabalho, o Assistente Social pode ter um papel crucial na mobilização, na promoção e no aumento da participação ativa não apenas dos cidadãos/comunidade, mas também dos profissionais (de entidades concelhias e extra concelhias) que intervêm com a comunidade e que possam ter influência no desenvolvimento da cidadania/democracia participativa. Assim, tal como já foi referido, é imprescindível que haja uma mobilização ampla, visto que “a exclusão da participação não se deve somente a fatores económicos, mas também à falta de um sentido de interesse público, de um sentido de ação pública – por parte de uma grande percentagem dos cidadãos- para que a situação se modifique” (Menezes, 2011:131). Neste sentido é ainda de ressaltar que a “ação coletiva

permite o alargamento dos processos de aprendizagem, de socialização e de comunicação, demonstrando a capacidade de transformação das sociedades humanas, que não são apenas capazes de aprender, mas são cada vez mais caracterizadas pela sua reflexividade – ‘aprendem a aprender’” (Melucci, 2001 citado em Guerra, 2006:23).

Assim, embora o foco de intervenção seja realizado num dado território com uma dada comunidade (concelho de Penamacor), a intervenção não se cinge apenas ao desenvolvimento de uma reflexão de atuação local. Ou seja, é necessário “pensar global, e agir localmente”, assim como “olhar o local para repensar o global” com o intuito de potencializar, valorizar e dinamizar uma nova reflexividade e implementação de iniciativas e projetos que vão além das barreiras geográficas, demográficas, sociais, culturais ou económicas.

Para a execução deste projeto é necessário considerar a metodologia e as técnicas de intervenção que lhes estão associadas, os recursos sociais, humanos e materiais para o seu desenvolvimento, os instrumentos e o tipo de avaliação a aplicar, assim como elaborar um orçamento e analisar a sustentabilidade financeira do projeto. Além disto, a estratégia de divulgação do projeto torna-se um ponto primordial que também poderá ter impacto a médio e longo prazo no sucesso do projeto. Estes aspetos serão apresentados e analisados nos pontos seguintes do presente trabalho, tal como o potencial de inovação do projeto.

Quadro 3.1. Síntese de Planeamento do Projeto

Objetivo Geral: Promover novas relações construtivas e transformadoras que contribuam para a dinamização e (re)povoamento do concelho, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população residente e dos diversos atores locais.				
	Objetivos específicos	Ações	Técnicas	Meta
A	Promover a participação ativa através de espaços de diálogo, cooperação e partilha entre os vários protagonistas para concretizar a transformação estrutural da comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de encontros nas sedes de Juntas de Freguesia com a comunidade; - Atualização do diagnóstico social concelhio. 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Focus Group</i> Mediação criativa 	- Participação comunitária ativa
B	Fomentar relações de parceria entre atores locais (entidades públicas e privadas).	<ul style="list-style-type: none"> - Atualização do diagnóstico social concelhio; - Organização de um grupo de atores estratégicos de combate ao despovoamento (estabelecer laços benéficos com entidades do ensino superior, e.g. UBI¹⁴, IPCB¹⁵, outros). 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Focus Group</i> Mediação renovadora 	<ul style="list-style-type: none"> - Reativação da Rede Social - Criação de um Grupo de Missão concelhia.
C	Informar e apoiar os cidadãos residentes sobre os recursos públicos e privados existentes no concelho e sobre o acesso a esses mesmos recursos;	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de um espaço de diálogo e partilha; - Dar a conhecer os recursos e iniciativas de foro social desenvolvidas no concelho. 	Divulgação multimédia nas localidades do concelho	<ul style="list-style-type: none"> - Participação cidadã concelhia; - Conhecimento dos direitos e recursos.
D	Apoiar/apostar nas potencialidades e particularidades do concelho de Penamacor;	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação dos projetos sociais concelhios; - Criação de uma rede de divulgação do concelho para captação de novos residentes e parceiros. 	Seminário participado	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização concelhia a nível social; Desenvolvimento Social Local.

Fonte: própria, 2017

¹⁴ UBI – Universidade da Beira Interior, Covilhã.

¹⁵ IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco.

3.2.4. Metodologia e Técnicas de Intervenção

Esta intervenção social será desenvolvida de forma direta e indireta no concelho de Penamacor tendo por base a construção de ação e reflexão coletiva com dois focos de intervenção principais: a) a comunidade concelhia constituída pela população residente, profissionais de várias entidades públicas e privadas e decisores políticos; e b) atores estratégicos locais/regionais, tal como foi referido anteriormente.

Num primeiro momento, a intervenção será mais direta com os Técnicos de entidades sociais concelhias, nomeadamente com as Técnicas do GASE da Câmara Municipal de Penamacor, visto que são um dos atores mais ativos no concelho, sendo assim essenciais no processo de aproximação ao terreno e à comunidade em questão, seguindo-se outros atores sociais ou de outras áreas de atuação que possam ter um papel fundamental no desenvolvimento do projeto. Assim, será fomentada uma relação face a face, numa relação de parceria entre o Assistente Social dinamizador do projeto, os principais atores sociais locais e a comunidade. Relativamente à comunidade, a intervenção direta focar-se-á no “acolher- apoiar-acompanhar”, no “informar-orientar”, no “estabelecimento de relações – criar oportunidades”, bem como no “estabelecer uma relação de trabalho” (Robertis, 2011: 151-175). Ou seja, é imprescindível a participação e cooperação, para que numa etapa seguinte seja facilitada a definição de grupos de trabalho ou debate, através dos quais será possível compreender os seus desejos e necessidades, assim como construir objetivos de mudança e soluções para determinadas situações-problema com os grupos.

Neste sentido pode seguir-se a aplicação do modelo participativo que surge como “um processo racional, estruturado e metódico de promoção e concretização de uma democracia e uma cidadania assentes na participação ativa, efetiva e frutuosa por parte das pessoas” (Schiefer, Teixeira e Monteiro, 2006: 23).

Este modelo participativo pode aliar-se à realização de *Focus Group*, os quais permitirão perceber o ponto de vista, os sentimentos e necessidades demonstradas pelos indivíduos envolvidos no grupo em questão (*Focus Group* - cidadãos, *Focus Group* – entidades públicas e privadas de âmbito social e outros; ou *Focus Group* alargado, constituído por elementos de ambos os grupos), visto que esta é também uma técnica de recolha de dados importante para a elaboração de um diagnóstico social participado. Neste sentido, os *Focus Group* deverão ser organizados previamente, garantindo que, não podendo estar todos os cidadãos/ entidades presentes estarão presentes *stakeholders* importantes para a constituição de

um dado grupo de discussão e partilha “com base em critérios como a sua influência, a experiência, o grau de compromisso, o interesse, a disponibilidade e os conhecimentos” (Schiefer, Teixeira e Monteiro, 2006: 25), acerca da comunidade e do território do concelho de Penamacor.

É neste âmbito que o Assistente Social, sozinho ou como membro de uma equipa de facilitação¹⁶, pode desempenhar o papel de facilitador de um processo que se deseja interativo, em que o profissional tem o objetivo de “organizar e intensificar o diálogo entre os participantes de modo a ajudá-los a produzir, desenvolver, analisar e interagir com as suas próprias ideias”(Schiefer, Teixeira e Monteiro, 2006: 47), promovendo a dinamização e dinâmica dos grupos a médio prazo e a longo prazo da comunidade, neste caso, do concelho de Penamacor.

Concomitantemente, à intervenção direta poderá e deverá, neste caso, aliar-se a intervenção indireta, uma vez que se pretende desenvolver neste projeto o “trabalho social com grupos”, nomeadamente a formação de um “Grupo de Missão” constituído por atores estratégicos cuja atuação poderá combater a longo prazo o despovoamento do concelho de Penamacor, caso a participação de todos os elementos do grupo seja coesa e permita desenvolver uma intervenção assente na parceria entre várias entidades protagonistas.

Além destas, o Assistente Social poderá ainda recorrer à mediação (sendo simultaneamente uma intervenção direta e indireta), nomeadamente à “mediação criativa e renovadora” (Robertis, 2011: 200). Segundo Robertis, no âmbito da mediação criativa o Assistente Social tem o papel de “suscitar entre as pessoas ou grupos laços entre si que antes não existiam, laços esses que lhes serão benéficos” e poderão facilitar o entendimento e a comunicação entre membros de uma mesma comunidade. Quanto à mediação renovadora, esta “permite melhorar entre pessoas ou grupos laços que existiam entre si mas que estavam fragilizados ou que se tinham tornado indiferentes” (Robertis, 2011: 200), podendo assim auxiliar numa das necessidades apresentadas pela Técnica e Vereadora da CMP: a Reativação da Rede Social de Penamacor.

¹⁶ A facilitação apresenta-se como um método de concretização de uma abordagem de trabalho centrada nas pessoas e nas relações que elas estabelecem entre si” (Schiefer, Teixeira e Monteiro, 2006:23).

Neste seguimento de ideias, a dinâmica da Rede Social poderá ser ativada na procura de soluções e nos resultados que emergem através da elaboração conjunta de um diagnóstico social aprofundado do concelho de Penamacor. Neste sentido, é necessário distinguir “concertação” e o “trabalho em equipa”, visto que o objetivo da Rede Social vai muito além da colaboração, sendo um dos pontos fracos da Rede Social de Penamacor. A concertação “é uma forma de colaboração. Trata-se aqui de coordenar os esforços de vários trabalhadores sociais que intervêm junto da pessoa e de elaborar em conjunto – com a participação de cada um – uma análise da situação, uma avaliação e um plano de ação comum em que cada interveniente será levado a assumir um papel definido em concertação” (Robertis, 2011: 202). Por outro lado o trabalho em equipa “implica uma estrutura de encontros regulares, em geral em grupo com trabalhadores sociais do mesmo sector geográfico (bairro, município ou cidade)” (Robertis, 2011:203). Ou seja, para que uma Rede Social seja encarada como tal, deverá ser considerada como resultado do trabalho conjunto de todos os seus membros, em que todos são importantes para a formulação de objetivos e projetos de intervenção comuns.

Neste sentido o projeto dará primazia a uma intervenção assente na participação de todos os atores implicados ao longo de todo o processo, o qual poderá sofrer alterações, visto que a realidade está em constante mutação. Ou seja, a definição de um projeto “é indispensável para a organização dos sujeitos em torno de interesses” e, desta forma, “ao construir um projeto, um grupo de atores estabelecerá um grau de consciência e um compromisso coerente face a um futuro contratualizado” (Guerra, 2006:25). Em suma, o Assistente Social ao planear um projeto de desenvolvimento social comunitário tem de ter consciência da importância da participação dos destinatários, intervenientes, que se esperam ativos, no próprio delineamento de execução do projeto. Ou seja, é importante enfatizar que embora o projeto que é proposto neste trabalho seja baseado num diagnóstico social (que estima que num primeiro momento de execução de projeto deva ser aprofundado), poderá sofrer alterações quando executado, visto que o “desenho do projeto aparece como uma construção social finalizada, que define o espaço individual e comunitário de ação social e é regulado por ações várias que acionam os recursos sociais, culturais e simbólicos dos indivíduos e dos grupos que procuram uma solução para os seus problemas e necessidade” (Guerra, 2006:26).

3.2.5. Recursos necessários para a execução do Projeto

Para o desenvolvimento de qualquer projeto é necessário considerar recursos de natureza diversa, tais como: os recursos humanos, materiais e financeiros. Quanto aos *recursos humanos* é necessário ressaltar a falta de técnicos no concelho, aspecto que foi considerado como uma fraqueza do concelho de Penamacor. Desta forma, será necessário pelo menos um assistente social, dinamizador do projeto e uma equipa de coordenação do projeto a nível concelhio. O ideal seria também nesta fase aliar Técnicos de várias entidades sociais, de forma a mobilizar a comunidade em conjunto. Contudo, poder-se-ia criar também uma equipa de assistentes sociais que surgiria como dinamizadora e mediadora do projeto, visto que se trata de um projeto que se pretende concelhio.

Quanto aos *recursos materiais* estima-se que seja cedido o espaço das sedes de União de Freguesias ou outro espaço disponibilizado pelas mesmas para a realização dos *Focus Group*, assim como instalações da CMP que servirão de suporte à execução do projeto. Para além destes, os vários encontros necessários que surgem no seguimento do projeto poderiam, dependendo do número de participantes e da disponibilidade das entidades concelhias, realizar-se alternadamente em instalações dessas mesmas entidades, criando também assim uma dinâmica e conhecimento mútuo mais próximo. Além disto, no âmbito da criação do “Grupo de Missão” neste projeto, será imprescindível criar parcerias também com empresas de vários âmbitos de atuação para assimilar estudantes universitários, assim como respostas à permanência, alimentação e pernoita destes no concelho, sendo necessário também *recursos financeiros* para além dos recursos materiais que cubram o custo de refeições, por exemplo no refeitório da CMP e de dormidas em alojamentos locais ou habitações afetas à CMP. Estes aspetos encontram-se intimamente relacionados e dependentes do orçamento do projeto, assim como da sua sustentabilidade financeira.

3.2.6. Estratégias de Divulgação do Projeto

O projeto deverá ser divulgado na fase inicial de lançamento, ao longo da dinamização e da implementação do projeto de modo a abranger um maior número de atores envolvidos; bem como no fim da execução de determinadas ações, permitindo assim dar conta das concretizações e produtos alcançados com projeto, constituindo-se assim um processo contínuo de divulgação e valorização do mesmo.

Tendo em conta que a primeira etapa do projeto se baseia no aprofundamento do diagnóstico social através de um processo participado, após os dados analisados e esquematizados é importante que seja “apresentada à comunidade que participou na mesma, de forma simples, clara, com suporte visual e escrito – adequado ao público a quem se irá apresentar” (Healy, 2012: 190). Visto que a execução inicial do projeto deve resultar deste processo participado é essencial que a comunidade se sinta parte, não só nos *Focus Group* como também ao longo do processo de definição de prioridades de intervenção que surgem no seguimento do diagnóstico. Desta forma, os resultados alcançados num primeiro momento do diagnóstico social devem ser transmitidos aos seus participantes, divulgando e debatendo igualmente possíveis ações. Este processo de “divulgação próxima” deverá ser feito tanto com a comunidade como com os restantes atores locais através de um suporte visual e escrito que permita clarificar pontos estratégicos de ação, tornando a informação transmitida adequada a todos os presentes.

Relativamente à etapa do projeto que se foca na criação de um “Grupo de Missão” constituído por atores estratégicos é necessário que após a sua constituição, os seus objetivos de trabalho e missão de ação seja do conhecimento de outros atores locais e regionais, assim como de toda a comunidade. Neste seguimento de ideias a divulgação do “Grupo de Missão” deverá ganhar um novo foco: os estudantes universitários, protagonistas da ação desenvolvida por este grupo. Ou seja, é necessário que este grupo crie relações com a direção, neste caso, da UBI e do IPCB, de modo a poder apresentar nestas instituições de ensino superior o projeto que se pretende dinâmico e inovador. Consequentemente, após a divulgação e estreitamento de relações e de definição de estratégias com os reitores, os quais detêm um papel fundamental no sucesso do projeto, é possível unificar o grupo na divulgação junto dos alunos universitários.

Num primeiro momento esta divulgação poderia passar pela deslocação do “Grupo de Missão” aos dois ou mais estabelecimentos de ensino, cujos reitores fazem parte do grupo e cujos cursos com vertente prática permitem desenvolver estágios e projetos no concelho de Penamacor. Deste modo, seriam realizados seminários participativos nestas instituições, despoletando o interesse dos alunos de uma forma lúdica e dinâmica. Posteriormente, estes alunos, após já terem conhecimento prévio da natureza do projeto, deslocar-se-iam em grupo ao concelho de Penamacor, com o objetivo de aproximá-los à realidade concelhia com vista não só à sua visita pontual, mas sim ao futuro desenvolvimento de estágios e projetos práticos no âmbito da sua área de formação e de suporte académico tanto quanto possível.

Consequentemente, com o efetivo desenvolvimento de ações no âmbito deste projeto no território de Penamacor, deseja-se que a médio prazo os próprios alunos sejam detentores de conhecimento e prática e que eles próprios possam transmitir a essência do projeto desencadeado pelo “Grupo de Missão” aos seus colegas, criando desta forma um ciclo de parceria constante entre o município de Penamacor, reitores de instituições universitárias e outros atores estratégicos que possam ter um papel importante e ativo neste projeto.

Embora tenha sido especificado dois grandes focos de divulgação de ações dentro do projeto geral proposto, também se espera que o projeto desenhado ao longo deste capítulo possa ser divulgado como único, mas com vários focos de desenvolvimento social comunitário. Neste sentido o projeto de desenvolvimento social comunitário de combate ao despovoamento no concelho de Penamacor deverá ser divulgado numa primeira fase às entidades competentes da CMP, visto que é a entidade responsável pela comunidade e território no qual se pretende intervir. Posteriormente deseja-se que seja possível divulgar todos os seus parâmetros de análise e de atuação no âmbito do serviço social aos principais atores sociais que intervêm neste mesmo concelho, de forma a criar forças e um grupo de suporte ao assistente social para dinamização da sequência de ações a desenvolver.

Seguidamente propõem-se que esta divulgação seja feita aos restantes atores locais, alargando o envolvimento não só de profissionais que desempenham funções a nível social, como também a nível económico, cultural, territorial, ambiental bem como a outros níveis, no concelho. O ideal será divulgar o projeto a um maior e diversificado número de entidades que tenham diferentes áreas de atuação com o intuito de se criar parcerias também “ditas” improváveis, das quais poderão resultar dinâmicas positivas e transformadoras para o concelho.

Em suma, é necessário identificar algumas estratégias de divulgação que serão aplicadas desde o início e ao longo do projeto. Ou seja, de forma a tornar o projeto mais claro e acessível à compreensão e participação de todos a sua divulgação terá várias frentes estratégicas para além dos *Focus Group* e seminários participativos. Esta divulgação será fomentada junto das Juntas de Freguesias e outras entidades e representantes decisivos no concelho, bem como através de cartazes, panfletos que captem a atenção e suscitem a participação dos vários atores; divulgação multimédia, tal como foi referido anteriormente, através da captação de imagem e vídeo e que traduzam a natureza do projeto a todos os residentes no concelho de Penamacor independentemente do seu nível de instrução escolar;

divulgação através dos diversos meios de comunicação locais, regionais e nacionais (jornal, rádio, televisão; boletim municipal) com base em entrevistas e reportagens que enalteçam a missão e os resultados do projeto, bem como a divulgação nas diferentes redes sociais *online*. O principal objetivo destas estratégias de divulgação é abranger o maior número de participantes e futuros participantes deste projeto, tornando-o num processo transparente, coerente e dinâmico de proximidade.

3.2.7. Áreas de Despesa/ Investimento do Projeto

Todos os projetos devem definir um desenho de investimento que permita estimar à partida, as áreas de despesa que decorrerão da sua execução. Para tal é essencial delimitar a frequência da utilização de recursos, e frequência das ações e as atividades implícitas no projeto, tal como se pode verificar no quadro 3.2. Relativamente aos custos destes recursos e ações, estes deverão ser definidos, posteriormente, tendo por base um orçamento rigoroso que analise e quantifique monetariamente estas áreas de despesas necessárias para a implementação e sustentabilidade financeira do projeto.

Quadro 3.2. Descrição das áreas de despesa do Projeto

Designação	Nº	Descrição
Recursos Humanos	1	Assistente Social
	1	“Grupo de Missão”
Recursos Materiais	1	Carrinha de transporte para alunos universitários
	Semanal	Refeições para Alunos universitários
	extra	Deslocações/ custo combustível
Ações/Atividades		
<i>Focus Group</i>	10	Salas/auditórios
Seminários participativos	2	Salas/ auditórios ou outras instalações
Boletins informativos, panfletos, cartazes.	500	De divulgação das ações e de missão do projeto.
Televisão, jornal, rádio		Entrevistas, reportagens
Portal Municipal <i>online</i> Redes sociais	1 + X	Artigos e páginas de divulgação do projeto e seus resultados.

Fonte: própria, 2017

3.3. Instrumentos e Tipo de Avaliação aplicados ao Projeto

“No início da ação a tónica é inevitavelmente colocada na recolha de dados, na compreensão do pedido e da situação na avaliação diagnóstica. No meio da intervenção, a tónica é sobretudo colocada na elaboração do projeto de intervenção, no estabelecimento do contrato e na implementação das estratégias de intervenção, podendo este período ser mais ou menos longo. Lá para o fim da intervenção, a tónica será colocada na preparação para o fecho e na avaliação dos resultados” (Robertis, 2011: 82).

Contudo, a avaliação consiste não só em verificar se os objetivos iniciais foram cumpridos como também como o processo se desenrolou, o que foi, ou não, realizado e alcançado, e as mudanças provocadas pela intervenção – avaliação a nível individual (utente, família ou grupo), avaliação das práticas, acompanhamento e monitoramento. Assim, para que a avaliação seja um instrumento de apoio tem também de ser planeada desde o início, sendo também necessário definir objetivos para o próprio processo de avaliação. Neste seguimento de ideias são enfatizados, de novo, os tipos de avaliação existentes, bem como a enorme importância que a avaliação tem num projeto.

De acordo com Serrano, “a avaliação não é uma etapa final ou terminal num projeto, pois deve estar presente desde o início até ao fim do mesmo com o propósito de controlar a forma como alcançam os resultados, as lacunas existentes no processo, os aspetos não previstos que vão surgindo na aplicação do projeto, a adequação ou inadequação das atividades, etc.” (2008: 84).

Além disto, segundo Guerra (2002) é possível que o foco da avaliação varie em função do momento em que a avaliação é acionada, sendo possível identificar diferentes tipos de avaliação segundo a temporalidade, destacando-se a avaliação *Ex-ante*; *On-going* e *Ex-post*, as quais poderão ser aplicadas no presente projeto.

A avaliação *Ex-post* baseia-se sobretudo na análise dos resultados, bem como da eficácia e da eficiência do projeto no seu todo, tendo em conta não só os resultados obtidos - a “avaliação dos resultados faz referência ao processo de medida de concretização ou não dos objetivos, compreende dois procedimentos: o da verificação dos resultados e o da análise dos procedimentos utilizados no processo” (Robertis, 2011: 221); e sua relação/ correspondência com os objetivos e ações, como também a avaliação da aderência dos destinatários ao projeto;

verificação dos meios utilizados na execução foram os corretos; e o profissionalismo dos técnicos envolvidos na promoção do projeto. Contudo, Guerra refere que os critérios de avaliação se prendem em torno da apreciação da adequação, da verificação da pertinência, da apreciação da eficácia, da eficiência, da equidade e do impacto ao longo das várias etapas do planeamento e execução do projeto (2002: 198), logo vão também variando consoante o momento em que a avaliação é feita.

Neste seguimento de ideias, Capucha (2008) realça que a avaliação permite analisar tanto os processos de execução (técnicas, procedimentos e estratégias utilizadas), como também os resultados e impactos obtidos com o fim de um determinado projeto. Contudo é necessário não descurar da avaliação inicial. Neste seguimento de ideias é imprescindível clarificar os tipos de avaliação existentes, visto que “avaliação constitui o principal instrumento do sentido crítico necessário á implementação de projetos” (Capucha, 2008:16)

Porém, a avaliação é essencial não só no fim da execução do projeto (avaliação *Ex-post*), como também desde o início da sua conceção (avaliação *Ex-Ante*), bem como ao longo do seu planeamento e execução (avaliação *On-going*), sendo assim primordial que qualquer projeto passe por vários processos de avaliação.

Assim enquanto a avaliação *Ex-ante* incide no processo de planeamento, mais precisamente na avaliação da pertinência e qualidade do diagnóstico prévio à formulação do projeto (Serrano, 2008:94); a avaliação *On-going* desenvolve-se de forma contínua e foca-se na avaliação do processo de execução do projeto tendo como principal objetivo “estar permanentemente alerta e atentos ao desenvolvimento do projeto, a fim de tentar corrigir qualquer fracasso ou desajustamento no momento em que se produza” (Serrano, 2008:95), ajudando assim a refletir e reajustar a própria ação sempre que se verifique alguma incoerência nas várias dimensões do projeto. Neste sentido poderão ser elaboradas fichas cronológicas de intervenção e ficha de avaliação-diagnóstico (Robertis, 2011). Para além destes poderá ainda ser construída uma ficha de avaliação de cada encontro realizado em sequência da execução dos vários *Focus Group* que constam do projeto, onde será tido em conta a adequação, eficácia, eficiência, pertinência e sustentabilidade do projeto, assim como os impactos (dimensão exterior) e os impactes (dimensão interior) face ao público-alvo, assim como os pontos fortes e fracos da intervenção (Guerra, 2002).

Assim, Guerra (2002), sustentando-se em H. Freeman e outros (1979), enaltece ainda a existência de um quarto tipo de avaliação: a avaliação do impacto que se baseia na avaliação dos impactos sociais e efeitos (potenciais ou efetivos) do projeto, podendo ser desenvolvida tanto numa avaliação *Ex-ante* como numa avaliação *Ex-post*.

Além de tudo o que foi referido anteriormente é também importante referir que ao determinar-se que tipo ou tipos de avaliação se irá aplicar a um determinado projeto, normalmente é também definido que tipo de equipa de avaliação a irá levar a cabo. Sucintamente veja-se que a avaliação de uma dada política ou um projeto, pode ser realizada por avaliadores internos (avaliação contínua levada a cabo por pessoas implicadas no projeto), por avaliadores externos (avaliação sumativa ou de produto realizada por pessoas que não foram implicadas no projeto) (Serrano, 2008: 89-90), basear-se numa autoavaliação – coincidência entre a equipa do terreno e a equipa de avaliação, “sedimentando-se esta em torno da perceção que a equipa detém dos resultados da sua ação” (Guerra, 2002: 175), ou ainda numa avaliação mista que combina os vários tipos de avaliação.

Em suma, a avaliação permitirá avaliar uma série de dimensões do projeto, tais como: os impactos, a realização e operacionalização do projeto, a conceção da intervenção e as estratégias de divulgação do projeto, sendo que segundo Guerra, a avaliação tem quatro funções principais: “de medida; de utensílio de apoio à tomada de decisão; de processo de formação; e de aprofundamento da democracia participativa” (2002: 186), permitindo uma reflexão crítica constante sobre a ação dos atores envolvidos no projeto.

3.4. Potencial de Inovação do Projeto para o Serviço Social

O projeto de desenvolvimento social comunitário que se apresenta no presente trabalho tem potencial de inovação na área do Serviço Social, visto que incide numa comunidade que se vê afastada de oportunidades devido à interioridade do seu território face ao Litoral - onde são desenvolvidos a maior parte dos projetos e estudos de intervenção social. Neste seguimento, o próprio despovoamento não é muitas vezes analisado e tido em conta no desenho de projetos em Serviço Social, trata-se assim de uma realidade em que o assistente social pode, de facto, fazer a diferença e inovar a sua atuação ao desempenhar um papel preponderante na criação e dinamização de espaços e grupos de trabalho interdisciplinares.

Embora o assistente social não possa combater diretamente o despovoamento pode (e é o que se pretende com esta proposta de projeto) desenvolver estratégias de atuação que a médio e longo prazo poderão trazer benefícios e melhorias tanto a nível social comunitário local – melhoria das condições de vida da população residente e estreitamento de relações entre atores locais; como a nível demográfico, económico e educacional – criação de um “Grupo de Missão” que cria novas oportunidades, tanto para residentes no concelho de Penamacor, como também cria não só oportunidades, como também interesse por parte de alunos que à partida, não têm ligações de qualquer tipo a este território e que as poderão criar seja a nível profissional, social ou pessoal.

Neste âmbito, a própria intervenção em Serviço Social baseia-se numa estratégia de desenvolvimento social local que não encara o território e a sua comunidade como um problema, mas como uma oportunidade de inovação e criação de um foco diferente de atuação que pode, e é benéfico que seja, desenvolvida em parceria com técnicos e outros profissionais de áreas distintas, culminando assim numa união de forças e de real parceria em que o objetivo último é comum: melhoria da qualidade de vida da população residente; fixação de população e setores de atividade diferenciados que podem criar novos recursos, respostas e oportunidades através do potencial do concelho de Penamacor. É assim um projeto capaz de mobilizar e envolver todas as partes interessadas num processo de mudança inovador para o concelho de Penamacor e para a sua comunidade, onde a corresponsabilidade, o dinamismo e a inovação são palavras de ordem.

BIBLIOGRAFIA

- Adão e Silva, Pedro (1997), “Estado-providência: o modelo político do Estado Moderno”, *Finisterra*, 24/ 25
- Alves, Rui Manuela Amaro (2007), Políticas de Planeamento e de Ordenamento do Território no Estado Português, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- Amaro, Rogério Roque (2004), “Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? - da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa.
- Ander-Egg, Ezequiel e Maria José Aguilar Idañez (2007), *Diagnóstico Social: conceitos e metodologias*, Rede Nacional Anti-Pobreza/Portugal.
- Ander-Egg, Ezequiel e Maria José Aguilar Idañez (2005), *Cómo elaborar un proyecto: guía para diseñar proyectos sociales y culturales*, Buenos Aires, Editorial Lumen/Humanitas, (18ª Edição), (Edição original, 1989).
- Ander- Egg, Ezequiel (2003), *Acción municipal, desarrollo local y trabajo comunitario*, Canarias, Autoedición, 19-30.
- APPS – Associação de Profissionais de Serviço Social (1996), *A Ética no Serviço Social – Princípios e Valores*, Lisboa.
- AERSP (2016), *Plano de atividades 2016/2017*, Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches de Penamacor.
- Aspalter, Cristian e Surendra Singh (2008), *Debating Social Development: an introduction*, Manchester, Casa Verde, 1-10.
- Barbalet, Jack (1989), *A cidadania*, Lisboa: Editorial Estampa
- Barbero, Josep Manuel e Ferran Cortès (2005), *Trabajo Comunitario, organización y desarrollo social*, Alianza Editorial;
- Beck, Ulrich (2002), *La sociedad del riesgo global*, Madrid: siglo XXI (1992);
- Branco, Francisco e Inês Amaro (2011), “As Práticas do Serviço Social ativo no âmbito das novas tendências da política social: uma perspetiva portuguesa”, *Serviço Social e Sociedade*, 108, 656-679.
- Burgess, Robert George (1984), *A pesquisa de terreno. Uma introdução*. Oeiras: Celta
- Cardoso, Ricardo e Breda-Vázquez, Isabel (2007), “Social Justice as a Guide to Planning Theory and Practice: analyzing the portuguese planning system”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 31, 2, 227-248.
- Canals, Josep (1997), “Buscando al trabajo comunitario entre community y communitas”, *Servicios y Política Social*, nº40, Madrid, Consejo General de Colegios Oficiales de DTS.
- Carmo *et al.* (2001), *Problemas Sociais Contemporâneos*, Lisboa, Universidade Aberta, 149-161
- Capucha, Luís (2008), *Planeamento e avaliação de projetos- guião prático*, Lisboa, DGIDC.
- Carvalho, Maria Irene (2012), “Contracorrentes em tempos de tempestade: o pensamento de Jane Addams e de Mary Richmond no Serviço Social”, *Em Pauta*, 10, 29
- CLASP (2014), *Plano de Ação Social da Rede Social de Penamacor*, Conselho Local e Ação Social de Penamacor.

- Cortès, Ferran e Marta Llobet (2006), “La acción comunitária desde el trabajo social” em Xavier Úcar e Asun Llena Berñe (cord.), *Miradas y diálogos en torno de la acción comunitária*, Barcelona, Graó, 1-26.
- CPCJ (2017), *Plano de atividades anual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penamacor*.
- Costa, Alfredo Bruto da (2001), *Exclusões Sociais*, 2ª Edição, Lisboa, Gradiva.
- Federação Internacional dos Assistentes Sociais (2014), “Definição Mundial de Serviço Social” consultado em 20.02.2027. Disponível em: <http://www.apross.pt/profissao/definicao>
- Falanga, Roberto (2015), “Desafios e horizontes da participação cívica nas políticas públicas” em João Ferrão e Ana Horta, *Ambiente, Território e Sociedade: novas agendas de investigação*, Lisboa, ICS- Imprensa de Ciências Sociais, 197-203.
- Ferrão, João *et al.* (2015), “Governança territorial democrática: tensões e potencialidades” em João Ferrão e Ana Horta, *Ambiente, Território e Sociedade: novas agendas de investigação*, Lisboa, ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 149-155.
- Ferrão, João (2011), *O Ordenamento do Território como Política Pública*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferrão, João (2010), “Governança e ordenamento do território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática”, *Prospetiva e Planeamento*, 17, ICS- Artigos, 129-139.
- Ferrão, João (2003), “A Emergência de Estratégias Transnacionais de Ordenamento do Território na União Europeia: Reimaginar o Espaço Europeu para criar novas formas de governança territorial?”, *GeoInova*, 7, 11-37.
- Ferrão, João (1996), “A Demografia Portuguesa”, *Cadernos do Público*, nº6, Lisboa, Jornal O Público
- GASE (2017), *Plano de atividades anual do Gabinete de Ação Social e Educação*, Câmara Municipal de Penamacor.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Participação e Ação Coletiva*, Cascais, Principia.
- Guerra, Isabel Carvalho (2002), *Fundamentos e processos de uma sociologia da acção: o planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia (2ª Edição).
- Healy, Karen (2012), “Community work” em Karen Healy, *Social Work: Methods and Skills, The Essential Foundations of Practice*, Palgrave Macmillan, New York, 169- 201.
- Marshall, Thomas Humphrey e Tom Bottomore (1992), *Citizenship and Social Class*, Londres, Pluto Press (1ª edição, 1952).
- Marchioni, Marco (2007), *Comunidad, Participación y Desarrollo, teoria y metodologia de la intervención comunitaria*, Madrid, Editorial Popular, 45-118.
- Menezes, Manuel (2011), “Analítica da Cidadania e o Serviço Social ma atualidade: da teoria à prática” em *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 115-138.
- Midgley, James (2013), *Social Development: Theory and Practice*, SAGE Publications.
- Midgley, James e Amy Conley (2010), *Social Work and Social Development: Theories and Skills for Development Social Work*, New York, Oxford University Press.
- Monterde, Chabier Gimeno, Rubén Lasheras Ruiz e Izaskun Andueza Imirizaldu (2016), “La intervención comunitária: retos y propuestas” em Esther Raya Diez e Enrique Pastor Seller, *Trabajo Social, Derechos Humanos e Innovacion Social*, Cizur Menor, Editorial Aranzadi, 57-64
- Mozzicafreddo, Juan (2000), *Estado-providência e cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora..

- Muñoz, Domingo Carbonero, Melchior Gómez Pérez e Esther Raya Diez (2016) Trabajo social y territorios socialmente sostenibles em Esther Raya Diez e Enrique Pastor Seller, *Trabajo Social, Derechos Humanos e Innovacion Social*, Cizur Menor, Editorial Aranzadi, 213-229.
- Muñoz, Joaquín Guerrero e Manuela Avilês Hernández (2016), Ciudades inclusivas en el siglo XXI: retos y oportunidades em Esther Raya Diez e Enrique Pastor Seller, *Trabajo Social, Derechos Humanos e Innovacion Social*, Cizur Menor, Editorial Aranzadi, 183-195.
- ONU (1999), *Direitos Humanos e Serviço Social*, Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social, Lisboa.
- Pacheco-Mangas, Javier e Arantxa Hernández-Echegaray (2016), Creatividad, resiliencia y trabajo social: propuestas desde la practica profesional em Esther Raya Diez e Enrique Pastor Seller, *Trabajo Social, Derechos Humanos e Innovacion Social*, Cizur Menor, Editorial Aranzadi, 81-93
- Pawar, Manohar and David Cox (2010), *Social Development: Critical Therms and Perspectives*, New York, Routledge.
- Pinto, Maria Helena (2013), *Carta de missão 2013/2017*, Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches de Penamacor.
- Portela, José (2003), “Portugal-Chão: que futuro futurível” em José Portela e José Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 3-33.
- Portal da ANIMAR (s.a) ASAS- Aldeias Sustentáveis e Ativas Parceria: ANIMAR, ADC Moura, ICE 31/10/2011 a 31/12/2012 Consultado a 05.03.2017, disponível em: <http://www.animar-dl.pt/asas-aldeias-sustentaveis-e-ativas/854-projecto-asas-o-que-e>
- Portal da Asociación La Raya – A Raia (s.a) Consultado a 05.03.2017, disponível em <http://www.laraya-araia.org/index.php?id=44&zona=asociacion>
- Portal Municipal de Penamacor (s.d.), *Plano Estratégico para Penamacor – Estratégia 25* (online), consultado em 07.06.2017, disponível em: <http://www.cm-penamacor.pt/estrategia25/p01.html>
- Portal das Nações Unidas (s.a.) Divisão de Política e Desenvolvimento Social do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais – DESA (online), consultado a 03.04.2017. disponível em <https://www.un.org/development/desa/en/key-issues/social.html>
- Portal da Unidade Local de Saúde, Castelo Branco EPE (s.d), Centro de Saúde de Penamacor, consultado em 23.08.2017, disponível em: <http://www.ulscb.min-saude.pt/servicos/centro-de-saude-de-penamacor/>
- Ramos, Teresa Margarida Modesto (2008), *A construção de ação coletiva em processos de desenvolvimento socio territorial. A experiência do P.E.R. em Cascais*, Dissertação de Mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Robertis, Cristina de (2011), *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*, Porto Editora.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1990), *Migrações no Quadro do Mercado Único Europeu*, *Análise Social*, vol: XXV, nº 107: 465-477.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1990), *Migrações no Quadro do Mercado Único Europeu*, *Análise Social*, XXV, 107: 465-477.
- Roselló, Elena e Lillo, Nieves (2004), *Manual para el Trabajo Social Comunitário*, Madrid: Narcea, 63-135.
- Serrano, Glória Pérez (2008), *Elaboração de projetos sociais*, Porto Editora (Edição original, 1997)

- Shiefer, Ulrich, Paulo Jorge Teixeira e Susana Monteiro (2006), *MAPA- Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos*, Cascais, Principia
- Soares, Bruno (2009), “Memórias” em *Sociedade e territórios*, 42, 174-175
- Sorre, Max (2003), “A Geografia Humana (Introdução)” em *GEOgraphia*, Niterói: PPGeo/UFF, Ano V, nº10, 137-143.
- Sousa, Vanessa Duarte de (2007), A construção de identidades urbanas, como fator de repulsão dos territórios rurais, em *Cidades, Comunidades e Territórios*, 15, Lisboa, 101-115.
- Silva, Maria Manuela da (1964), *Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal*, *Análise Social*, 2, (7-8), 498-510.
- Sousa, Paulo Renato Baronet de (2010), *As encruzilhadas do despovoamento: interior, jovens e emprego: o caso do Concelho de Castro Daire*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Vieira, Isabel de Freitas (2015), *A Participação: um paradigma para a intervenção social*, Universidade Católica Editora, Lisboa.

FONTES

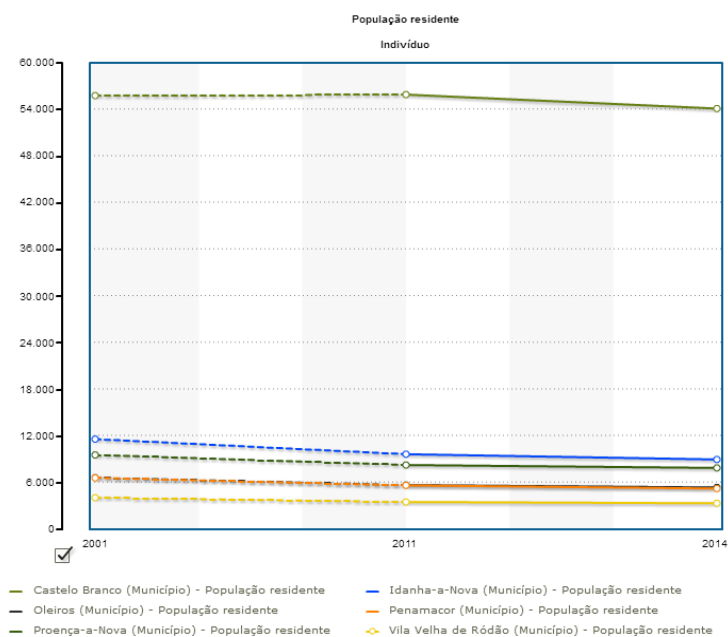
- UNDP (1990), *Human Development Report 1990*, New York, UNDP.
- ONU (1948), *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

ANEXOS

ANEXOS A; B; C; D e E

Caracterização da população residente em Penamacor, Castelo Branco

ANEXO A – Evolução da População Residente por municípios pertencentes ao distrito de Castelo Branco



Fonte: INE

ANEXO B – População Residente em Portugal e concelho de Penamacor por local de residência – 2001, 2011 e 2014

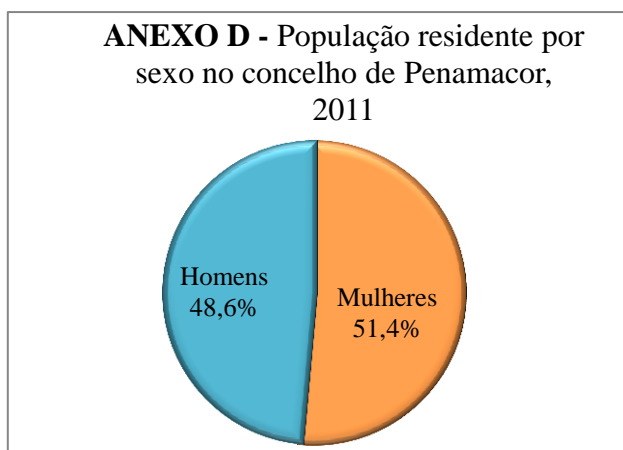
Territórios	População residente			
	Anos	2001	2011	2014
Portugal		10.362.722	10.557.560	10.401.062
Beira Baixa		94.340	88.739	85.060
Castelo Branco		55.793	55.909	54.125
Idanha-a-Nova		11.610	9.665	9.002
Oleiros		6.648	5.698	5.402
Penamacor		6.629	5.659	5.264
Proença-a-Nova		9.576	8.292	7.914
Vila Velha de Ródão		4.085	3.517	3.354

Fonte: INE/PORDATA

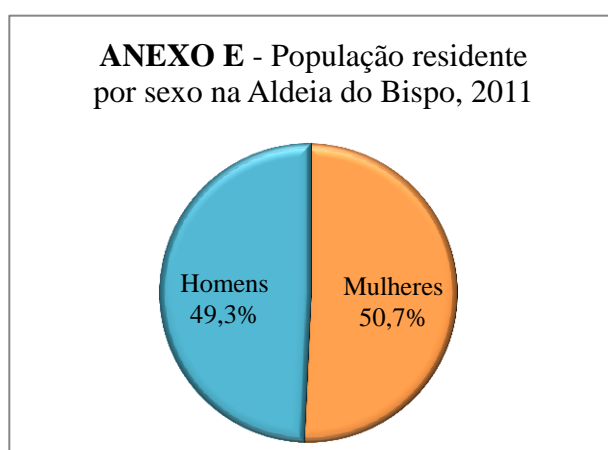
ANEXO C – População Residente no concelho de Penamacor por local de residência à data dos Censos de 2011

Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2011)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade (Situação no nível); Decenal		
		Sexo		
		HM	H	M
		Grupo etário		
		Total		
		Nível de escolaridade (Situação no nível)		
		Total		
		N.º	N.º	N.º
2011	Portugal	10 562 178	5 046 600	5 515 578
	Continente	10 047 621	4 798 798	5 248 823
	Centro	2 327 755	1 111 263	1 216 492
	Penamacor	5 682	2 760	2 922
	Águas	300	148	152
	Aldeia do Bispo	676	333	343
	Aldeia de João Pires	195	97	98
	Aranhas	353	180	173
	Bemposta	120	59	61
	Benquerença	575	277	298
	Meimão	280	139	141
	Meimoa	373	179	194
	Pedrógão de São Pedro	500	243	257
	Penamacor	1 577	752	825
	Salvador	476	237	239
	Vale da Senhora da Póvoa	257	116	141

Fonte: INE



Fonte: INE



Fonte: INE

ANEXOS F e G

Guiões de Entrevistas realizadas à Técnica (GASE) e Vereadora – CMP; e à amostra da população residente na Aldeia do Bispo, Penamacor

ANEXO F – Guião de Entrevista – Técnica, GASE; e Vereadora, CMP

Na região de Penamacor, tem-se vindo a assistir, ao longo dos anos, a um despovoamento, seja pela saída de jovens e famílias para outras regiões do país (litoral) ou para outros países; quer por vários factores inerentes. Além disto, Penamacor é um dos municípios de Portugal com mais população idosa, o que a médio e longo prazo diminui a esperança de renovação de gerações.

No seu entender que factores podem ter vindo a contribuir para este despovoamento?

Que serviços ou oportunidades faltam no município que poderiam contribuir para a permanência e/ou a fixação da população nesta região?

Quais considera serem os principais problemas do território?

Acha que a governança local do Concelho de Penamacor deveria dar mais atenção à dinamização de projetos de desenvolvimento social? Ou seja, na sua opinião, a governança territorial democrática do concelho de Penamacor deveria também impulsionar o desenvolvimento de programas com maior envolvimento e aceitação social alcançada através do debate e da participação ativa e cidadã na tomada de decisão?

A população concelhia participa na tomada de decisão de projectos ou políticas que lhes dizem respeito?

Acha que os atores locais são envolvidos num processo participativo para apurar interesses e necessidades, e assim sendo envolvidos, desde o primeiro momento, nos processos de decisão?

Acha que envolver mais os atores locais, assim como envolver outras entidades públicas externas à área de foco de intervenção, as quais podem contribuir para a definição e alcance dos objetivos definidos, poderia contribuir para a mudança de paradigma? Até do próprio despovoamento?

O município tem vindo a desenvolver apoios sociais sobretudo destinados à área da educação – às crianças, jovens e famílias. O GASE tem vindo a fazer vários projectos e iniciativas para a população residente, sobretudo focado na área educação...

Mas no seu entender estes projetos e iniciativas são suficientes para fazer face às necessidades e interesses da população? (Ou faltam novas respostas e serviços? Mais recursos económicos e humanos?)

No município de Penamacor existem recursos de apoio social à comunidade em geral. Seria importante desenvolver projectos de enfoque em determinadas freguesias? Ou considera que, por outro lado, é mais proveitoso unir localidades próximas e desenvolver projectos comuns?

A Rede Social, programa iniciado em 2005 no Município, trouxe mudanças visíveis?

Foi um programa que desde o início teve fragilidades? O que acha que falhou?

Actualmente a Rede Social encontra-se circunscrita à participação de que entidades? No seu entender o que poderia ser feito para mobilizar mais parceiros e desenvolver projectos com mais envolvidos?

Que projectos ou iniciativas julga que teria interesse implementar neste território. Porquê?

ANEXO G - Guião de Entrevista - Amostra de População Residente em Aldeia do Bispo, Penamacor, Agosto 2017

Tema I: Descrição –perfil do entrevistado

Tem que idade?

Sempre viveu na Aldeia do Bispo, Penamacor? Opção: Se não residiu sempre na região; por que razão foi para outro local? E o que o fez voltar?

Qual é a sua profissão? (no caso de ser reformado: que profissão desempenhava na sua vida activa?) – Até que ano estudou? Opção - Jovens: Pensas ingressar num curso profissional ou na faculdade?

Pondera sair da tua actual zona de residência? Se sim, para onde? E porquê?

Tema II: Perceção acerca do fenómeno do Despovoamento da região

Na sua opinião, a região de Penamacor, nomeadamente a Aldeia do Bispo, tem vindo a assistir a um crescente despovoamento? Há cada vez menos pessoas residentes. Qual é a sua percepção acerca desta saída da população da região?

Na sua opinião o que tem contribuído para a saída sobretudo dos jovens, da região de Penamacor?

Quais são os principais problemas que aqui se fazem sentir?

O que poderia ser feito para fixar a população residente no concelho ou como se poderia atrair novos residentes?

Tema III: Perceção acerca das Atividades, Projetos e Iniciativas desenvolvidas no município pela Câmara Municipal e outras entidades

Que projetos, atividades ou ações conhece ou participa desenvolvidas pela Câmara ou por outras entidades existentes no município e que apoiem os cidadãos?

Usufriui ou já usufruiu de algum apoio social promovido pela Câmara? Tem conhecimento da sua existência?

Costuma ser informado ou tem, frequentemente, acesso a atividades de foro social desenvolvidas no município? Costuma participar ou já participou? O que achou?

Tema IV: Participação – Cidadania Ativa: Envolvimento de diversos atores nas tomadas de decisão

Considera que existe envolvimento dos cidadãos residentes nas tomadas de decisão sobre a governança territorial e outros assuntos políticos, sociais e económicos da região?

Considera que pode ter um papel mais ativo na comunidade?

Considera importante envolver a comunidade residente e as várias entidades concelhias, nomeadamente de foro social, de forma a promover a mobilização, organização e desenvolvimento de um projeto de desenvolvimento social comunitário participado?

Estaria disponível para participar se fosse contactado? Que tipo de participação gostaria de ter?

Tema V: Identificação das necessidades, interesses, particularidades, forças e potencialidades da comunidade local, território e outras entidades

Quais as necessidades que identifica na comunidade e no território (região, concelho, freguesia)?

Quais as prioridades e o que poderia ser mudado?

Quais os pontos fortes que identifica na população, território, e outros, e que podem, de alguma forma, contribuir para a melhoria da situação atual?

Acha que pode e/ou deveria ser criado algum projeto de desenvolvimento social comunitário que combata o despovoamento da região?

Na sua opinião, o que ainda falta ser feito/desenvolvido na região? Em que áreas?

ANEXOS H; I e J – Grelhas de Análise das entrevistas realizadas

ANEXO H – Síntese de Análise das Entrevistas – Técnica do GASE da Câmara Municipal de Penamacor, Agosto 2017

TEMA I		TEMA II	TEMA III	TEMA IV	TEMA V
Identificação dos Atores		Perceção acerca do fenómeno do Despovoamento na região	Perceção Atividades, Projetos e Iniciativas desenvolvidas	Participação – Cidadania Ativa: Envolvimento dos diversos atores na tomada de decisão	Identificação das necessidades, interesses e potencialidades da comunidade local, território e outras entidades
Código	Ator				
A	Técnica GASE - CMP	Diminuição das crianças e jovens e envelhecimento da população; Os jovens saem do concelho para ingressar no ensino superior em cidades de maior dimensão e com oferta educativa diversa; Falta de oportunidades de emprego e tecido empresarial incapaz de absorver mão de obra qualificada.	O GASE em parceria com o Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches têm apostado na educação; Projeto “Junior Achievement”-comunidade empresarial passa competências de empreendedorismo e cidadania às crianças e jovens na escola. Diversos <i>workshops</i> com famílias; “Academia de Férias Letivas”; CPCJ – “Encontro dos Afetos”; “Academia Sénior” em parceria com a CMP desempenha um papel importante junto da população mais idosa com o desenvolvimento de atividades. Projeto de sucesso da Rede Social: “Banco de Equipamentos” A CMP tem desenvolvido algumas ações e apostado na educação, no turismo, no lazer e na cultura (com a “Vila Madeiro”; “Feira Terras do Lince”); na requalificação do património urbano, natural e histórico.	<u>População residente:</u> As atividades do GASE são divulgadas de várias formas (cartazes, Juntas de Freguesia, Boletim Municipal, etc.), contudo a adesão da população é diminuta para aquela que se gostaria. De modo geral a população não tem um papel muito ativo na tomada de decisões concelhias, mesmo em termos de atividades culturais, participam em massa no primeiro ano e depois começam a desmobilizar. <u>Atores locais:</u> Enfraquecimento da Rede Social.	<u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho e oportunidades para a fixação de população e zelar pelos empregos existentes; Falta de recursos humanos nas entidades sociais; Necessidade de atualizar o diagnóstico social (último feito em 2006) – Revitalizar a Rede Social. <u>Potencialidades:</u> Qualidade de vida do concelho; Existência de empresas de sucesso como “Penazeites”, “Euromel” e “Ibersaco”; Desenvolvimento do turismo da região com a criação de novas unidades hoteleiras. Escola Internacional (como forma de responder ao aumento de estrangeiros residentes e atrair mais população de concelhos vizinhos que privilegiem este tipo de educação, visto que na zona Centro só existe uma escola internacional na Marinha Grande, Leiria); Grande aposta da CMP na educação e na parceria entre o GASE e o Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches. Património histórico, cultural e natural rico. <u>Interesses:</u> Continuar a apostar na educação das crianças e jovens com vista ao empreendedorismo de forma a dar-lhes ferramentas para criarem o seu próprio negócio permanecerem no concelho e fomentarem a economia e diversidade do mesmo. Continuar a apostar no turismo, aumentar o tecido empresarial concelhio e desenvolver mais projetos sociais que inovem os existentes.

ANEXO I - Síntese de Análise das Entrevistas – Vereadora da Câmara Municipal de Penamacor, Agosto 2017

TEMA I		TEMA II	TEMA III	TEMA IV	TEMA V
Identificação dos Atores		Perceção acerca do fenómeno do Despovoamento na região	Perceção Atividades, Projetos e Iniciativas desenvolvidas	Participação – Cidadania Ativa: Envolvimento dos diversos atores na tomada de decisão	Identificação das necessidades, interesses e potencialidades da comunidade local, território e outras entidades
Código	Ator				
B	Vereadora - CMP	<p>Fenómeno também impulsionado pelo Poder Central que atraiu sempre pessoas e serviços para o Litoral do país; Diminuição das crianças e jovens e envelhecimento da população;</p> <p>Falta de oportunidades de emprego e tecido empresarial incapaz de absorver mão de obra qualificada.</p>	<p>O GASE em parceria com o Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches têm apostado na educação; Projeto “Junior Achievement”-comunidade empresarial passa competências de empreendedorismo e cidadania às crianças e jovens na escola.</p> <p>A CMP dá incentivos às crianças desde o jardim de infância ao 12ºano – apoios ao longo da vida.</p> <p>A CMP tem desenvolvido algumas ações e projetos, apostando sempre na educação, no turismo, no lazer e na cultura (como a “Vila Madeiro”; “Feira Terras do Lince”); na requalificação do património urbano, natural e histórico.</p>	<p><u>População residente:</u> Falta de participação nos projetos e iniciativas desenvolvidas tanto pela CMP, como por entidades privadas; falta de massa crítica.</p> <p><u>Atores locais:</u> Enfraquecimento da Rede Social, dificuldade em trabalhar em parceria com objetivos e projetos comuns.</p>	<p><u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho e oportunidades para a fixação de população e zelar pelos empregos existentes; Atrair empresas para o concelho. Reduzir as portagens de autoestrada, A23, que se torna um constrangimento para todo o Interior. Falta de recursos humanos nas entidades sociais e outras; Necessidade de atualizar o diagnóstico social (último feito em 2006) – Revitalizar a Rede Social. Criação de medidas e incentivos para o Interior por parte do Poder Central.</p> <p><u>Potencialidades:</u> Qualidade de vida do concelho; proximidade de Espanha – porta da Europa para exportação. Escola Internacional (como forma de responder ao aumento de estrangeiros residentes e atrair mais população de concelhos vizinhos que privilegiem este tipo de educação, visto que na zona Centro só existe uma escola internacional na Marinha Grande, Leiria); Grande aposta da CMP na educação e no turismo. Património histórico, cultural e natural rico.</p> <p><u>Interesses:</u> desenvolver projetos que promovam o emprego e fixação de pessoas; Continuar a apostar na educação das crianças e jovens com vista ao empreendedorismo; Continuar a apostar no turismo e na valorização dos pontos fortes do concelho.</p>

ANEXO J - Síntese de Análise das Entrevistas – Amostra da População Residente em Aldeia do Bispo, Penamacor, Agosto 2017

TEMA I					TEMA II	TEMA III	TEMA IV	TEMA V
Identificação dos Atores					Perceção acerca do fenómeno do Despovoamento na região	Perceção Atividades, Projetos e Iniciativas desenvolvidas	Participação – Cidadania Ativa: Envolvimento dos diversos atores na tomada de decisão	Identificação das necessidades, interesses e potencialidades da comunidade local, território e outras entidades
Código	Idade	Género	Habilitações Literárias	Profissão				
TL	16	M	Frequenta o 10ºano	Estudante	Diminuição das crianças e jovens e envelhecimento da população; Causa: falta de oportunidades e emprego.	Desconhecimento das atividades, projetos e iniciativas existentes no concelho de Penamacor; nunca participou.	Considera que existe pouca ou nenhuma participação dos cidadãos do concelho; Disponível para participar se contactado;	<u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho, oportunidades e incentivos para fixação de população; Necessidade de aproximação às grandes cidades. <u>Potencialidades:</u> turismo, tradições <u>Interesses:</u> criação de parques aventura e desportos radicais no campo.
SM	17	F	Frequenta o 12ºano	Estudante	Diminuição das crianças e jovens e envelhecimento da população; Causa: falta de oportunidades e emprego.	Conhecimento do apoio com os livros escolares; Participa em atividades desenvolvidas pela escola.	Considera que existe pouca ou nenhuma participação cidadã; Disponível para participar se contactado. Considera necessário um projeto de combata o despovoamento.	<u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho, oportunidades e incentivos para fixação de população; <u>Potencialidades:</u> turismo, proximidade com Espanha. <u>Interesses:</u> criação de zonas de lazer, lúdicas para jovens; Ingressar no ensino superior e ter emprego no concelho.
FP	21	F	Frequenta licenciatura	Estudante	Causa: falta de oportunidades e emprego; Falta de exploração de comércio local	Conhecimento de algumas atividades desenvolvidas pela Câmara – apoio nos livros escolares e atividades de	Considera que existe pouca ou nenhuma participação cidadã; Disponível para participar se contactado	<u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho, oportunidades e incentivos para fixação de população; garantir acesso, de qualidade à saúde e lares para pessoas idosas (preços elevados).

						sensibilização; Participou em atividades quando frequentava a escola.	(voluntariado) Considera necessário um projeto de combate ao despovoamento.	<u>Potencialidades:</u> turismo, gastronomia, tradições, património natural e histórico. Proximidade com Espanha <u>Interesses:</u> criação de zonas de lazer, lúdicas para todas as faixas etárias; desenvolvimento de projetos inovadores no concelho.
JÁ	25	M	Frequenta mestrado	Estudante	Causa: falta de aposta do Poder Central na criação de emprego e oportunidades, falta de dinamização da economia e do potencial da raia.	Conhecimento de eventos como feiras e festas comemorativas; Participou em atividades quando frequentava a escola e na organização do Madeiro da aldeia.	Considera que existe pouca ou nenhuma participação cidadã; Disponível para participar, embora se encontre a estudar fora do concelho.	<u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho, oportunidades e incentivos para fixação de população; atrair mais pessoas, serviços, empresas e comércio para o concelho <u>Potencialidades:</u> turismo de natureza, proximidade com Espanha (localização central entre Lisboa e Madrid) <u>Interesses:</u> desenvolvimento da área dos transportes, comércio, indústria, emprego e ação social. Apostar no investimento de energias renováveis Ter oportunidades de emprego para voltar ao concelho.
MS	45	F	6º ano	Pasteleira	Diminuição das crianças e jovens e envelhecimento da população; Causa: falta de oportunidades e emprego.	Desconhecimento das atividades, projetos e iniciativas existentes no concelho de Penamacor; nunca participou.	Considera que existe pouca ou nenhuma participação cidadã; Indisponível para participar se contactado.	<u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho, oportunidades e incentivos para fixação de população. <u>Potencialidades:</u> gastronomia e tradições <u>Interesses:</u> melhoria dos serviços de lar e saúde para pessoas idosas
FR	53	M	4º ano	Eletricista	Diminuição das crianças e jovens e envelhecimento da população; Causa: falta de	Desconhecimento das atividades, projetos e iniciativas existentes no concelho de	Considera que existe alguma participação cidadã; Disponível para participar se	<u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho, oportunidades e incentivos para fixação de população; atrair mais pessoas, serviços, empresas e comércio para o concelho

					oportunidades e emprego.	Penamacor; nunca participou.	contactado.	<u>Potencialidades:</u> campos com capacidade de exploração agrícola, caça, turismo, património natural. <u>Proximidade com Espanha</u> <u>Interesses:</u> desenvolvimento da área dos transportes, comércio, indústria; Valorização da região, e redução do valor das portagens da A23
EJ	60	F	9ºano	Reformada (Rececionista)	Diminuição das crianças e jovens e envelhecimento da população; Causa: falta de oportunidades e emprego; encerramento de escolas	Conhecimento de eventos como feiras e festas comemorativas – Madeiro, “Feira Terras do Lince” através de cartazes; nunca participou em outras atividades.	Considera que existe alguma participação cidadã; Disponível para participar se contactado.	<u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho, oportunidades e incentivos para fixação de população; reabrir a escola e a farmácia na aldeia e tornar os lares com preços mais acessíveis, melhorar rede de cuidados de saúde e de apoio domiciliário. <u>Potencialidades:</u> turismo, espaços de lazer como piscinas e praias fluviais, requalificação urbana; boa qualidade de vida; proximidade com Espanha. <u>Interesses:</u> desenvolvimento do comércio e indústria.
CE	64	M	9ºano	Reformado (Operário de fábrica)	Diminuição das crianças e jovens e envelhecimento da população; Causa: falta de oportunidades e emprego; encerramento de escolas; procura pelo ensino superior e abandono da exploração agrícola.	Conhecimento de atividades culturais e de lazer como feiras e pequenos eventos; nunca participou em outras atividades.	Considera que existe alguma participação cidadã, embora haja muito individualismo; já participou em plenários. Disponível para participar se contactado.	<u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho, oportunidades e incentivos para fixação de população; criação de incentivos para multinacionais se fixarem no concelho; reabrir a escola e melhorar rede de cuidados de saúde e de apoio domiciliário. Melhoria da rede de saneamento. <u>Potencialidades:</u> turismo, proximidade com Espanha (localização central entre Lisboa e Madrid); requalificação do património; caça; boa qualidade de vida. <u>Interesses:</u> continuar a apostar no turismo; melhorar os serviços de saúde.

ER	81	F	Não frequentou a escola	Reformada (Agricultora)	Diminuição das crianças e jovens e envelhecimento da população; Causa: falta de oportunidades e emprego; Falta de exploração de comércio local; Encerramento da escola.	Desconhecimento das atividades, projetos e iniciativas existentes no concelho de Penamacor atuais; Já participou em aulas de alfabetização dinamizadas pela Câmara.	Considera que existe pouca ou nenhuma participação cidadã; Disponível para participar se contactado.	<u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho, oportunidades e incentivos para fixação de população; reabrir a escola e a farmácia na aldeia, melhoria dos serviços de saúde do concelho. <u>Potencialidades:</u> campos com capacidade para exploração agrícola, Proximidade com Espanha <u>Interesses:</u> desenvolvimento do comércio local e desenvolvimento de atividades de lazer locais.
JF	90	M	4ºano	Comerciante e Reformado	Diminuição das crianças e jovens e envelhecimento da população; Causa: falta de oportunidades e emprego; procura pelo ensino superior e abandono da exploração agrícola.	Desconhecimento das atividades, projetos e iniciativas existentes no concelho de Penamacor; nunca participou.	Considera que existe pouca ou nenhuma participação cidadã; Disponível para participar se contactado.	<u>Necessidades:</u> Criação de novos postos de trabalho, oportunidades e incentivos para fixação de população; melhoria dos serviços de saúde do concelho; Melhoria da rede de saneamento. <u>Potencialidades:</u> campos com capacidade de exploração agrícola; <u>Interesses:</u> desenvolvimento do comércio local e indústria